

Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana.

- O caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas •

Capa: Opus Print Editora
Coordenação: Zilton dos Santos
Diagramação: Opus Print Editora
Copidesque: Sandra Aymone
Revisão: Sandra Aymone
Foto da capa: Campinas-SP
vista parcial, por Afonso Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

790.0135 Marcellino, Nelson Carvalho.
M263e Espaços e equipamentos de lazer em
região metropolitana: o caso da RMC - Região Metropolitana
de Campinas / Nelson Carvalho Marcellino, Felipe Soligo
Barbosa, Stéphanie Helena Mariano, Alice da Silva, Érica
Aparecida de Oliveira Fernandes. Curitiba, PR: OPUS, 2007.

1. Lazer - esporte.
 2. Equipamentos - esporte.
 3. Regiões Metropolitanas.
- I. Título.

CDD 790.0135

Índice para catálogo sistemático:

1. Lazer: esporte
2. Equipamentos: esporte.
3. Regiões Metropolitanas.

Esta é uma edição limitada de 1.000 exemplares
e foi produzida com verba do Governo Federal,
por intermédio do Ministério dos Esportes.

Proibida a reprodução total ou parcial
da obra de acordo com a lei 9.610/98.
Editora afiliada à Associação Brasileira
dos Direitos Reprográficos (ABDR).

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:
Santos e Caprini Materiais Gráficos e Editora Ltda
C.N.P.J.: 79.643.417/0001-22 - I.E.: 90.390.319-89
Rua Padre Anchieta, 1691 - Bigorriho - Curitiba/PR
CEP 80730-000 - PABX: +55 41 3079.3135
atendimento@opusprinteditora.com.br - www.opusprinteditora.com.br

Nelson Carvalho Marcellino - Felipe Soligo Barbosa
Stéphanie Helena Mariano - Alice da Silva
Érica Aparecida de Oliveira Fernandes -

Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana.

- O caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas •

1º Edição

Curitiba-PR

2007

Os Autores:

NELSON CARVALHO MARCELLINO: Graduado em Ciências Sociais, Mestre em Filosofia da Educação, Doutor em Educação, Livre Docente em Educação Física - Estudos do Lazer, Docente do Mestrado em Educação Física da Facis, da Universidade Metodista de Piracicaba-Unimep, Líder do GPL- Grupo de Pesquisas em Lazer, Pesquisador do CNPq e Coordenador do Núcleo da Rede Cedes do Ministério do Esporte, na Unimep.

FELIPE SOLIGO BARBOSA: Licenciado em Educação Física pela PUC Campinas, Bacharel em Turismo pela Unimep, Mestrando em Educação Física-Corporeidade e Lazer pela Facis - Unimep, membro do GPL e do Núcleo da Rede Cedes-do Ministério do Esporte, na Unimep.

STÉPHANIE HELENA MARIANO: Bacharel em Turismo pela Unimep, Mestranda em Educação Física-Corporeidade e Lazer pela Facis-Unimep, membro do GPL e do Núcleo da Rede Cedes-do Ministério do Esporte, na Unimep. É docente do Curso de Educação Física da FAM-Faculdade de Americana-SP.

ALICE DA SILVA: Graduanda em Educação Física pela Facis-Unimep, bolsista PIBIC-CNPq, membro do GPL e do Núcleo da Rede Cedes-do Ministério do Esporte, na Unimep.

ÉRICA APARECIDA DE OLIVEIRA FERNANDES: Graduanda em Educação Física pela Facis-Unimep, bolsista PIBIC-CNPq, membro do GPL e do Núcleo da Rede Cedes-do Ministério do Esporte, na Unimep.

PROJETO DE PESQUISA QUE DEU ORIGEM AO LIVRO:

Equipamentos de lazer e esporte: relações entre a cidade sede, e as de pequeno e médio porte - subsídios para políticas públicas, em regiões metropolitanas.

Área: Corporeidade Pedagogia do Movimento e Lazer

Linha de pesquisa: Corporeidade e Lazer

Coordenador: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Mestrando Felipe Soligo Barbosa

Mestranda Stéphanie Helena Mariano

Acadêmica Alice da Silva

Acadêmica Erica Fernandes de Moraes

Bolsistas REDE Cedes: Dayene Mormano Vieira e Bruna Casarini Aguiar-

Acadêmicas de Educação Física-Facis-Unimep



http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/default.jsp

O Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Cedes) é uma ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Com estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais, e por meio da interlocução com grupos de pesquisa consolidados e/ou em processo de consolidação - vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas -, busca implantar novos grupos de pesquisa e estimular os já existentes a produzir e difundir conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer.



<http://www.unimep.br/phpg/facis/cedes/>



A Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), através dos cursos de graduação e mestrado em Educação Física, da Faculdade de Ciências da Saúde (Facis), do Laboratório de Corporeidade e Lazer, e do GPL- Grupo de Pesquisa em Lazer (www.unimep.br/gpl), integra a Rede Cedes, do Ministério do Esporte, desenvolvendo pesquisas sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer, atualmente abrangendo as cidades de Piracicaba, Campinas, Monte Mor, Hortolândia, Nova Odessa, e RMC- Região Metropolitana de Campinas.

O Cedes, gerenciado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, financiou integralmente a pesquisa que deu origem a este livro, bem como a sua publicação.

Sumário:

Introdução	10
1. A cidade como espaço do lazer	15
2. Do aglomerado ao metropolitano – a centralização dos equipamentos	29
3. Espaços de esporte e lazer – o que dizem os documentos	35
3.1. A Legislação.....	35
3.2. Espaços, equipamentos e programações.....	44
4. Em campo	49
4.1. Observação participante.....	49
4.2. Entrevistas centradas.....	49
4.2.1. Campinas – Áreas de Lazer e Bosques.....	49
4.2.2. Campinas – Praças de Esportes.....	50
4.2.3. Hortolândia.....	53
4.2.4. Nova Odessa	53
4.2.5. Monte Mor	54
4.3. Observação estruturada.....	55
4.3.1. Campinas – Bosques e Áreas de Lazer	55
4.3.2. Campinas – Praças de Esportes.....	56
4.3.3. Hortolândia.....	57
4.3.4. Nova Odessa	57

4.3.5. Monte Mor	58
4.4. Formulários	58
4.4.1. Campinas.....	58
4.4.1.1. Praças de esportes – praticantes	58
4.4.1.2. Praças de esportes – observadores	59
4.4.1.3. Praças de esportes – dados gerais.....	60
4.4.1.4. Áreas de Lazer.....	61
4.4.1.4.1. Praticantes.....	61
4.4.1.4.2. Observadores.....	63
4.4.1.5. Bosques	64
4.4.1.5.1. Praticantes.....	64
4.4.1.5.2. Observadores.....	65
4.4.1.6. Áreas de Lazer e bosques – gerais	66
4.4.2. Hortolândia.....	68
4.4.2.1. Praticantes	68
4.4.2.2. Espectadores.....	68
4.4.2.3. Dados gerais	69
4.4.3. Monte Mor	70
4.4.3.1. Praticantes	70
4.4.3.2. Observadores	71
4.4.3.3. Dados Gerais.....	71
4.4.4. Nova Odessa	72

4.4.4.1. Praticantes	72
4.4.4.2. Observadores	73
4.4.4.3. Dados gerais	74
5. Considerações Finais.....	75
Referências bibliográficas	80
Anexos	87
Anexo 1. Roteiro para entrevista centrada	88
Anexo 2. Roteiro para ficha de observação 1	90
Anexo 3. Roteiro para ficha de observação 2	92
Anexo 4. Formulário 1	94
Anexo 5. Formulário 2	97
Anexo 6. Mapa 1- Cidades da Região Metropolitana de Campinas ..	100
Anexo 7. Mapa 2 - Campinas - Divisão por Regiões	101
Anexo 8. Campinas: Relação dos Espaços e Equipamentos e sua Localização (regiões)	102
Anexo 9. Hortolândia: Relação dos Espaços e Equipamentos	106
Anexo 10. Monte Mor: Relação dos Espaços e Equipamentos	110
Anexo 11. Nova Odessa: Relação dos Espaços e Equipamentos	112
Anexo 12. Hortolândia: Equipamentos, por Regiões de Planejamento	115
Anexo 13. Campinas: Entrevistas Centradas	116
Anexo 14. Monte Mor: Entrevistas Centradas	117
Anexo 15. Nova Odessa: Entrevistas Centradas	118

Introdução:

O uso do espaço urbano e a construção e animação dos equipamentos de lazer constituem eixo fundamental de uma política de lazer, no campo dos interesses físico-esportivos, assim como de qualquer dos seus conteúdos culturais (BARBUY, 1980, MARCELLINO, 2002c, SANTOS, 1982, WILHEIM, 1976, YURGEL, [s.d.]).

Portanto, a democratização do lazer e, dentro dele, dos conteúdos físico-esportivos, exige políticas públicas; porém elas não se restringem somente a políticas de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados e não em políticas de animação como processo; é preciso que seja contemplada também a redução de jornada de trabalho e, portanto, a política de reordenação do tempo: significa, também, falar numa política de reordenação do solo urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer; e finalmente, numa política de formação e desenvolvimento de pessoal, para que o corpo técnico trabalhe de forma eficiente e atualizada (MARCELLINO 2002c).

A pesquisa de informações básicas municipais, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística constatou um quadro concentrador de espaços culturais e de lazer construídos nas cidades-sede de regiões metropolitanas, em relação com às demais cidades que as compõem (IBGE, 2001).

Partimos do pressuposto que, o que ocorria antes com a concentração dos equipamentos de lazer, no centro das grandes cidades, e que com o decorrer do processo de urbanização e especulação imobiliária deslocou-se para outras áreas urbanizadas, hoje se dá com relação ao centro de regiões metropolitanas, em relação às cidades periféricas, dificultando o acesso da população, principalmente quanto à prática esportiva e dos conteúdos físico-esportivos no lazer, no cotidiano.

Nesse sentido é fundamental entender todo o processo de planejamento, construção, administração e animação dos equipamentos para que, com isso, possa se implantar, de forma mais adequada, uma política de democratização cultural. Torna-se assim muito importante a relação que se estabelece entre o público usuário, os profissionais e os equipamentos públicos de esporte e lazer, aqui enfocando mais diretamente os conteúdos físico-esportivos, verificando o comportamento de praticantes e espectadores, uso de equipamentos específicos e não específicos, modificações ou adaptações e expectativas de atuação profissional.

A Região Metropolitana de Campinas - RMC¹ foi escolhida por critérios de representatividade (sua importância como pólo cultural, educacional e tecnológico, alto “PIB e renda per capita”), e acessibilidade². As cidades da RMC foram destacadas pelos mesmos critérios, abaixo especificados.

A cidade de Campinas tem uma população estimada em 1.045.706 habitantes (IBGE, 2005), com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de 0,8529, superior ao da Região Metropolitana de Campinas – RMC (0,834) e do país (0,766) (IBGE, 2000; CAIADO, 2002a; PNUD, 2000a, b). A partir de 1988, a cidade vem assistindo a uma mudança na configuração do seu sistema econômico, perdendo força o seu parque industrial e ganhando terreno o setor de serviços (comércio, pesquisa, serviços de alta tecnologia e empresas na área de logística). Atualmente a cidade abriga um terço da produção industrial do estado de São Paulo, com destaque para as indústrias de alta tecnologia e para o parque metalúrgico. Caracteriza-se ainda como importante e diversificado centro comercial. É reconhecida como centro de produção e difusão de conhecimento tecnológico de ponta. Sua malha viária e sua alternativa aeroviária contribuem para o desenvolvimento econômico e também para a concentração populacional da RMC³. A cidade foi escolhida para ser objeto de estudo por ser a sede da Região Metropolitana de Campinas (RMC).

O município de Hortolândia foi criado em 1991, por desmembramento do município de Sumaré e desde sua criação pertence à RMC. Hortolândia está entre as 4 cidades mais populosas da RMC, com uma população estimada de 194.289 habitantes (IBGE, 2005), área de 62 km² (IBGE, 2000) e, portanto, com a mais alta densidade demográfica (3.133 hab./km²) dentre as cidades da RMC. Atualmente, o município de Hortolândia possui em seu território aproximadamente 200 indústrias e se caracteriza, principalmente, pela atividade industrial. Este número de indústrias pode ser considerado alto em relação ao curto espaço de tempo de emancipação do município, com apenas 14 anos. Hortolândia está

1. A RMC tem 2.633 milhões de habitantes (IBGE, 2005), e responde por 5,9% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (FINETTO, 2005). Municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos, e Vinhedo (PNUD, 2000a).

2. A Região é o terceiro maior mercado consumidor do país (Disponível em: <http://www.hostgold.com.br/hospedagem_sites/Campinas>. Acesso em 20.01.2007), e tem um Produto Interno Bruto (PIB) de 25 bilhões de dólares. Sua renda per capita é muito significativa se comparada à do Estado de São Paulo e Brasil (Região Metropolitana de Campinas = 10.689 dólares, Estado de São Paulo = 5.620 dólares e Brasil = 3.506 dólares). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Campinas>. Acesso em 20.01.2007.

3. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Campinas>>. Acesso em 20.01.2007

localizada estrategicamente entre os grandes pólos industriais. A cidade fica a 115 quilômetros da capital paulista e a 20 quilômetros de Campinas (HORTOLÂNDIA, [s.d.]). O município, potencialmente, apresenta instituições de ensino e pesquisa e já faz parte hoje do pólo turístico do Circuito de Ciências e Tecnologia do Estado (REGIÃO..., 2005). Os critérios que regeram a escolha da cidade de Hortolândia foram: a alta densidade demográfica, tendo 3.133 hab/km², o alto índice de violência urbana e o fato de não possuir um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH do município de Hortolândia é de 0,790 e é considerado baixo quando comparado ao das demais cidades da RMC; porém Hortolândia está acima do IDH nacional, que é de 0,766 (IBGE, 2000).

Monte Mor é o 13º em população dentre os 19 municípios que integram a RMC, correspondendo a 44.721 habitantes (IBGE, 2005). Sua área territorial é de 220 km², dividida em 58 km² de área urbana e 162 km² de área rural (CAIADO, 2002a). Dista da Capital cerca de 122 quilômetros, com a qual se comunica pela SP 101 até Campinas e desta a São Paulo pela SP 303 (Rodovia Anhangüera) e SP 348 (Rodovia Bandeirantes) (MONTE MOR, [s.d.]). Ao norte, a cidade limita-se com Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste, ao sul com Elias Fausto e Indaiatuba, a leste com Campinas e Hortolândia, e a oeste com Capivari (CAIADO, 2002a). Tradicionalmente, o município tem forte desenvolvimento agrícola. Porém, com o crescimento urbano e industrial da RMC, seu perfil econômico passou a sofrer algumas alterações, incorporando também os setores pecuário e industrial (CAIADO, 2002a). A cidade de Monte Mor foi escolhida devido ao seu pequeno contingente populacional, à sua forte tradição agrícola, à sua acessibilidade e ao seu baixo índice de desenvolvimento humano para a RMC. O IDH de Monte Mor (0,783) é considerado baixo em relação aos demais municípios da RMC, ou mesmo ao IDH da própria RMC, que é de 0,834. No entanto, quando comparado ao restante do país, passa a ser um índice alto, pois o índice nacional é de 0,766 (IBGE, 2000; CAIADO, 2002a; PNUD, 2000a e b).

Nova Odessa é o 12º município em população, dentre os demais da RMC, contando com 47.088 habitantes, e possuindo uma área de 73 km² (IBGE, 2000, 2005). O Município é limitado pelos de Sumaré (Sul), Paulínia (Leste), Americana (Norte) e Santa Bárbara D'Oeste (Oeste), e dista 120 quilômetros da capital por rodovia (NOVA ODESSA, [s.d.]). Os critérios que imperaram na escolha da cidade de Nova Odessa foram: ser um dos principais pólos têxteis do interior do estado de São Paulo (juntamente com Americana), pequeno contingente populacional, acessibilidade e o

fato de não possuir um alto índice de desenvolvimento humano. O IDH de Nova Odessa é 0,826, o qual não é considerado alto quando comparado às demais cidades da RMC, e é ligeiramente inferior ao IDH da própria RMC, que é de 0,834. Porém, quando analisada em âmbito nacional (o IDH do Brasil é de 0,766), Nova Odessa possui um IDH alto (IBGE, 2000; PNUD, 2000a e b; CAIADO, 2002b).

O trabalho foi realizado através da combinação de pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com a inserção dos pesquisadores nos equipamentos investigados. Enquanto procedimento amplo de raciocínio, também caracterizado como modo de observação, foi utilizado o “estudo de comparativo” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977), entre as categorias de equipamentos e as cidades.

A pesquisa bibliográfica foi realizada no sistema de Bibliotecas da Unicamp e da Unimep, e nas principais ferramentas disponíveis na Internet, especialmente o Google acadêmico.

A pesquisa documental foi efetuada junto aos documentos dos órgãos competentes (Esporte, Lazer, Parques e Jardins, Planejamento, Secretaria de Obras e Urbanismo, Câmara Municipal), das Prefeituras, por análise de conteúdo (GIL, 1991). Quando necessários, foram utilizados instrumentos complementares de coletas de dados, como entrevistas.

A pesquisa de campo foi realizada, através de estudo comparativo, englobando:

- observação participante, com utilização de diário de campo, com “categorias” fixadas a partir das pesquisas bibliográfica e documental, em todos os equipamentos;
- entrevista centrada (THIOLLENT, 1987, p. 35), (roteiro anexo 1) para as “categorias” preestabelecidas, a partir das pesquisas bibliográfica e documental, e das observações preliminares, para os profissionais dos equipamentos selecionados a partir da observação participante.
- observação estruturada (ficha anexo 2) de equipamentos com atividades comuns, de acordo com a finalidade para a qual foram concebidos, com ou sem a presença de animadores, selecionados a partir da observação participante.
- observação estruturada (ficha anexo 3) de equipamentos com atividades adaptadas, com finalidades diferentes daquelas para as quais foram concebidos, com ou sem a presença de animadores, selecionados a partir da observação participante.

- aplicação de formulário (formulário anexo 4) para praticantes de atividades, com ou sem a presença de animadores, em equipamentos selecionados a partir da observação participante.
- aplicação de formulário (formulário anexo 5) para espectadores de atividades, com ou sem a presença de animadores, em equipamentos selecionados a partir da observação participante.

No decorrer da pesquisa a principal técnica de coleta de dados foi a observação participante (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 213-214), que pressupõe observação direta e convívio com o grupo observado, caracterizada, para alguns autores, sob a denominação geral de pesquisa participante (SILVA, 1986).

Num primeiro momento, a pesquisa abarcou todo o universo dos equipamentos ligados ao lazer, ao lazer físico-esportivo e aos esportes.

Posteriormente, e com base nos dados da observação participante, foi definida uma amostra não probabilística, intencional, por critérios de representatividade e acessibilidade. Os mesmos critérios de definição de amostra foram utilizados também para seleção dos funcionários. Praticantes e espectadores foram escolhidos ao acaso e seu número estabelecido por saturação de resultados.

Na fase final, tendo como pano de fundo a RMC, os dados foram comparados levando-se em conta as características da cidade sede, das cidades de pequeno porte e da de médio porte.

Ao analisarmos a RMC esperamos buscar elementos para o entendimento da análise da situação de outras sedes de regiões metropolitanas brasileiras, nas relações com as cidades que compõem a região, e assim, fornecer subsídios para um dos eixos importantes em Políticas Públicas de Esportes e Lazer: Espaços e equipamentos.

Agradecemos a Dayene Mormano Vieira e Bruna Casarini Aguiar, acadêmicas do Curso de Educação Física, da Facis, Unimep, e bolsistas da Rede Cedes, pela participação neste projeto de pesquisa. Agradecemos, ainda, aos Setores relacionados ao Lazer, Esporte e Cultura, das Prefeituras de Campinas, Hortolândia, Nova Odessa e Monte Mor, por nos possibilitar o acesso aos documentos e a realização da pesquisa nos próprios municipais.

1. A cidade como espaço de lazer:

Espaços e equipamentos são componentes dinâmicos de uma Política Pública de Lazer, estando em constante transformação. Hoje, nas grandes cidades, vivendo o dilema entre o Ser e o Ter, as pessoas, principalmente os jovens, estão optando por viver o Estar, e se isso for considerado em termos do espaço, o “trajeto” é o lugar, e o tempo da noite é o principal espaço do lazer, que já começa na “pré night”, no posto de gasolina, com o fenômeno do nomadismo, que esvazia equipamentos, a partir do toque de um celular, chamando para a “boa” do outro lado da cidade (ALMEIDA; TRACY, 2003). Por outro lado, os equipamentos não podem ser vistos apenas de uma perspectiva, como centros de consumo, como muitas vezes acontece com os *shoppings centers* (PADILHA, 2003), mas nas suas múltiplas possibilidades de significados atribuídos pela população. E é impossível negar a importância do tema, quando se trata do lazer, pois se as duas circunstâncias que caracterizam essa manifestação humana são as de tempo e atitude, elas supõem a existência de um espaço real ou virtual. Embora reconheçamos o grande vulto que vem ganhando o espaço virtual, ficaremos restritos, neste texto, à relação lazer e espaço urbano. Mas a dimensão que o espaço toma, aqui, é ainda maior porque se trata do acesso a ele, e ligado à Política Urbana.

Os estudos do lazer, no mundo ocidental moderno, nascem e ganham impulso com o processo de urbanização. O lazer⁴, tal como o conhecemos hoje, é uma problemática tipicamente urbana, característica das grandes cidades, porém ultrapassa suas “fronteiras”, uma vez que os grandes centros urbanos a levam, com as mesmas características, através da mídia, para outras regiões do país, nem tão grandes, nem tão urbanizadas. Os conceitos de espaço e equipamento freqüentemente se confundem. Santini (1993) coloca que existem duas formas de entendimento para essa diferença entre os conceitos. O primeiro entendimento propõe que os conceitos sejam utilizados como sinônimos. Já o segundo sugere uma distinção clara entre espaço e equipamento. Espaço é entendido como o suporte para os equipamentos. E os equipamentos são compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade. Seguindo o segundo ponto de vista apontado por Santini, conclui-se que é possível se exercer atividades de lazer sem um

4. O lazer é entendido aqui “[...] como a cultura - compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída), no ‘tempo disponível’. É fundamental como traço definidor, o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa” (MARCELLINO, 2005, p. 28)

equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço. Democratizar o lazer implica em democratizar o espaço. Muito embora os equipamentos construídos exerçam atração nas atividades desenvolvidas no lazer, deve-se considerar que, para a efetivação das suas características é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível. E se a questão for colocada em termos de vida diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano. As cidades são os grandes espaços e equipamentos de lazer.

Uma análise de situação, da questão do espaço e dos equipamentos de lazer, põe em destaque algumas características indesejáveis, quando se pensa em termos de democratização, um dos valores centrais, ao lado da participação popular, na concepção de políticas de lazer, que vêm orientando os trabalhos de políticas públicas mais progressistas (MARCELLINO, 2002c).

Se procedermos à relação lazer/espaço urbano, verificaremos uma série de descompassos, derivados da natureza do crescimento das nossas cidades, relativamente recente, e caracterizado pela aceleração e imediatismo. O aumento da população urbana não foi acompanhado pelo desenvolvimento de infra-estrutura adequada, gerando desníveis na ocupação do solo e diferenciando marcadamente, de um lado as áreas centrais, ou os chamados pólos nobres, concentradores de benefícios, e de outro a periferia, com seus bolsões de pobreza, verdadeiros depósitos de habitações. Mesmo quando nestes espaços estão localizados equipamentos tais como *shoppings*, a população local, geralmente não tem acesso privilegiado a eles.

Constata-se, principalmente, a centralização de equipamentos específicos⁵ (teatros, cinemas, bibliotecas, etc.), ou a sua localização em espaços para

A noção de cultura deve ser entendida em sentido amplo, consistindo “[...] num conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve” (MACEDO, 1982, p.35). Implica, assim, o reconhecimento de que a atividade humana está vinculada à construção de significados que dão sentido à existência. A análise da cultura, pois, não pode ficar restrita ao “produto” da atividade humana, mas tem que considerar também o “processo dessa produção” - “o modo como esse produto é socialmente elaborado” (MARCELLINO, 2005).

5. REQUIXA (1980) enfatiza a necessidade de integração, dentro de uma política de lazer, de equipamentos privados e públicos, de um lado, e de outro, de equipamentos específicos e não específicos. Como equipamentos não específicos entende os que, na origem, não foram construídos para a prática das atividades de lazer, mas que depois tiveram sua destinação específica alterada, de forma parcial ou total, criando-se espaços para aquelas atividades. O autor coloca que hoje os espaços das cidades precisam ser aproveitados de modo a se tornarem polivalentes. Entre esses equipamentos não específicos estão: o lar, a rua, o bar, a escola, etc. Já os equipamentos específicos são construídos com essa finalidade, podendo ser classificados pelo tamanho, atendimento aos conteúdos culturais, ou outros critérios.

públicos segmentados, o ar de “santuário” de que ainda se revestem um bom número deles e as dificuldades para utilização de equipamento não específicos - o próprio lar, bares, escolas, etc.

Assim, o próprio espaço urbano passa a constituir um bem econômico – um produto a mais no mercado – com a valorização absurda das áreas centrais inviabilizando a construção de equipamentos públicos e incentivando o crescimento vertical. Além disso, o crescimento horizontal exagerado das grandes cidades passa a ser uma necessidade do lucro, ampliando-se a malha urbana além dos limites necessários, tendo em vista a reserva de áreas para a especulação imobiliária, o que dificulta a extensão de recursos e de serviços às regiões periféricas, cada vez mais afastadas.

Mas não somente a urbanização é regida pelos interesses imediatistas do lucro. A visão utilitarista do espaço é determinante nos processos de renovação urbana, ou seja, nas modificações do espaço já urbanizado ditadas pelas transformações verificadas nas relações sociais. Trata-se de prática inevitável se considerada a evolução das necessidades da vida nas cidades. Deve-se questionar, no entanto, a maneira como vem se processando a renovação. Além da alteração da paisagem, fato mais facilmente observado e que, pela ausência de critérios, geralmente contribui para a descaracterização do patrimônio ambiental urbano e a conseqüente perda das ligações afetivas entre o morador e o *habitat*, a diminuição dos equipamentos coletivos, o aumento do percurso casa/trabalho, enfim, favorece pequenos grupos sociais em detrimento dos antigos moradores.

Evitando a fixação residencial e privilegiando a ação econômica, as áreas renovadas freqüentemente se transformam em locais potencialmente inseguros e perigosos fora dos períodos de funcionamento comercial.

As grandes distâncias entre os locais de trabalho e moradia obrigam a grande massa de trabalhadores a despender uma parcela razoável do seu tempo diário na locomoção, muitas vezes saindo e voltando a suas casas sem ver a luz do sol. Nas grandes concentrações urbanas já é comum a existência de cidades satélites, também chamadas de dormitórios, cuja principal razão de ser é dar o descanso necessário – sono – à mão de obra que alimentará o ritmo da produção no dia seguinte.

Com o crescimento das cidades, agrava-se pois o isolamento de seus habitantes, e sua condição de passividade frente às decisões que afetam diretamente sua vida diária.

Ao se considerar o espaço é preciso que se considere o tempo. Não há como evitar essa interface. Os usos de um se desdobram nos usos do outro e vice-versa. E dessa forma, ao tempo abstrato corresponde, portanto, um espaço abstrato. Ao ser submetida à lógica do lucro, a cidade é rebaixada de obra (valor de uso e fruição) a produto para o consumo (instrumento do valor de troca) e o espaço/tempo passam a ser considerados como itens de produção - mercadorias. Os espaços públicos passam a ser convertidos em espaços “privatizados” (SANTOS, 1999, LEFREVRE, 1991b).

É perfeitamente lógica, nesse esquema de raciocínio, a falta de espaço para o lazer, na perspectiva do encontro humano, e a oferta de equipamentos para o lazer mercadoria. Nas grandes cidades atuais sobra pouca ou quase nenhuma oportunidade espacial para a convivência, pois da forma pela qual são constituídas e renovadas, o vazio que fica entre o amontoado de coisas é insuficiente para permitir o exercício mais efetivo das relações sociais produtivas em termos humanos. Os equipamentos urbanos de lazer, quando concebidos, quase sempre são assumidos pela iniciativa privada que os vê como uma mercadoria a mais para atrair o consumidor. As possibilidades oferecidas em termos de lucro são os critérios levados em conta para a construção e manutenção em funcionamento dos equipamentos de lazer.

Sintomas desse mau arranjo da vida urbana são encontrados no cotidiano das pessoas em geral e, mais particularmente, nas fugas grandiosas que se repetem em todas as ocasiões em que a população tem oportunidades para tal. A atração exercida pelo espaço situado fora das cidades é muito complexa e estaria afetada não somente aos valores do contato com a natureza, mas também à vontade de quebrar a rotina, ficando distante de um lugar comum e sem maiores novidades, onde já se passou todo um período geralmente enfadonho.

Mesmo saqueada e esvaziada dos valores do encontro humano, a cidade, no entanto, não é eliminada. Ela resiste, à medida que o valor de uso do espaço não é eliminado de vez. E ele reaparece, entre outras possibilidades, nas práticas de lazer, da perspectiva de desenvolvimento pessoal e social, do encontro e da convivencialidade, do corpo, em contraposição ao lazer mercadoria – valor de troca –, ou na recuperação da festa, de que nos fala Lefebvre (1991a).

Essa situação é agravada sobretudo se considerarmos que, cada vez mais, as camadas mais pobres da população vêm sendo expulsas para a periferia, e portanto, afastadas dos serviços e dos equipamentos específicos: justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições

para a prática do lazer em suas residências e para quem o transporte adicional, além de economicamente inviável, é muito desgastante. Nesse processo, cada vez menos encontramos locais para os folguedos infantis, para o futebol de várzea, ou que sirvam como pontos de encontro de comunidades locais.

Assim, aos espaços destinados ao lazer pouco restou. O lazer também passou a ser visto pelos grandes investidores como uma mercadoria. “Há muito a cidade deixou de ser basicamente um espaço público, neutro, sem querer chamar a atenção. A própria cidade é um produto a ser vendido para o desenvolvimento de atividades lucrativas.” (SASSEN, 2000, p. 120). É preciso que o poder municipal entenda a importância dos espaços urbanos de lazer nas cidades, antes que empresas os transformem em produtos acessíveis somente a classes sociais mais altas.

Se o lazer é colocado pela sociedade capitalista enquanto um momento de consumo, o espaço para o lazer também é visto como um espaço para o consumo. “A constituição dos núcleos é primordialmente assentada em interesses econômicos. Foram e são concebidos como locais de produção, ou de consumo” (MARCELLINO, 2002a, p. 25). Dessa forma, também os equipamentos de lazer, os espaços de convívio, seguem uma tendência à privatização, incluindo aí as áreas verdes que, como o próprio lazer passam a ser “mercadorias”.

Fala-se muito, hoje, em entretenimento. Pelo nosso entendimento de lazer, o entretenimento deveria ser um dos componentes do lazer, ligado, basicamente, aos valores de divertimento. Mas, o que se percebe hoje é uma clara alusão ao entretenimento como o “lazer mercadoria”. Não atividades populares ligadas à alma da população, mas “popularescas”, no sentido de nivelamento “por baixo”, com o único objetivo de “desviar a atenção de”, e esse “de”, quase sempre, pode ser entendido como a triste realidade pessoal e social dos seres humanos. É a distração, significando alheamento e não, como “atração por um outro mundo”. Um mundo diferente, de sonho e invenção, de uma sociedade mais justa, de um ser mais humano.

E um dos fatores mais importantes, ainda que não único, para o crescimento do “lazer mercadoria”, em detrimento do lazer de criação e participação culturais é a falta de espaços vazios urbanizados.

A começar da infância, uma vez que para o desenvolvimento de uma cultura da criança a disponibilidade de espaço é fundamental. Fernandes (1979, p. 171) já destacava a importância da “cultura infantil”, “constituída de

elementos culturais quase exclusivos [...] e caracterizada por sua natureza lúdica”, distinguindo nela uma “educação da criança, entre as crianças e pelas crianças” (FERNANDES, 1979, p. 176). A carência de espaços, aliada a outros fatores (MARCELLINO, 2005), vem contribuindo para a substituição quase maciça da produção cultural da criança, pela produção cultural para a criança, que por melhor que seja, não tem condições de substituí-la. Isso é destacado por vários autores, incluindo Perroti (1982), que observa a substituição que ocorre do real pelo simbólico. Mas Benjamin (1984), já alertava para os “perigos” da produção cultural para a criança. Na sua análise do teatro infantil proletário, o autor considera tanto a produção como a fruição da atividade cultural positivas, desde que feitas por crianças para crianças: “Esse teatro infantil é ao mesmo tempo para o espectador infantil, o único proveitoso. Quando adultos representam para crianças, irrompem patéticos” (BENJAMIN, 1984, p. 88). As conseqüências desse processo são bastante conhecidas: a mais negativa delas, provavelmente, seja a diminuição das ocasiões de reunião das crianças, isto é, das brincadeiras coletivas, tão importantes no aprendizado da vida em grupo e no desenvolvimento do sentimento comunitário.

Em se tratando de equipamentos não específicos de lazer, as Escolas, contam com grandes possibilidades, em termos de espaço, nos vários campos de interesse: quadras, pátios, auditórios, salas, etc. Deve-se considerar ainda seus períodos de ociosidade, em férias e fins de semana, e a existência, que pelo menos deveria ocorrer, de vínculos com a comunidade próxima. No entanto, a tão propalada abertura comunitária desses equipamentos não vem se verificando, talvez pelo temor dos riscos de depredação. Embora algumas iniciativas estejam ocorrendo com o desenvolvimento de atividades de lazer em escolas, pode-se e deve-se questionar suas metodologias de abordagem, mas mesmo assim em trabalhos comunitários, ao contrário do que se possa imaginar à primeira vista, uma ação bem realizada nesse sentido, só contribui para aumentar o respeito das pessoas pelo equipamento, uma vez que, à medida que o utilizam, vão desenvolvendo sentimentos positivos, passando a colaborar na sua conservação. Guimarães (1985 e 1990) deixa isso muito claro quando analisa a depredação escolar por dentro do equipamento, chegando à conclusão de que a violência está ligada a vigilância e punição escolares; e quando estuda a violência externa ao equipamento, chegando à conclusão que a violência, nesse caso está ligada à exclusão do próprio sistema escolar.

A proposta da Pedagogia da Animação (MARCELLINO, 2004, 2005), considera a escola como equipamento e enquanto organização de educadores, funcionando como “centro de cultura popular”, e analisa entre seus vários componentes a sua tarefa educativa em termos de espaço, ultrapassando os limites dos muros dos prédios escolares, estendendo-se a outros equipamentos da comunidade próxima, procurando dessacralizá-los.

As conseqüências das questões políticas e econômicas que envolvem o espaço acabam fazendo com que um equipamento não-específico de lazer - o lar, venha se tornando, já há algum tempo, o principal espaço de lazer, situação minimizada com o advento do automóvel, que “expulsou” as famílias de suas casas, agravada agora, porque este mesmo equipamento vem se tornando cada vez mais, por circunstâncias diversas, também um local de trabalho, tanto na classe dominante - uso de micros e equipamentos eletrônicos sofisticados - , que “empurram” as pessoas para dentro, quanto na classe dominada, devido à necessidade crescente de pequenos negócios de economia informal, em decorrência da crise do desemprego estrutural.

Saímos de uma situação histórica, na chamada “sociedade tradicional”, em que o brincar e o trabalhar conviviam com o ambiente familiar no espaço da casa e seu entorno. Por uma série de razões, na sociedade “contemporânea”, a casa volta a ser novamente, e cada vez mais, um lugar de morar, de trabalhar e de brincar. Quais as conseqüências dessa situação? Como nos preparar para enfrentá-la ou conviver com ela, enquanto profissionais do lazer? Como equilibrar o lazer em família, com o lazer da família? O lar, como espaço para brincar, morar e trabalhar será o local de aproximação forçada ou possibilidade de afirmação das individualidades?

Mesmo os bares vêm perdendo suas características de pontos de encontro, embora algumas iniciativas ocorram no sentido de transformá-los em espaço alternativo para atividades como exposições, lançamentos de livros, música ao vivo, etc. Essas iniciativas quase sempre se restringem aos chamados “barzinhos”. Os tradicionais “botequins” são substituídos pelas lanchonetes, os *fast-food*, onde o consumo é rápido e a convivência desestimulada.

As ruas e a maioria das praças das grandes cidades são concebidas, quase sempre, unicamente como locais de acesso e passagem.

Com o crescimento desordenado das cidades, agrava-se o isolamento de seus habitantes e sua condição de passividade frente às decisões que afetam diretamente sua vida diária. É perfeitamente lógica, nesse esquema de raciocínio, a falta de espaço para o lazer, quase sempre colocado numa falsa hierarquia de necessidades. Nas grandes cidades atuais sobra pouca ou quase nenhuma oportunidade espacial para a convivência. O vazio que fica entre o amontoado de coisas é insuficiente para permitir o exercício mais efetivo das relações sociais produtivas em termos humanos. Os equipamentos urbanos para o lazer, quando concebidos, quase sempre são assumidos pela iniciativa privada, que os vê como uma mercadoria a mais para atrair o consumidor. As possibilidades oferecidas em termos de lucro são os critérios levados em conta para a construção e manutenção em funcionamento dos equipamentos de lazer.

Sintomas desse mau arranjo da vida urbana são encontrados no cotidiano das pessoas em geral e, mais particularmente, nas fugas grandiosas que se repetem em todas as ocasiões em que a população tem oportunidades para tal.

Os condomínios verticais e horizontais buscam a ilusão da saída individual para o “lar, doce lar”, construindo suas moradas como “cantinho de sonho”, “refúgio do guerreiro”, mas têm em suas construções guaritas medievais e fossos, com pontes elevadiças, separando as casas. E o lazer é individualizado, com profusão de piscinas e parabólicas, e bancos individuais, nos jardins, distando, em alguns casos, pelo menos dez metros, uns dos outros.

O lazer, visto como manifestação humana, com suas especificidades, mas entendido no conjunto delas, sofre as mesmas influências que qualquer área do social. Entendê-lo como um “oásis” de tranquilidade, e que inclusive, a gera, é uma visão contraditoriamente mercantilista - lazer mercadoria a ser consumida - , funcionando como válvula de escape. Pelo contrário: a violência, a falta de segurança, são apontados como fatores que impedem a escolha do lazer das pessoas, contribuindo para que fiquem reféns de suas próprias casas, aumentando o já elevadíssimo número de indivíduos que têm na casa o seu principal “equipamento” de lazer.

Raquel Rolnik (2000a), urbanista e presidente do Instituto Polis, ao abordar a impossibilidade de uma noção única de qualidade de vida, numa metrópole, chama a atenção, notadamente para o uso do espaço, sobre a noção limitada, baseada em valores comerciais de equipamentos incorporados com finalidades exclusivas, como oferecimento de academias

de ginásticas, proximidade a grandes empreendimentos, etc. Chama a atenção, também, em especial aos profissionais da área de arquitetura e urbanismo, para não caírem na “noção mesquinha de qualidade de vida, superando a noção privatista de espaço e cidade, retomando os ideais que informam a própria constituição do exercício profissional” (ROLNIK, 2000a, p. 36).

Lia Diskin (co-fundadora da Associação Palas Athena), ao abordar a riqueza a ser avaliada no mundo social, diz que ela “fica evidenciada pela pluralidade cultural que consegue legitimar-se na convivência”, chamando a atenção para o fato de que “hoje, a qualidade de vida individual e coletiva está condicionada às oportunidades de conhecer e escolher um repertório de valores, que nem sempre pertence à sociedade na qual está inserido” (2000, p.37). Para a autora:

[...] a qualidade de vida pessoal, institucional ou social depende em grande escala da capacidade de se relacionar com o outro (o diferente), o entorno e o planeta de maneira respeitosa e responsável, promovendo o legítimo direito de oportunidades para usufruir os bens naturais e culturais de que todas as comunidades humanas têm disponibilidade ao longo da nossa história(idem, ibid.).

Quando se pergunta às pessoas qual a importância do lazer nas suas vidas, a resposta fica entre sétimo a décimo lugar numa escala de prioridade. Isso se deve à pouca “ressonância social do lazer”, ainda não visto como um direito social, e também à hierarquia de necessidades. Mas, quando se convive diretamente com as pessoas pode-se ver claramente a importância do lazer como busca de significado para as suas vidas. Além disso, muitas pessoas fazem atividades de lazer, sem saber que estão fazendo. Porque, via de regra, o que é chamado de lazer é o que é veiculado pela mídia como sendo lazer.

Muito se fala da péssima qualidade de vida das grandes metrópoles. A mudança na percepção da importância do lazer na vida das pessoas, poderia trazer mudanças, nesse aspecto, sem dúvidas. Seria uma mudança de valores. Mas, ela não acontece de per si. É preciso que se tenha condições objetivas. O mundo do lazer também pode ser o mundo da violência. O Lazer como esfera de manifestação humana é pleno de possibilidades, inclusive de violência.

A grande maioria das nossas cidades não conta com um número suficiente de equipamentos específicos de lazer para o atendimento à população. E o que é pior: muitos deles, mantidos pela iniciativa privada, como

teatros e cinemas, estão fechando e dando lugar a empreendimentos mais lucrativos. Mesmo aquelas cidades que contam com um razoável número desses equipamentos nem sempre têm seu uso otimizado, pela falta de conhecimento do grande público, ou seja, pela divulgação insuficiente entre os próprios moradores.

Iniciativas particulares vêm sendo tomadas e devem merecer apoio. Mas o poder público não pode ficar ausente. O urbanismo moderno atribuiu às cidades quatro funções: lazer, moradia, trabalho e circulação. Destas, três ficaram confinadas e localizadas em espaços privados, cada vez mais circunscritos e homogêneos, cabendo à dimensão pública a quarta função (ROLNIK, 2000b). As classes sociais média e alta atribuem à cidade a função exclusiva de circulação, já que podem desfrutar de lazer em seus espaços privatizados. Porém, para as classes mais pobres, a cidade continua com a função de lazer, de morar, de trabalho e de circulação. Mas, como os investimentos em equipamentos de lazer são feitos, na sua grande maioria, pela iniciativa privada, o espaço público passa a possuir equipamentos de péssima qualidade – já que o poder público vem sendo negligente com essa questão. Há uma crescente privatização dos espaços de convivência social em favor das classes mais favorecidas. Assim, o bairro é substituído pelo condomínio fechado, os espaços públicos de lazer pelos clubes e centros de entretenimento, e as ruas pelos *shoppings centers* (BONALUME, 2002).

O espaço público vem perdendo seu uso multifuncional, deixando de ser local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo. E para que as cidades deixem de possuir somente a função de circulação é necessário:

[...] implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada da sua multifuncionalidade e beleza, na retomada da idéia de uma cidade que conecte usos, funções e pessoas diferentes, em segurança. Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável (ROLNIK, 2000b, p. 184).

Um dos canais possíveis para isso é a implantação de políticas setoriais de lazer, devidamente conectadas com as demais áreas socioculturais. A manutenção e animação de equipamentos de lazer e esporte podem ser instrumentos importantes na re-significação do espaço urbano.

Nas grandes cidades, as pessoas buscam áreas abertas (praças, parques etc.), pois sentem a necessidade de estar em contato com o meio

ambiente. “Eis porque alguns grandes parques, espalhados pela cidade, tornam-se pólos centralizadores de verdadeiras multidões.” (SANTINI, 1993, p. 44). A existência de parques nas cidades torna-se, assim, de extrema importância para o lazer da população. Porém, muitas vezes falta espaço para a construção destes parques. “O processo desordenado de constituição das cidades brasileiras não garantiu espaço para uma ocupação planejada do solo urbano. A consequência deste problema aparece na forma de disfunções urbanas.” (SANTOS; MIOTTO, 2003).

Essa falta de espaços de lazer contribui para o enclausuramento das pessoas, que, por não terem opções de lazer nos logradouros públicos, acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico, conforme já havíamos destacado anteriormente. Mas esse processo não é só resultado da falta de espaços para o lazer. A violência das cidades também contribui com isso.

Assim, a vida privada é marcada cada vez mais pelo medo e pelo enclausuramento. Vivemos uma realidade travestida pelo virtual e pelo simulacro. Desaparece a rua como lócus da sociabilidade. Da mesma forma como desaparecem a família e a rua, as relações de vizinhança e de compadrio, tende a desaparecer também o mundo vivido (RODRIGUES, 2002, p. 154).

Para lutar contra esta individualização do lazer, é necessário que cada vez mais o poder público crie políticas de lazer que possam dar mais ênfase aos espaços e equipamentos. Ao invés disso cresce o lazer doméstico, amparado nas possibilidades individuais eletrônicas, que contribui para que as pessoas busquem somente o lazer entretenimento, deixando de lado o lazer convivência social (RODRIGUES, 2002).

Conforme já foi colocado, a iniciativa privada já vem criando novos espaços de lazer no ambiente urbano. Mas num país periférico como o Brasil, a grande maioria da população não possui condições financeiras de desfrutar de espaços de lazer pagos. Dessa maneira, o poder público, através de políticas de lazer, deve criar novos equipamentos e espaços, e revitalizar os antigos. Dessa forma, a população em geral poderá ter maior disponibilidade de acesso às atividades de lazer, tendo garantido assim, o seu direito constitucional⁶.

6. Na Constituição de 1988, o lazer consta do Título II, Capítulo II, Artigo 6., como um dos direitos sociais; o termo aparece em outras ocasiões, mas é tratado, quando à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção II, Do Desporto, no Artigo 217, no 3. e último parágrafo do item IV – “O Poder Público incentivará o lazer- como forma de promoção social” (BRASIL, 1998).

O governo não pode ficar refém da política globalizante, que o coloca no ínfimo papel de preparar a cidade para receber os novos padrões de produção do mundo globalizado. É necessário romper com os modelos existentes de ocupação espacial das áreas urbana e rural, enfrentando as dificuldades e resistências inerentes ao processo, para que as pessoas possam ser inseridas em um espaço harmônico. As políticas de ocupação do solo devem democratizar oportunidades, resgatar a funcionalidade e a qualidade dos logradouros públicos e melhorar a circulação de pessoas, favorecer o convívio, a integração, o encontro” (BONALUME, 2002, p. 198).

No processo de construção e adaptação de equipamentos, é importante observar a redução das barreiras arquitetônicas, pois essas impossibilitam as pessoas idosas e portadoras de deficiências e/ou de necessidades especiais de usufruírem essas áreas (MÜLLER, 2002). Só dessa maneira a democratização cultural do lazer será efetivamente alcançada. Afinal, democratizar significa tornar acessível a todos. E “todos” inclui crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiências/necessidades especiais.

Os clubes recreativos (privados ou públicos) são equipamentos específicos de lazer. Porém, hoje, há pouco investimento técnico efetuado para uma conceituação adequada de clubes. É preciso que se crie um dimensionamento adequado da infra-estrutura de água, energia elétrica, esgoto e lixo, bem como uma projeção proporcional à frequência, ao tipo de atividade e à boa circulação de pessoas dessas instalações.

O estudo de Capi (2006) aponta para a importância do clube como espaço privilegiado para a concretização do associativismo, e como um dos componentes do setor corporativo que pode fazer parte de uma política pública de esporte e lazer. Se os Clubes⁷, com toda a estrutura clubística existente no país, conseguissem se estruturar em Movimento⁸, boa parte da política pública de esporte e lazer estaria definida, pelo seu componente corporativo, que inclui também o Sistema S⁹.

No processo de planejamento de um equipamento específico de lazer, antes de sua construção, é preciso conhecer quais são as aspirações e necessidades da comunidade em questão. Assim, é possível saber que

7. Segundo a Confederação Brasileira dos Clubes, em todo o Brasil há 13.826 clubes com sede própria. Para a CBC, esse total de clubes tem em média mil sócios titulares; multiplicando cada título pelo número médio de quatro pessoas, deve haver cerca de 53 milhões de pessoas vinculadas aos clubes, quase um terço da população nacional (CONFEDERAÇÃO, 2005).

8. Os Clubes, enquanto associações, estão no penúltimo degrau do associativismo. O último seria o Movimento: 1. Relações interpessoais, 2. Grupos, 3. Associações (Clubes), 4. Movimentos (OLIVEIRA, 1981).

9. Sistema que engloba o Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), além de outras Organizações.

tipo de equipamento construir. E que aspirações atender em termos de conteúdos culturais.

Se os equipamentos específicos de lazer são necessários, a adaptação e utilização de equipamentos não específicos subutilizados são mais prementes ainda. Nesse sentido, vale lembrar 1. A necessidade de desenvolvimento de uma política habitacional, que considere, entre outros aspectos, também o espaço para o lazer, o que não é fácil num país como o nosso, com alto déficit habitacional, e que deve estimular alternativas criativas em termos de áreas coletivas; 2. A consideração da necessidade da utilização dos equipamentos não específicos para o lazer, através de uma política de animação; 3. A preservação de espaços urbanizados “vazios” (MARCELLINO, 2002a).

Por outro lado, a observação do uso dos equipamentos de lazer tem nos levado à constatação de inúmeros casos de “adaptações, ou de “novos usos”, pela população, diferentes daqueles para os quais foram planejados, o que exigiria uma postura diferenciada dos animadores, ou uma nova forma de planejamento de equipamentos mais participativa, de acordo com as aspirações da população, diga-se de passagem, em consonância com o próprio conceito de lazer.

É preciso a atenção em Políticas Públicas com o lazer sim, mas não qualquer lazer. Não o mero entretenimento, não o “lazer-mercadoria”. Cada vez mais precisamos do lazer que leve à “convivencialidade”, mesmo, por paradoxal que isso possa parecer, sendo fruído individualmente. Convites à convivência, significam, do nosso ponto de vista, minimizar os riscos da exacerbação dos próprios componentes do jogo: agon, a competição, que não leve à violência; ilinx, a vertigem, que não leve ao risco não calculado de vida; mimicry, a imitação, que não promova o fazer de conta imobilizante da pior fantasia; alea, sorte/azar, que não provoque alheamento (componentes analisados por CALLOIS, 1990).

E o espaço para o lazer é fundamental quando se pensa em vincular essa esfera da vida humana com a “convivencialidade” ou com a qualidade de vida.

O lazer e a segurança precisam ser tratados não como mero esforço de entretenimento, que pode camuflar uma situação de violência. Violências, melhor dizendo. Porque somos violentados, de várias formas, no nosso cotidiano, e não apenas num assalto, num seqüestro ou num assassinato. A busca da “convivencialidade” e da felicidade não precisa de justificativas.

Quem sabe, assim, não serão necessárias mais grades nas nossas casas, nos nossos parques e jardins.

Analisando a manipulação do uso do espaço como componente de aprofundamento das diferenças de classe, fato agravado pelo advento da sociedade mundial, que tornou o espaço global capital comum à humanidade, mas de efetiva utilização somente aos que dispõem de um capital particular, Santos (1982, p. 22) conclui que:

[...] a própria cidade converteu-se num meio e num instrumento de trabalho, num utensílio como a enxada na aurora dos tempos sociais [...] Quanto mais o processo produtivo é complexo, mais as forças materiais e intelectuais necessárias ao trabalho são desenvolvidas, e maiores são as cidades. Mas a proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tampouco facilita os contatos humanos não funcionais. A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. A crescente separação entre as classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros.

2. Do aglomerado ao metropolitano – a centralização dos equipamentos -

A urbanização brasileira, primeiramente, foi caracterizada por uma urbanização aglomerada, a qual causou um aumento do número (e da população respectiva) dos núcleos com mais de 20 mil habitantes. Após esse processo, ocorreu uma urbanização concentrada, que resultou na multiplicação de cidades de médio porte. O estágio seguinte foi o da metropolização, havendo um aumento significativo de grandes e médias cidades (SANTOS, 1998).

De acordo com Cunha (2005, p. 100-101):

A expressão “Região Metropolitana” apareceu na legislação brasileira em 1967, através do artigo n.º 164 da constituição federal onde se definia que a União, mediante lei Complementar, poderia estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma unidade sócio-econômica, visando a realização de serviços comuns.

Santos (1998), define as regiões metropolitanas numa época (década de 90) em que só havia nove regiões reconhecidas por lei no território nacional (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre):

As atuais Regiões Metropolitanas têm como pontos comuns dois elementos essenciais: a) são formadas por mais de um município, com o município núcleo – que lhes dá o nome – representando uma área bem maior que as demais; b) são objeto de programas especiais, levados adiante por organismos regionais especialmente criados, com a utilização de normas e de recursos em boa parte federais. São, na verdade, regiões de planejamento, onde, todavia, o que é feito não atende à problemática geral da área, limitando-se a aspectos setoriais. A socialização capitalista favorecida pelo poder público nessas áreas metropolitanas é acompanhada por uma expansão periférica, que inclui a criação de Direitos Industriais explícitos e implícitos, e pela concentração geográfica dos serviços de interesse coletivo (SANTOS, 1998, p. 75-76).

No âmbito das regiões metropolitanas se forma o espaço intra-urbano. Esse espaço é caracterizado por Oliveira (2002, p. 5-6) “fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja como portador da mercadoria força de trabalho em suas viagens ao posto de trabalho, seja como consumidor em suas viagens de lazer, compras, reprodução da força de trabalho”.

Um processo de “periferização”, juntamente com desconcentração demográfica e a conurbação, vem também ocorrendo nas regiões metropolitanas. Tal periferização resulta na expulsão da população mais pobre para áreas periféricas da região e na concentração de infra-estrutura urbana e equipamentos sociais de qualidade na cidade sede (CUNHA, 2005). Segundo Costa (2002), essas regiões são caracterizadas por centro e periferia, em que a oferta de serviços de qualidade está no centro.

Na verdade, tal fenômeno, também denominado “centro-periferia” já ocorria antes nas cidades (SANTOS, 1998). Assim, a população mais pobre, que vive longe do centro, é prejudicada já que deve “[...] pagar caro por seus deslocamentos, porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso” (SANTOS, 1998, p. 96).

Tal problemática reflete nas políticas públicas, nas várias esferas sociais:

Uma das graves conseqüências do processo de redistribuição populacional é o fato de que a concentração de população nas aglomerações urbanas, e em especial nas Regiões Metropolitanas, tem representado um desafio ainda não adequadamente enfrentado pelas políticas públicas. Em um contexto de crise econômica, desenvolvimento sócio-econômico desigual, forte concentração da renda e da posse da terra e gradual empobrecimento da população, a fragilidade da regulação da expansão das metrópoles brasileiras acabou por implicar maior deterioração das condições de vida da população, particularmente no que tange à localização no território e, como decorrência, às condições de moradia e de acesso aos serviços e equipamentos de consumo coletivo. Além disso, constata-se que, na década de noventa cerca de 50% do crescimento demográfico brasileiro (cerca de 11 milhões de pessoas) ocorreu nas Regiões Metropolitanas oficiais, tendo aumentado sua participação relativa na população nacional em quase 1,3 pontos percentuais na década (38,6% para 39,9%). Assim sendo, a “questão metropolitana” continua a ser um tema da maior relevância, tanto na agenda da pesquisa sociodemográfica, urbana e ambiental, quanto na agenda das políticas públicas” (NEPO/NESUR, 2003, p. 3-4, grifo nosso)

Em relação à urbanização no Estado de São Paulo, as regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas se destacam. Esta última, uma das mais dinâmicas do país, desde os anos 70 “[...] vem se configurando e se consolidando como uma área metropolitana importante seja do ponto de vista da integração funcional ou de conurbação entre os municípios, seja do ponto de vista do poder concentrador em termos sociais, demográficos e econômicos” (OLIVEIRA, 2002, p. 1).

O objetivo da formação da RMC (vide mapa 1 – anexo 6) é o de: -

[...] integrar a organização, o planejamento e a execução das chamadas funções públicas de interesse comum, que englobam os seguintes campos funcionais da administração pública: planejamento e uso do solo, existente nos vários sub-espacos da Região Metropolitana. Conhecer a heterogeneidade da metrópole e identificar sua diversidade socioespacial para transportes e sistema viário regional, habitação, saneamento básico, meio ambiente e atendimento social - saúde, educação e planejamento integrado de segurança pública (CUNHA; BARCIA, 2004, s.p.).

Baeninger e Gonçalves ([s.d.]) ressaltam que a criação da RMC ainda vem sendo debatida em virtude do pouco conhecimento que se possui dos nexos dinâmicos entre as cidades que a constituem.

A industrialização e a urbanização da RMC aconteceram de maneira atípica em relação às demais regiões brasileiras. O que geralmente ocorre é a industrialização do município sede, que passa a ser cercado por municípios dormitórios. No entanto, o processo de industrialização que ocorreu no interior do estado na década de 70 não ocorreu somente no município de Campinas, estendendo-se para as cidades periféricas, que, além de estabelecer uma forte base econômica industrial, também possuem uma boa base agrícola (BAENINGER; GONÇALVES, [s.d.]).

As indústrias na RMC foram se localizando ao longo das rodovias, o que resultou numa conurbação, que inclui Campinas, Valinhos, Vinhedo, Monte Mor, Sumaré, Hortolândia, Indaiatuba, Paulínia, Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste e Americana, situados ao longo da Rodovia Anhangüera, que liga a Grande São Paulo ao interior do Estado (OLIVEIRA, 2002).

Além de uma estrutura industrial e agrícola moderna e diversificada, o setor de ciência e tecnologia da região é um dos mais importantes do país (CUNHA; BARCIA, 2004). Ainda é importante destacar que a RMC:

[...] é servida por uma ampla e moderna rede rodoviária pela qual articula-se à Região Metropolitana de São Paulo, ao Interior do Estado e ao Sul de Minas. Destaca-se também a existência do Aeroporto Internacional de Viracopos que lhe confere um particular predicado de acessibilidade, comparativamente a todas às demais regiões do interior paulista (CUNHA; BARCIA, 2004, s.p.)

Contudo, mesmo diante do dinamismo econômico da região, existem muitos problemas ambientais e sociais que vêm se acentuando nos últimos anos (CUNHA; BARCIA, 2004). E um desses problemas é a

“periferização”, fenômeno já caracterizado anteriormente neste estudo, em que a população mais pobre é expulsa para cidades periféricas, enquanto que a infra-estrutura e serviços de qualidade se concentram no município sede da região.

Na verdade, a “expulsão” da população mais pobre do município de Campinas para os municípios periféricos já havia começado a ocorrer na década de 70. Tal processo de migração intra-metropolitana contribuiu significativamente para o crescimento dos municípios que compõem a região (BAENINGER; GONÇALVES, [s.d.]).

Assim, uma zona periférica de baixa renda, com menor dinamismo econômico e carências sociais foi se formando. Tal zona inclui uma área de contato do município de Campinas com Sumaré, Indaiatuba, Valinhos e Monte Mor, bem como em Americana, Santa Bárbara D’Oeste e Nova Odessa (BAENINGER; GONÇALVES, [s.d.]).

O padrão de urbanização da região resultou numa realidade territorial complexa, que reflete o caráter contraditório do dinamismo econômico, a exemplo do que ocorreu em outras metrópoles e grandes cidades brasileiras. Trata-se de uma urbanização seletiva e excludente que engendrou e/ou expandiu a verticalização em diferentes municípios, favoreceu o surgimento de condomínios fechados horizontais, para as faixas de renda média e alta e, ao mesmo tempo, aumentou o contingente de população pobre em bairros periféricos, com precária infra-estrutura urbana, e de favelas em quase todas as cidades.

Vale destacar que a complexidade e a diversidade da urbanização é característica das regiões metropolitanas de São Paulo – São Paulo, Campinas e Baixada Santista – que concentram quase 60% da população do Estado e apresentam indicadores de cobertura da rede de infra-estrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo inferiores à média do Estado. Observa-se, ainda, que, em 2000, as Regiões Metropolitanas concentram 96,5% dos domicílios em aglomerados subnormais¹⁰ do Estado (mais de 500 mil domicílios).

Houve um significativo acréscimo da população da RMC entre 1970 e 2000. Os municípios que formam hoje a RMC passam de 680 mil habitantes, em 1970, para 1,2 milhão, em 1980, 1,8 milhão, em 1991, e 2,3 milhões em 2000, com taxas de crescimento que se enquadram entre as mais altas do Estado de São Paulo, resultando no aumento de participação

10. Aglomerado Subnormal, para o IBGE (2000) é “conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”.

de sua população no total do Estado de 3,83%, em 1970, para 6,32%, em 2000 (CUNHA; BARCIA, 2004).

A população urbana da RMC mais que dobrou entre 1970 e 1980 e dobrou novamente entre 1980 e 2000, sendo fortemente concentrada nos núcleos urbanos dos municípios situados ao longo da via Anhangüera, formando uma grande área com urbanização praticamente contínua de Vinhedo a Santa Bárbara d'Oeste, processo que mais recentemente tem se manifestado na direção de Indaiatuba. Essa área mais intensamente urbanizada da região, com evidente processo de conurbação, é denominada como mancha urbana metropolitana, onde residem, em 1991 e 2000, respectivamente, 79,8% e 85,6% do total da população. Em que pese as limitações já apontadas, a espacialização dos indicadores selecionados nessa mancha, permite uma primeira visualização da heterogeneidade e diversidade sócio-espacial presente na RMC (CUNHA; BARCIA, 2004,).

Nesse sentido, a RMC também apresenta disfunções urbanas em relação aos espaços e equipamentos de lazer.

A pesquisa de informações básicas municipais, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001) aponta que em quase metade da região metropolitana de Campinas (RMC) não há espaços culturais e de lazer construídos, embora o perfil apresentado para a região esteja acima da média brasileira em oferta de serviços de lazer e cultura. Ainda assim, as cidades periféricas da região conseguem ter algum serviço de qualidade em lazer, quando eles são da natureza, como lagos e cachoeiras. Mas mesmo aqueles mais democráticos, como parques, também são muito pobres nas periferias. Dos municípios que integram a RMC apenas um não tem clube ou associação recreativa e somente dois não têm estádio ou ginásio poliesportivo, mas a pesquisa constata a alta concentração dos serviços na cidade sede.

Segundo Rinaldo Bárcia Fonseca, coordenador do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur), do Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), esses dados refletem o perfil tradicional das regiões metropolitanas, que são caracterizadas por Centro e periferia, onde a oferta de serviços de qualidade está no Centro (COSTA, 2002).

Se isso é grave quanto ao acesso aos espaços e equipamentos de lazer em geral, fica mais grave ainda no que se refere aos equipamentos esportivos, pela frequência e regularidade que a prática da atividade dos conteúdos físico-esportivos exige.

Mesmo para o município sede das regiões metropolitanas, onde há mais facilidade de acesso aos equipamentos, é preciso verificar o grau de “sacralização” de que muitas vezes eles são revestidos, como fatores inibidores, do seu efetivo uso democrático por parte da população.

3. Espaços de esporte e lazer – o que dizem os documentos:

3.1. A Legislação:

Apesar de já haver contado, ao longo da história, com uma Secretaria de Esportes, à qual o lazer esteve vinculado, atualmente as questões relativas ao lazer, em Campinas, são tratadas pelo Departamento de Esportes e Lazer, da Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer.

Os temas relacionados ao setor contam com uma vasta legislação e documentos, entre os quais podemos destacar a Lei Orgânica, o Plano Diretor e a Política Municipal de Esporte e Lazer. No entanto, é preciso registrar ainda, a Lei 12357 (CAMPINAS, 2005a) que dispõe sobre o Conselho Municipal de Esporte e Lazer; o Comunicado 15 (CAMPINAS, 2006a), com o Regimento Interno desse Conselho, a Lei 10.704 (CAMPINAS, 2000), que instituiu o Programa de Adoção de Praças Públicas e de Esportes e Áreas Verdes (PAPPE), estabelecendo seus objetivos e processos, suas espécies e limitações das responsabilidades e dos benefícios dos adotantes, e a de no. 10.850 (CAMPINAS, 2001), que criou as APAS - áreas de proteção ambiental, regulamentou o uso e ocupação do solo e o exercício de atividade pelo setor público e privado.

A Lei Orgânica do Município de Campinas (CAMPINAS, 1990) prevê no seu Capítulo II (Da competência), Artigo 4º, que compete ao município legislar sobre tudo quanto respeito ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes, elencando entre outros itens, no tópico XXI – regular o uso e fiscalizar os locais de práticas, espetáculos e divertimentos públicos, e no item XXIII – participar da região metropolitana e outras entidades regionais na forma prevista em lei. O mesmo documento prevê no artigo 5, que compete ao Município, concorrentemente à União e o Estado, entre outras atribuições, estimular a educação física e a prática do desporto. O título VI - Da ordem Social, capítulo III - Dos Esportes, Lazer e Turismo, é composto por dois artigos: o Artigo 246 – coloca que: “Os serviços municipais de esporte, recreação, cultura e preservação ambiental articular-se-ão entre si, respeitada a política particular de cada área, visando a auxiliar a implantação e o desenvolvimento da política municipal de turismo”; e o Artigo 247 - diz que: “O Município proporcionará meios de lazer sadio e construtivo à comunidade, mediante: I - reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques,

bosques, jardins, como base física da recreação urbana; II - construção de equipamentos de parques infantis, centros de juventude e edifícios de convivência comunal; III - aproveitamento e adaptação, em conformidade com a preservação ambiental, dos rios, vales, colinas, montanhas, lagos, mata e demais recursos naturais, como locais de passeio e distração, conforme aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente; IV - programas individualizados, especiais, com a participação de pessoas portadoras de deficiência, sob orientação de profissionais especializados; V - o aparelhamento das praças esportivas com equipamentos de ginástica e acompanhamento de professores de Educação Física, contratados para esta finalidade”.

Percebe-se assim o direito ao Esporte e ao Lazer, em consonância com a Constituição Federal, a garantia de espaços e equipamentos para essa finalidade, tanto naturais quanto construídos, de pessoal especializado, a articulação entre setores da área, e a participação na Região Metropolitana.

Já o Plano Diretor do Município de Campinas (CAMPINAS, 2006b), no seu Capítulo II – Dos objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento do município, o artigo 2º prevê, no item IX, o planejamento articulado com as demais cidades da Região Metropolitana de Campinas, contribuindo para a gestão integrada e a sustentabilidade ambiental da região; estabelece no art.3º, como uma das diretrizes da política de desenvolvimento do Município: desenvolver ações articuladas com as cidades integrantes da Região Metropolitana de Campinas, de outras Regiões Metropolitanas, com os governos estadual e federal, visando a equacionar e buscar soluções dos problemas de interesse comum. Quando examina as questões relativas ao Desenvolvimento Econômico (Capítulo III), elencando seus eixos (sessão II), coloca como um deles (item VI) o de Cultura, Lazer e Esportes, através do fomento à produção e difusão cultural, aos parques públicos e aos centros de excelência esportiva. O lazer e o esporte voltam a aparecer, no Capítulo IV- Da função social da cidade e da propriedade, no seu artigo 7º. A cidade cumpre sua função social quando proporciona condições adequadas de habitabilidade, trabalho, lazer, cultura, educação, esportes, mobilidade, saúde, meio ambiente e cidadania. O Plano detalha também as Políticas Públicas (Título III), e dentre elas, as de Esporte e Lazer (Seção II-art.55); São objetivos e diretrizes da Política de Esportes e Lazer: “I. - valorizar as atividades físicas, esportivas e de lazer, como fator de bem-estar individual e coletivo; II – promover a inclusão social através de atividades físicas, esportivas e de lazer, incentivando a participação de

pessoas com deficiência; III – integrar a política de esportes e de lazer com as demais políticas públicas municipais; IV – promover o intercâmbio e a integração com instituições de ensino superior, visando à promoção da cultura e pesquisa esportivas; V – estimular o intercâmbio nacional e internacional visando ao aprimoramento técnico e ao desenvolvimento das ciências do esporte; VI – preservar a memória esportiva do Município; VII – criar mecanismos que permitam o desenvolvimento do esporte de alto rendimento; VIII – dotar o Município de infra-estrutura esportiva e de lazer. “Finalizando, o Plano prevê também, na Seção IV –As Operações Urbanas Consorciadas, detalhadas no seu Art. 74: “- Operações Urbanas Consorciadas são o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Executivo Municipal com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais, valorização ambiental, notadamente ampliando os espaços públicos, organizando o sistema de transporte coletivo, implantando programas de melhorias de infra-estrutura, sistema viário e de habitações de interesse social, num determinado perímetro”.

É interessante observar a dimensão que a Região Metropolitana e as Operações Urbanas Consorciadas ganham no Plano de Diretor. É fundamental destacar, também, a importância do Lazer e do Esporte, e da Cultura em geral, que aparecem no Plano, como um dos eixos de desenvolvimento econômico, como função social da cidade, e como políticas públicas. Neste último aspecto, vale destacar a integração prevista com as demais políticas públicas municipais, e a dotação do município de infra-estrutura esportiva e de lazer.

A Política Municipal de Esporte e Lazer de Campinas (CAMPINAS, 2005b), prevê no seu artigo 4º, entre outras, as seguintes diretrizes: “V. intercâmbio com as cidades da Região Metropolitana de Campinas [...] VI - preservação da Memória Esportiva da cidade em parceria com o setor privado; X - incentivo à recuperação e à manutenção dos espaços públicos para o esporte”. Estabelece, no Art. 5º, que compete ao Poder Público Municipal, nos termos da lei, implementar a Política Municipal de Esporte e Lazer com base em, entre outros objetivos: “III- criar e manter os espaços públicos devidamente equipados e acessíveis à população para as diversas manifestações físicas, esportivas e de lazer; IV- fomentar programas e projetos para a preservação e o aproveitamento de áreas naturais utilizadas nas práticas esportivas e de lazer; V- incentivar o intercâmbio esportivo com outros municípios [...]”. Já no seu Art. 11,

a Lei estabelece que a manifestação esportiva de participação tem por finalidade promover, fomentar e desenvolver atividades que congregam entidades públicas ou privadas, organizadas sob a forma de entidades educacionais e esportivas, clubes recreativos e de lazer, organizações não governamentais e associações comunitárias e de classe, dentre outros, quando da prática caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes, como meio de desenvolvimento social e promoção da saúde. Coloca no § 2º que para o Esporte de Participação as ações implementadas deverão atender a vários objetivos, entre eles: “I - criar, adaptar e recuperar os espaços esportivos e de lazer no município”.

A criação e manutenção dos espaços e equipamentos de esporte e lazer também estão previstos na Política Municipal de Esporte e Lazer de Campinas, que estabelece ainda as possibilidades de intercâmbio com setores da sociedade civil, da iniciativa privada e da Região Metropolitana.

No que diz respeito às leis que regulamentam a prática do Esporte e Lazer na cidade de Hortolândia, pudemos levantar, junto à Câmara Municipal, cerca de 30 leis e projetos de leis que em seus textos têm a palavra lazer e/ou esporte. É importante destacar aqui, a recente emancipação e fundação do município, ocorrida em 19 de maio de 1991, e todos seus esforços para organizar administrativamente suas responsabilidades em secretarias e estruturas organizacionais da administração, tal como no caso da LEI Nº 0002 (HORTOLÂNDIA, 1993a), de 18 de janeiro de 1993, que cria o Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que abriga três divisões: Divisão de Educação, Divisão de Cultura e Turismo e Divisão de Esporte e Lazer e ainda, explicita em seu artigo 19 suas competências: “I – Promover o desenvolvimento do processo educacional a cargo do Município; II – Promover e incentivar o desenvolvimento dos esportes e recreação do Município; III – Administrar os centros comunitários de esportes e recreação”. Destacamos ainda as LEIS Nº 0057/93 (HORTOLÂNDIA, 1993b) e 0067/90 (HORTOLÂNDIA, 1990), que criam, respectivamente, a Biblioteca Municipal de Hortolândia e o Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC). Com relação ao uso de equipamentos não-específicos de lazer, os esforços públicos se voltaram para a criação de Ruas de Lazer, tal como apresentado no projeto de lei Nº 0093/93, que dispõe sobre a criação de áreas denominadas Ruas de Lazer no município de Hortolândia, e definem horários e dias apropriados para sua realização. Em 2001, há a última reorganização administrativa do Município de Hortolândia que se reestrutura da seguinte forma:

Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Assim, dentro dos limites da análise documental, podemos perceber, num primeiro momento, os esforços dos órgãos públicos municipais a fim de organizar e melhorar as ações administrativas e atuações dos profissionais ligados à área de Esporte e Lazer.

A administração do Lazer na cidade cabe à Secretaria Municipal de Esporte Lazer, e embora o Município não conte com uma Política Pública de Lazer regulamentada, há, como vimos, uma legislação referente à área, da qual podemos destacar, ainda, a Lei nº 0675 (HORTOLÂNDIA, 1998), que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no município, e em seu Capítulo I, artigo 1, inciso V, define como Sistema de Lazer: a área arborizada reservada a atividade de recreação e ou contemplação e repouso, a 1794 (HORTOLÂNDIA, 2000a), que cria o Conselho Municipal de Esportes, e a 1764 (HORTOLÂNDIA, 2000b), que cria o Programa para adoção de praças públicas e de esportes. Destacam-se também a Lei Orgânica e os Estudos para a elaboração do Plano Diretor.

A Lei Orgânica do Município de Hortolândia (HORTOLÂNDIA, 1993d), no seu Título I – Do Município e sua competência, capítulo III – das competências privativas, estabelece no artigo 13, que: “Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, legislar sobre tudo quanto respeite ao interesse local, cabendo-lhe privativamente, entre outras, uma série de atribuições”. Dentre elas, destacamos os seguintes pontos: XIX - regulamentar e fiscalizar os jogos esportivos, os espetáculos e os divertimentos públicos, na forma da lei”; e “XXII - participar de entidades que congreguem outros Municípios integrados à mesma região metropolitana na forma estabelecida em lei”. Já no título VII - Da atividade social do município, no Capítulo V- Dos esportes, lazer e turismo, o artigo 295 prevê que o Poder Público incentivará o esporte e o lazer como forma de integração social e garantirá: a) o lazer popular e b) a construção e manutenção de espaços devidamente equipados. - O artigo 296, também trata do assunto e reza que: “O Município proporcionará meios de lazer, sadio e construtivo à comunidade, mediante: I - a reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins, como base física de recreação urbana e turismo; II - a construção de equipamentos de parques infantis, piscinas públicas, centros de juventude e de idosos e edifícios de convivência comunal; III - o aproveitamento e adaptação de lagos, matas e outros recursos naturais, como locais de passeio e distração, bem como dos pontos turísticos; IV - a construção e adaptação

de locais e equipamentos para as práticas de lazer de pessoas deficientes; V - a manutenção de equipamentos e pessoal técnico especializado na formação de atletas, em todas as modalidades, nas escolas públicas municipais, desde o ciclo básico até o juvenil”.

O Lazer e o Esporte são destacados como direitos, garantindo-se os espaços naturais e construídos para o seu desenvolvimento, assim como pessoal especializado. É destacada a importância da integração com a Região Metropolitana.

O Plano Diretor participativo de Hortolândia (HORTOLÂNDIA, [s.d.]a) já estabeleceu uma relação de diretrizes. Entre elas, o item 1. Diretrizes gerais, prevê no tópico 1. Zoneamento e estruturação do território, entre outros pontos: “1.4. utilização dos ‘vazios urbanos’ como elementos estruturadores da cidade, integrando-a e qualificando o espaço; 1.10. estabelecimento de escolha de áreas destinadas a equipamentos públicos e sistema de lazer em novos loteamentos; 1.11. utilização das áreas de preservação permanente ao longo dos córregos como áreas de lazer-Parques lineares”. Além disso, o item VIII - Sistema de Planejamento, coloca como seu tópico 1.42 Estabelecimento de práticas de planejamento e intervenção conjunta com municípios da região. Para elaboração dessas diretrizes do Plano participativo, o Município foi dividido em seis Regiões. No Seminário Regional que discutiu a situação da cidade nessas seis regiões, a falta de espaços de lazer é apontada em cinco delas, o que fundamentou as recomendações de propostas nesse sentido no Plano Diretor. Fica evidente, no Plano Diretor, elaborado em conjunto com a população, a importância do lazer, o espaço, inclusive os “vazios urbanizados” e os equipamentos, e também o planejamento e a intervenção consorciados.

A Lei Orgânica do Município de Nova Odessa, em seu título II - Das diretrizes e garantias fundamentais, o lazer figura no artigo 6º como um dos direitos sociais. O título III - Da organização do Município, Capítulo II - Das competências do município, seção II - Das competências privadas estabelece no artigo 10, que compete privativamente ao município entre outros itens, o XVIII: integrar consórcios com outros municípios para a solução de problemas comuns. Na seção III, Da Competência concorrente, coloca que compete ao município, concorrentemente com a União e o Estado, entre outros, as seguintes atribuições: XII estimular a educação física e a prática desportiva. No título VI - Da ordem econômica, Capítulo I, Dos princípios gerais da atividade econômica, o seu artigo 145 prevê que o município poderá consorciar-se com outros, assim

como a iniciativa privada, para a solução de problemas de transporte de trabalhadores, formação de mão-de-obra, atividades esportivas e criação e manutenção de creches.No Título VII - Da Ordem social, Capítulo II - da Seguridade Social, Seção V, a Lei trata especificamente do Esporte e Lazer, em seis artigos: Art. 205: “O Município fomentará as práticas desportivas, especialmente nas escolas a ele pertencentes. Parágrafo único: O Poder Público estimulará e apoiará as entidades e associações da comunidade dedicadas às práticas desportivas. Art. 206: As ações do Poder Público Municipal e a destinação de recursos orçamentários para o setor terão como prioridade: I – a construção e manutenção de espaços devidamente equipados para as práticas esportivas; II – a adequação dos locais já existentes e a previsão de medidas necessárias quando da construção de novos espaços, tendo em vista a prática de esporte por parte dos portadores de deficiências, idosos e gestantes, de maneira integrada aos demais cidadãos. Art. 207: É vedado ao Município destinar subvenção a entidades desportivas profissionais. Art. 208: O Município incentivará o lazer como forma de integração social. Art. 209: O Município proporcionará meios de lazer sadios e construtivos à comunidade, mediante: I – reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins, como base física da recreação urbana; II - construção de equipamentos para parques infantis, centros de juventude e edifícios de convivência comunitária; III – aproveitamento e adaptação de rios, vales, colinas, montanhas, lagos, matas e outros recursos naturais, como locais para passeio e distração. Art. 210: Fica assegurada a criação, através de lei ordinária, do Conselho Municipal de Esporte e Lazer”. (NOVA ODESSA, 2000a)

Assim, a principal Lei do Município assegura o Lazer como direito, garante os espaços naturais, a construção e manutenção de equipamentos, bem como prevê a criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, e a integração com outros municípios formando consórcios.

A Administração do Lazer na cidade cabe à Coordenadoria de Esportes e Lazer, e embora o Município não conte com uma Política Pública de Lazer regulamentada, há uma legislação referente à área, da qual podemos destacar a Lei 2173 (NOVA ODESSA, 2006), que dispõe sobre a instituição do Fundo de Apoio ao Esporte , a 2009 (NOVA ODESSA, 2004), que autoriza a Prefeitura Municipal a participar do Consórcio Intermunicipal do Pólo Turístico Tecnológico, e a 1794 (NOVA ODESSA, 2000b), que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes.

O lazer e o esporte são mencionados algumas poucas vezes na Lei Orgânica do Município de Monte Mor. De acordo com o inciso IX, do artigo 7º do título II, uma das competências municipais é: “promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”. O inciso X, do mesmo artigo, também aponta como dever do município: “promover a cultura e a recreação”. Ainda no artigo 7º, o inciso XIV diz que a cidade deve: “realizar programas de apoio às práticas desportivas”. O item c, do inciso XIX do artigo 7º informa que uma das competências do município é a de executar as obras de “construção e conservação das estradas, parques, jardins e hortos florestais”. O inciso II do artigo 178 coloca que o município no exercício de sua competência “protegerá por todos os meios ao seu alcance, obras, objetos, documentos e imóveis de valor histórico, artístico, cultural e paisagístico”. Em parágrafo único do mesmo artigo é dito que “é obrigatório no projeto de construção das escolas uma área destinada às atividades esportivas”. No artigo 180 vemos que: “o Município fomentará as práticas desportivas, especialmente nas escolas a ele pertinentes”. De acordo com o artigo 181, “é vedado ao Município a subvenção de entidades desportivas profissionais”. E, no artigo 182, notamos a presença mais direta do lazer: “o Município incentivará o esporte e o lazer, como forma de promoção social, na forma disposta pela Constituição Estadual”. Já o artigo 136 informa que “o Município poderá consorciar-se com outros municípios para a realização de obras e serviços públicos de interesse comum”. Assim, observamos a existência de instrumento legal que possibilita a integração entre os vários municípios de uma região metropolitana (MONTE MOR, 1990).

Essa formação de consórcios foi observada também com a Lei nº 1.115 de 18 de abril de 2005, que “Autoriza a Prefeitura Municipal de Monte Mor a participar do Consórcio Intermunicipal do Pólo Turístico da Ciência e Tecnologia”. O inciso III do artigo 2º dessa mesma lei esclarece que uma das finalidades desse Consórcio Intermunicipal é: “planejar, propor, coordenar, supervisionar e operar ações efetivas relacionadas aos objetivos do Pólo Turístico do Circuito das Frutas” (MONTE MOR, 2005).

A administração do lazer e esporte fica sob responsabilidade da Diretoria de Esportes e Lazer, que é uma divisão da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Com as observações feitas a partir dessa legislação, vemos que o município de Monte Mor dispõe de instrumentos legais que garantem o direito ao lazer, bem como a formação de consórcios intermunicipais que possam assegurar as populações de diferentes cidades o acesso aos equipamentos e atividades de lazer e esporte.

A participação popular na discussão visando à elaboração de uma política pública de Lazer na região é recente, e localizada na cidade sede, Campinas. O órgão público municipal que coordenava as discussões na época era até então a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, que promoveu, desde 2001, várias atividades com o objetivo de discutir as políticas públicas de Lazer e Cultura para a cidade. Seus documentos preconizavam que a preocupação com Lazer e Cultura é uma política pública de importância estratégica. Seja por sua dimensão histórica, seja por sua importância econômica, seja por sua influência política, o Lazer e Cultura devem ser considerados como uma política de Estado, que deve ser capaz de articular os diferentes níveis da Federação (União, Estados e Municípios), definindo atribuições para o setor público e para o setor privado, estabelecendo planos, metas e recursos orçamentários para o curto, médio e longo prazo, como parte de um sistema nacional de Lazer e Cultura.

A realização da 1ª Conferência Municipal de Esporte e Lazer em Campinas (julho de 2002) foi resultado da necessidade de formulação de políticas de médio e longo prazo para esta área, na cidade. Nas conferências seguintes, esta discussão foi ampliada para algumas ações municipais. A 2ª Conferência Municipal de Esporte e Lazer, realizada em agosto de 2003, continha dentro de seu regimento, como ponto principal, as questões em relação à ação público-privada, ativa e efetiva para os eventos de Esporte e Lazer na cidade. E os objetivos da 3ª Conferência, levada a efeito em agosto de 2004, foram delimitados como: I - Apresentar as propostas debatidas e aprovadas na 1ª Conferência Nacional do Esporte, que teve como tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”; II - Apresentar, debater, propor emendas, votar e aprovar a minuta de criação do Conselho Municipal de Esportes e Lazer – COMEL. As políticas de controle e manutenção das ações, já implementadas ou em processo de implementação, foram o foco das discussões abordadas nas conferências, em destaque nas discussões da 3ª Conferência, políticas estas discutidas com os diferentes setores e segmentos sociais, integrando assim as iniciativas das universidades, do poder público, clubes e associações, iniciativa privada e da comunidade (CAMPINAS, [s.d]).

A ocupação do espaço político destinado ao esporte em Campinas e a necessidade da mobilização popular na consolidação da política municipal para o setor nortearam os debates da 4ª Conferência Municipal do Esporte, preparatória da 2ª Conferência Nacional do Esporte. Na abertura do evento, o secretário de Cultura, Esportes e Lazer, Francisco

de Lagos, lembrou que o orçamento para o esporte em Campinas saltou de R\$ 500 mil em 2005 para, R\$ 14,7 milhões em 2006. “Desse total, cerca de R\$ 10 milhões serão destinados à construção, na cidade, de um dos cinco Centros Esportivos de Alto Rendimento previstos para serem implantados no Brasil, e R\$ 3, 4 milhões para a transformação das praças de esportes em clubes municipais”. Destacou também que está prevista para breve a assinatura, pelo prefeito, da transformação das primeiras cinco praças da cidade em clubes municipais. São elas: Praça de Esportes João Carlos de Oliveira, na Vila Padre Anchieta; Praça de Esportes Dr. Roberto Ângelo Barbosa, na Vila 31 de Março; Praça de Esportes Dorival Daniel Watge, no Jardim São Vicente; Praça de Esportes da Vila União e Centro Esportivo dos Trabalhadores Brasil de Oliveira, na Vila Padre Manoel da Nóbrega.

A expectativa da administração é que os clubes funcionem como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). “Hoje, as praças de esporte de Campinas têm, em média, três profissionais. Com o novo modelo de gestão poderão ter até 20 profissionais atuando”, disse. O secretário ressaltou a importância da atuação do Fórum Permanente de Esporte de Campinas e do Conselho Municipal do Esporte. Lagos lembrou a lei que estabeleceu diretrizes para o esporte e lazer na cidade e o Fundo de Investimentos Esportivos de Campinas, que irá financiar projetos da sociedade (MALAVOLTA, 2006).

3.2. Espaços, equipamentos e programações:

Há na cidade de Campinas, aproximadamente, 1120 bairros que se agrupam em cinco regiões distintas (mapa 2 - anexo7), que são designadas como: Leste, Sul, Norte, Sudoeste e Noroeste.

Na região Leste está concentrado o maior número de equipamentos de esporte e lazer, e esta região se caracteriza como a segunda maior da cidade em relação ao número de bairros que engloba, totalizando 292 bairros, ou seja, 25% do total, e dentre estes estão inseridos bairros tradicionais, como Centro, Cambuí, Jardim Guanabara, Parque Taquaral, Parque das Universidades e Vila Brandina, e também os Distritos de Sosas e Joaquim Egídio. Nesta região situam-se: 15 patrimônios tombados pelos órgãos responsáveis Condepacc e Condephaat, 11 museus, 7 largos, 6 bosques, 6 monumentos, 5 praças, 5 praças de esporte, 5 casas de cultura, 4 bibliotecas, 4 solares, 3 parques, 3 capelas, 3 feiras de arte e artesanato, 2 fazendas, um ginásio, uma Área de Proteção Ambiental, um observatório, um arquivo, um Centro de Convivência, uma galeria de arte, um mercado municipal, um teatro infantil e um teatro adulto. Ao todo são 90 espaços

e equipamentos de lazer e esporte, ou seja, 60% do total levantado na cidade, sendo assim, altamente concentradora de recursos (anexo 8).

Na região Sul podemos verificar o “centro velho”, área em que nasceu a cidade. É um território tomado por prédios e se constitui na área mais verticalizada da cidade. Apresenta a segunda maior concentração de espaços e equipamentos de lazer e esporte, somando um total de 20, que a partir do total levantado, equivale a 15%, porém, em relação ao número de bairros esta região apresenta o maior número, 305 bairros. Os espaços e equipamentos que mais se destacam são: as Praças de Esportes, um total de 11 praças, a Praça Marechal Floriano Peixoto, a Praça Voluntários de 1932, o Monumento ao Imigrante, o Ginásio de Esportes Rogê Ferreira, o Centro Esportivo Brasil de Oliveira, o Centro de Lazer Ferdinando Tilli e o Centro de Documentação.

A região Norte nos permite conhecer uma outra paisagem de Campinas, uma cidade ainda marcada por uma malha urbana mais esparsa, constituída de grandes “vazios” e distâncias entre os núcleos de moradias dos bairros. Na trajetória de formação desta região, a urbanização seguiu os trilhos da Companhia Paulista, Mogiana e Funilense, e fez nascer no final do século XIX, os bairros do Guanabara, Bonfim e Botafogo, ou ainda, o núcleo de Barão Geraldo (hoje distrito) em território mais distante. Na região Norte há uma concentração de 19 espaços e equipamentos de lazer em relação ao total levantado, mesmo tendo 184 bairros relacionados. Há dentre o rol de bairros lugares importantes, tais como, o Distrito de Barão Geraldo que comporta a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Oito dos 19 espaços e equipamentos de lazer e esporte dessa região se encontram no distrito, como Arquivo Edgard Leuenroth, o Armazém da Fazenda Santa Genebra, o Bosque Hermógenes Freitas Leitão, o Centro de Memória da Unicamp, os Maciços Arbóreos do Recanto Yara, a Mata Santa Genebra e a Praça de Esportes Dr. Orestes Quércia, e além de sua importância intelectual os espaços da Unicamp também são aproveitados pelos moradores próximos para a prática de esportes, de atividades sociais e de atividades recreativas nos horários alternativos em que se encontram abertos. Entretanto nos outros locais e bairros da região podemos encontrar espaços e equipamentos de lazer como as Praças de Esporte José Gentil F. de Campos, João Carlos de Oliveira, Salvador Lombardi Neto e Orestes Laércio Aulicínio, o Centro de Convivência Cultural da Vila Boa Vista, o Centro de Convivência Integrado de Cultura, o Teatro Padre Anchieta, a Praça Ulisses Guimarães, a Praça 23 de outubro e a Biblioteca Pública Municipal.

Já as regiões Sudoeste e Noroeste não apresentam uma quantidade de espaços e equipamentos de lazer condizentes com suas necessidades.

Na região Sudoeste de Campinas, avistamos uma malha urbana que se perde no infinito. Por outro lado, vemos também o Complexo Ferroviário de Campinas: um conjunto de edifícios e instalações criado na década de 1870, para abrigar as Companhias Férreas Paulista (1872) e Mogiana (1875). Esta malha e o complexo encontram-se articulados. Foi com as instalações das Ferrovias que a economia cafeeira ganhou maior intensidade e diversificação regional, instalando-se nas proximidades da “Estação da Paulista” (Estação Cultura), um amplo conjunto de edificações e instituições comerciais, educacionais, fabris, de saúde (como a Fundação Lidgerwood / “Museu da Cidade”). Nas últimas décadas do século XIX, a região recebeu também o primeiro bairro de trabalhadores de Campinas (Vila Industrial), além do matadouro, curtumes, asilos, hospital de isolamento e o Cemitério do “Fundão” (Saudade). No entanto, a região sul ganhou um novo percurso de desenvolvimento urbano entre as décadas de 1930 e 1940, a partir da instalação de indústrias, serviços e moradias, estendendo-se esta dinâmica pela porção oeste da cidade. Os bairros Parque Industrial e São Bernardo inauguraram o novo período de crescimento, e a partir deles, multiplicaram-se os loteamentos pela região sul e sudoeste. Hoje os bairros Ouro Verde e Vila União destacam-se nesta região. A região Sudoeste com 231 bairros, ou 20% do total, tem em sua área apenas 6 espaços e equipamentos de lazer e esporte. Alguns dos equipamentos estão situados nos Distritos Industriais de Campinas, conhecidos como dic’s. O Dic I agrega o Bosque Augusto Ruschi e o Bosque dos Artistas; já o Bosque dos Cambarás está situado no Dic V, e, além disso, há o Bosque dos Garantãs que está localizado no bairro Novo Campos Elíseos e o Bosque São José na Vila União, dentro dessa região.

Na direção Noroeste de Campinas, podemos avistar a oeste da região, uma malha urbana que, na verdade, carrega as marcas de uma nova cidade em formação. A região Noroeste é um desdobramento de um outro processo de expansão urbana iniciado na década de 1940, a partir da região Sul da cidade. Foi a instalação de um novo parque produtivo composto de fábricas, agroindústrias e estabelecimentos diversos, nas proximidades das grandes rodovias Anhangüera (1948), Bandeirantes (1979) e Santos Dumont (década de 1980), o que estimulou, a partir dos anos 1940, a formação de um novo pólo de desenvolvimento econômico na região oeste. Esta área passou a receber inúmeras pessoas que migravam

para Campinas, atraídas por uma maior diversificação produtiva. Os novos bairros, originalmente formados sem auxílio de infra-estrutura, conquistaram maior urbanização entre as décadas de 1950 a 1990. A região Noroeste, propriamente dita, foi formada entre as décadas de 1970 a 90, e hoje apresenta o bairro Campo Grande como destaque (um dos mais populosos de Campinas). É a região Sudoeste que concentra os maiores índices de ocupação e crescimento urbano, estendendo seus bairros para além das Rodovias Imigrantes e Santos Dumont. Na região Noroeste foram verificados apenas 4 espaços e equipamentos de lazer e esportes: o Bosque Valença no Parque Itajaí II, a Casa de Cultura e a Casa de Cultura Andorinhas no Parque Valença e a Casa Grande de Tulha na Vila Manoel da Nóbrega. Esta região Noroeste é composta por aproximadamente 110 bairros.

A exemplo do que ocorreu com os espaços e equipamentos em geral, nota-se também a concentração das Praças de Esporte em duas regiões, aqui invertidas – Sul, em primeiro, e Leste, em segundo lugares (anexo 8), o que com relação aos conteúdos físico-esportivos é mais grave ainda, tendo em vista a necessidade da prática no cotidiano da população, sem a necessidade de percorrer grandes distâncias para a sua efetivação. A análise da programação não evidencia uma participação da população na escolha do Repertório, uma vez que parecem padronizadas, e salvo raríssimas exceções, caracterizam-se como “escolas”, ou “escolinhas” ministradas por “professores”.

Foram pesquisados 22 espaços e equipamentos de lazer e esporte na cidade de Hortolândia (anexo 9), que oferecem em suas programações opções de atividades de lazer vinculadas a diferentes conteúdos. Embora haja na área urbana do município cerca de 200 praças, das quais 15 são praças arborizadas e 40 se caracterizam como áreas públicas ocupadas (HORTOLÂNDIA, [s.d.]b), uma pequena parte, oferece aos seus freqüentadores programações com presença de animadores, professores ou monitores. Nos 19 espaços e equipamentos esportivos são oferecidas aos seus freqüentadores, por intermédio de inscrição prévia realizada na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, escolinhas de 16 modalidades esportivas. A mesma Secretaria oferece ainda por meio de seus profissionais cursos e oficinas culturais gratuitas que abrangem tanto o ensino de técnicas artísticas quanto aulas de música e dança. Os espaços que mais se destacam para as atividades culturais de acordo com a Secretaria são: Infocentro, Biblioteca Municipal “Terezinha França de Mendonça Duarte” – Central – e Biblioteca Municipal “Terezinha França

de Mendonça Duarte” – CAIC. Quanto à localização nota-se um bom equilíbrio entre regiões de planejamento da cidade (anexo 12).

Entre os 41 equipamentos de lazer e cultura da cidade de Nova Odessa (anexo 11), pudemos constatar na pesquisa documental: 1 Centro de Educação e Cultura, 1 Biblioteca Pública Municipal, 1 Centro Municipal de Educação Musical, 1 Parque Ecológico – Zoológico Municipal, 1 bosque, 4 praças, 1 campo de futebol, 2 ginásios de esportes, 1 ginásio poliesportivo e 1 calçadão. Além destes equipamentos listados até então, percebemos a existência de alguns outros, sem documentação: 1 Ginásio Municipal, 1 Estádio Municipal, 5 canchas de malha e bocha, 2 Campos Municipais, 6 praças, 2 parquinhos, 1 pista de skate e 3 represas. A administração municipal de Nova Odessa iniciou, no ano de 2006, a recuperação de ginásios e praças esportivas. Já foi feita a recuperação do telhado e a pintura externa do Ginásio de Esportes Jaime Nércio Duarte “Carioba”. Mas ainda há a pretensão de executar melhorias nas praças de esportes e demais ginásios da cidade. Nesses espaços são desenvolvidos projetos de dança para diferentes fases da vida, coral, banda, esportes para a terceira idade, esporte para todos (para a faixa etária de 7 a 17 anos, no contra-turno escolar, com 8 modalidades esportivas), e núcleos de xadrez em algumas escolas municipais.

A pesquisa documental constatou a existência, em Monte Mor, de um total de 29 equipamentos de lazer (anexo 10), entre eles: 1 museu, 1 biblioteca, 1 estádio municipal, 1 ginásio poliesportivo, 1 parque aquático e 15 praças. Além desses espaços e equipamentos, percebemos a existência de alguns outros sem documentação correspondente: 1 conjunto desportivo, 1 ginásio poliesportivo, 2 quadras, 2 campos de futebol e uma praça. Os projetos desenvolvidos constam basicamente de escolinhas de atividades esportivas e atividades musicais centradas na Fanfarra municipal e no Projeto Guri. Está também sendo desenvolvido na cidade um projeto para a construção de um campo de futebol no Bairro Paviotti (um bairro carente) em parceria com as Secretarias de Obras e de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. Existe, ainda, um outro projeto sendo desenvolvido, o CineCidade, uma rede nacional de salas de exibição, operante na tecnologia digital, que irá oferecer cinema a preços acessíveis, cultura e serviços. Trata-se de uma parceria entre o município selecionado e a Companhia de Cinemas Populares, com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura.

Nas duas cidades de pequeno porte pode-se observar a concentração dos equipamentos no centro, em relação à periferia.

4. Em campo:

A pesquisa de campo foi realizada nas quatro cidades, conforme metodologia detalhada na Introdução, que constou de:

4.1. Observação participante

A observação participante foi realizada a partir da inserção dos pesquisadores em todos os espaços e equipamentos¹¹. Foi registrada em Diários de Campo e os seus resultados serão colocados ao longo de todo este capítulo.

4.2. Entrevistas centradas

Para a continuidade da pesquisa, foram escolhidos equipamentos e espaços de lazer, por critérios de representatividade, através da análise dos dados colhidos na observação participante. Nesses equipamentos foram aplicadas as entrevistas centradas (roteiro anexo 1), junto aos profissionais atuantes.

4.2.1. Campinas - Áreas de lazer e Bosques

Dentre as áreas de lazer de Campinas, seis foram escolhidas para a continuidade da pesquisa por critérios de representatividade e pelos dados colhidos na observação participante. São elas: Parque Portugal (Lagoa do Taquaral), Lago do Café, Centro de Convivência Cultural, Praça Ulisses Guimarães (Pedreira do Chapadão), Centro de Lazer Jaime Lerner e Centro de Lazer Omar Cardoso. E dentre os oito bosques da cidade, quatro foram selecionados também para a continuidade da pesquisa, por critérios de representatividade e pelos dados colhidos na observação participante: Bosque dos Jequitibás, dos Guarantãs, dos Alemães e Parque Ecológico Hermógenes de Freitas Leitão.

Somente não foram feitas entrevistas no Centro de Lazer Omar Cardoso e Centro de Lazer Jaime Lerner porque não existem profissionais trabalhando nos locais, não havendo uma estrutura de animação.

Na tabela constante do anexo 10 é possível observar os dados coletados a partir das entrevistas centradas, para Áreas de Lazer e Bosques. Analisando as instalações dos equipamentos, constata-se que *playground*,

11. Os de Campinas foram elencados na relação dos espaços e equipamentos e sua localização –regiões– (anexo 8); Os de Hortolândia estão relacionados no anexo 9; Os de Nova Odessa no anexo 11, e os de Monte Mor no anexo 10.

pista de corrida, escritório e sanitários são comuns à maioria. Dois dos equipamentos, Bosque dos Jequitibás e Parque Hermógenes de Freitas Leitão, possuem instalações relacionadas ao meio ambiente, como recintos com animais e lagos com peixes. Outro destaque é o Parque Portugal, que possui variada instalação, chegando a ter rinque de patinação e planetário. O Centro de Convivência Cultural também se destaca dentre os demais por ser direcionado às manifestações artísticas e culturais, assim como a Pedreira do Chapadão que fornece o espaço para a ocorrência de shows.

Observando o material dos equipamentos, percebe-se que nenhum possui material disponível, exceto pelo Centro de Convivência Cultural.

Quanto ao quadro de pessoal, nota-se que a maioria possui um coordenador, faxineiros e guardas. No entanto, os centros de lazer Jaime Lerner e Omar Cardoso não possuem funcionários, nem mesmo um coordenador. O Bosque dos Jequitibás e o Centro de Convivência Cultural, por trabalharem com atividades diferenciadas, possuem um quadro de pessoal mais variado, que conta com veterinários, tratadores, maquinistas, bilheteiros, entre outros.

Analisando as atividades de cada um dos equipamentos, constata-se que na maioria deles não são oferecidas atividades dirigidas. Porém acontecem programações a partir de iniciativas de terceiros.

Em relação ao público atendido, verifica-se que a maioria dos equipamentos recebe a população em geral, geralmente proveniente dos arredores do local. Um dos locais mais freqüentados é o Parque Taquaral, que chega a receber visitantes de outras cidades da região. O Bosque dos Alemães recebe especialmente a terceira idade.

Observando as entrevistas, chega-se a conclusão de que, ao contrário das praças de esporte (como veremos a seguir), as áreas de lazer e bosques não trabalham apenas com o conteúdo físico-esportivo do lazer. Elas também oferecem espaços e atividades onde podem ser desenvolvidos os demais conteúdos culturais, principalmente os artísticos.

4.2.2. Campinas - Praças de Esporte

As entrevistas foram feitas com os profissionais dos equipamentos disponíveis para tal, no momento da visita. Os dados a seguir são referentes à tabulação feita para cada “centro”, separada por regiões, para facilitar o entendimento dos dados.

Na Região Leste foram visitados o Balneário Parque Portugal, O Ginásio de Esporte Engenheiro Alberto P. Ribeiro e a Praça de Esportes Dr. Roberto

Ângelo Barbosa. A partir das informações coletadas nas entrevistas podemos perceber que esta região oferece aos frequentadores destes espaços atividades físico-esportivas, além dos esportes tradicionalmente praticados como é o caso do Balneário Parque Portugal, que pode oferecer atividades aquáticas e as aulas de trampolim acrobático no inverno, estação em que as piscinas se encontram fechadas, e a Praça de Esporte Dr. Roberto Ângelo Barbosa, onde também existe piscina e é realizada a ginástica chinesa (*liang gong*). É importante ressaltar a existência de uma biblioteca dentro do Ginásio de Esportes Engenheiro Aberto Jordano P. Ribeiro e que todos os espaços oferecem sanitários e vestiários para seus frequentadores, e espaços reservados aos seus funcionários e profissionais que ali trabalham.

Na Região Noroeste foram visitados o Centro Esportivo Brasil de Oliveira e o Centro de Lazer Ferdinando Tilli (Bosque Valença). Neste último, não foi realizada esta etapa da pesquisa, pois nos momentos das visitas não havia nenhum profissional que pudesse responder às questões da entrevista. Nesta região percebemos que o espaço propicia à população, entre as possibilidades de lazer, preponderância nos conteúdos físico-esportivos, mas tal como colocado na região Leste os esportes aquáticos também podem ser praticados neste local; entretanto não há atividades dirigidas à população, o que nos coloca a indagação do porquê da existência de 2 salva-vidas no local. Destacamos a existência da pista de *skate* ou mini *half-pipe*, por este ser um esporte muito popular entre os jovens, principalmente entre pessoas de baixa renda que se identificam com a cultura *hip-hop* (rap como música, o grafite como arte, o *brake* como dança e o *skate* como esporte).

Na Região Norte visitamos a Praça de Esportes Dr. Orestes Quércia e o Centro de Convivência Integrado de Cultura, Esportes e Lazer da Vila Boa Vista. Seguindo a mesma análise, já feita nas regiões anteriores, temos nessa região espaços e equipamentos com atividades e infra-estruturas parecidas, com ênfase no conteúdo físico-esportivo do lazer. O salão multidisciplinar do Centro de Convivência Integrado de Cultura, Esporte e Lazer da Vila Boa Vista permite atividades de dança e outros jogos sem conotação esportiva e ainda há materiais disponíveis para uso da população, próprios para o desenvolvimento de outros conteúdos culturais. Neste local temos uma situação nova onde associações locais utilizam-se do espaço comunitário para torneios regionais, como é o caso do campo de futebol que atende à Associação Desportiva de Barão Geraldo, nos fins de semana, com jogos organizados por eles. O que se

coloca como fator de preocupação é o número reduzido de funcionários (somente 2) responsáveis pela Praça, o que é agravado em épocas de férias escolares, principalmente nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, devido ao forte calor da estação, pelo aumento do número de frequentadores da Praça, ou até mesmo quando um destes sai de férias, o que pôde ser constatado em nossa visita.

Na Região Sudoeste, as visitas ocorreram na Praça de Esportes Tancredo Neves, no Bosque dos Cambarás (não houve contato com os responsáveis pelo local no momento da visita) e na Praça Tancredo Neves. Constatamos a predominância de conteúdos físico-esportivos nos equipamentos e na programação, e a insuficiência do quadro de funcionários técnicos.

Na Região Sul foram visitadas a Praça de Esporte Dr. Carlos Grimaldi, o Ginásio de Esportes Rogê Ferreira e a Praça de Esportes Pompeu de Vitto. Nessa região percebemos algumas características já verificadas em outras regiões nos equipamentos e em alguns eventos próprios. As atividades esportivas e de iniciação esportiva são oferecidas, tal como as atividades aquáticas nos locais que possuem piscina, como no caso da Praça de Esportes Pompeu de Vitto. Há grande variedade de materiais nos locais visitados dessa região, restritos aos conteúdos físico-esportivos. Na Praça de Esportes Pompeu de Vitto constatamos ainda a existência de grande número de jogos de tabuleiros. Novamente percebemos a utilização do espaço comunitário por Associações, como no caso do Ginásio que é utilizado para torneios regionais e até mesmo é alugado para uso particular de equipes interessadas em treinar.

Assim, a partir dessas colocações, podemos entender que os espaços das Praças de Esporte são preponderantemente utilizados para a prática dos conteúdos físico-esportivos de esportes populares, geralmente coletivos; entretanto algumas delas vão, além disso, oferecendo materiais e espaços para práticas de atividade sociais, intelectuais, manuais e artísticas.

Vale enfatizar também a utilização paralela que toma o espaço. Mesmo sendo este uso em horários que normalmente os espaços estariam fechados, como fins de semana e horários noturnos. Eles chegam até a ser alugados, quando por direito são de uso da população, que não chega a perceber esse direito, para sua diversão e desenvolvimento tanto pessoal como social, a partir da realização de atividades de lazer frequentes, podendo contribuir na melhora na sua qualidade de vida.

4.2.3. Hortolândia

Foram definidos pelos critérios já colocados anteriormente, os seguintes equipamentos: Academia Municipal Jaime Pereira, Biblioteca Municipal “Terezinha França de Mendonça Duarte”, campo de futebol do Remanso Campineiro, Centro de Convivência da Melhor Idade, Centro Poliesportivo “Nelson Cancian” e Estádio Municipal “Tico Breda”, Complexo Esportivo Singular e Parque Ecológico do Jardim Santa Clara II (anexo 9).

A partir das informações coletadas nas entrevistas podemos perceber que os espaços oferecem aos frequentadores equipamentos e atividades físico-esportivas além dos esportes tradicionais praticados como é o caso do Centro Poliesportivo Nelson Cancian, que pode oferecer atividades aquáticas e aulas no inverno, estação em que a piscina se encontra fechada e o Complexo Esportivo Singular, onde também existem quadras cobertas para a realização de esportes, ginásticas e a ginástica chinesa *liang gong*. Os equipamentos contam com um bom quadro de profissionais para atuação, bem como coordenadores e pessoal de apoio. É importante ressaltar a existência da Biblioteca Municipal Terezinha França de Mendonça Duarte, que tem disponível para utilização a Videoteca, a Hemeroteca e um Cantinho para Leitura, destinado a livros infantis e preparado para as crianças se aproximarem da literatura infantil. Todos os espaços oferecem sanitários e vestiários para seus frequentadores e espaços reservados aos seus funcionários e profissionais que ali trabalham. O público atendido é bastante diversificado.

4.2.4. Nova Odessa

Dentre os 41 equipamentos de lazer elencados (anexo 11), selecionamos quatro deles, de acordo com os critérios já especificados: Ginásio Municipal de Esportes do Jardim São Manoel (“Adrianinha”), Ginásio Municipal de Esporte Jaime Nercio Duarte “Carioba”, Ginásio de Esportes “José Baptista” e Parque Ecológico Isidoro Bordon (Zoológico Municipal). A coleta de dados foi feita somente nos primeiros três equipamentos, pois o último deles – o Parque Ecológico – atualmente está fechado para reforma (tabela anexo 15).

Observando as instalações dos equipamentos, percebemos que os três locais dispõem de quadra poliesportiva, banheiros e vestiários. Dentre estes equipamentos, damos destaque ao “Carioba”, ginásio que possui uma variedade maior de instalações, como clube de xadrez e damas, espaço para tênis de mesa, centro de musculação e treinamento de luta

de braço, academia de artes marciais, campo de futebol gramado, duas quadras poliesportivas descobertas e um campo de futebol de areia em construção. Durante a entrevista, o responsável pelo local nos informou da existência de duas piscinas que estão praticamente prontas, mas que foram cobertas com terra porque a administração municipal anterior preferiu não despendar verba na finalização dessa construção. Ainda podemos destacar o Ginásio “José Baptista” por ser o único a possuir um *playground* em suas instalações. Em relação ao quadro de pessoal, verificamos que todos os equipamentos possuem profissionais de Educação Física. Quanto ao público atendido, constatamos que os locais geralmente recebem moradores dos bairros próximos. O Ginásio “José Baptista” recebe também moradores de Sumaré, por estar localizado próximo a esta cidade. Os ginásios “Adrianinha” e “Carioba” chegam a receber um público mais variado em relação à faixa etária, que vai de crianças até idosos. Analisando os dados revelados através das entrevistas de maneira geral, notamos que o conteúdo predominante nas atividades é o físico-esportivo.

4.2.5. Monte Mor

A pesquisa documental apontou 29 equipamentos de lazer em Monte Mor (anexo 10), e dentre eles selecionamos quatro, de acordo com critérios já explicitados, na Introdução: Centro Educacional “Bahia Assis”, Centro Esportivo e de Lazer “Chequer Assis”, Conjunto Desportivo “Joaquim Batista Alves” (Joaquinzão) e Praça Rausing (anexo 14). É importante lembrar aqui que as entrevistas para os quatro locais foram feitas com a mesma pessoa, no caso o Diretor de Esportes da cidade, pois ele se declarou o profissional responsável, já que nos equipamentos só ficam zeladores. O Diretor de Esportes possui o segundo grau completo e atua nos equipamentos há três meses.

Analisando as instalações dos equipamentos, percebemos que campo de futebol (gramado e de areia) é o tipo de instalação mais comum entre eles, estando presentes nos quatro locais. As piscinas e os *playgrounds* também são comuns a dois dos equipamentos. Somente um dos locais possui campo de bocha. Um destaque é o “Joaquinzão”, por possuir instalações diferenciadas, como salão de festas e área com churrasqueira. Quanto ao quadro de pessoal, observamos que todos possuem um zelador. No entanto, somente um equipamento, o Centro Esportivo e de Lazer “Chequer Assis”, conta com um profissional da Educação Física. Os demais locais dispõem de ex-atletas que oferecem atividades esportivas ao público, mas que não possuem formação em curso superior na área. E constatamos ainda que

um dos locais, a Praça Rausing, não possui nenhum profissional para oferecer atividades. Quanto às atividades de cada um dos equipamentos, percebemos que a modalidade predominante é o futebol, sendo oferecida em dois dos equipamentos. A natação é oferecida somente em um dos locais (no Centro Esportivo e de Lazer “Chequer Assis”), o que demonstra que o outro equipamento que também possui piscinas (o “Joaquinzão”) não está sendo aproveitado em todas as suas possibilidades, talvez por falta de uma estrutura de animação. Esse problema também é bastante nítido na Praça Rausing, por não disponibilizar nenhuma atividade ao público, apesar de possuir instalações para tal. Em relação ao público atendido, verifica-se que a maioria dos equipamentos recebe a população em geral, geralmente proveniente dos arredores do local. Observando as entrevistas de maneira geral, podemos concluir que o conteúdo cultural predominante nesses equipamentos é o físico-esportivo.

4.3. Observação estruturada

Após as entrevistas centradas terem sido aplicadas, iniciou-se o processo de observação estruturada nos equipamentos selecionados previamente a partir da observação participante. Primeiramente, foi feita a observação estruturada de equipamentos com atividades comuns (fichas - anexo 2). Depois nos equipamentos com atividades adaptadas (fichas - anexo 3).

4.3.1. Campinas: Bosques e Áreas de Lazer

Foram observados os seguintes equipamentos com atividades comuns: Bosque dos Alemães, Centro de Lazer Omar Cardoso, Centro de Lazer Jaime Lerner, Lago do Café, Parque dos Garantás, Parque Ecológico Hermógenes de Freitas Leitão Filho e Parque Portugal (Lagoa do Taquaral). O destaque é para o conteúdo físico esportivo no lazer, previsto como seu uso original. Chamam a atenção o estado de depreciação e abandono de equipamentos, a insegurança da população para freqüentá-los e a ausência de uma estrutura de animação atuante.

Há casos de adaptações de locais no Parque Portugal. As escadarias da entrada ao lado do ginásio são utilizadas como obstáculos para skatistas e patinadores, tal como a área cimentada é também adaptada com rampas, corrimões e outros obstáculos para as manobras destes praticantes. Há também o uso do espaço com vegetação densa para consumo de drogas e práticas sexuais obscenas. Em relação às adaptações feitas no material, verifica-se que os exercícios de musculação são feitos com aparelhos adaptados (sobrecarga feita de caixas de cimento, rodas de bonde,

ou barras de ferro) sem nenhuma orientação quanto à preparação, à execução, à intensidade ou o volume. O parque também apresenta algumas depredações. É possível observar lixo no chão e poucos cestos de lixo dentro e fora do parque, além de restos de animais ao longo da pista de corrida/caminhada interna. A vegetação também sofre com as depredações. Há indícios de falta de manutenção. A calçada (parte externa do parque) é utilizada como pista de corrida/caminhada. No entanto, seu piso é inadequado e irregular para esta prática. Além disso, este espaço possui muitos obstáculos, tais como postes. Observa-se também uma incompatibilidade do espaço com a quantidade de pessoas que o freqüentam nos horários de maior movimentação, que oferece riscos de lesões e até acidentes automobilísticos pela proximidade da pista com a ciclovia e com a rua. Os transeuntes que utilizam esta pista externa como calçada, têm sua passagem impossibilitada, principalmente nos horários de pico, em que a calçada fica tomada por praticantes de corrida e caminhada.

As atividades adaptadas também foram observadas em outros equipamentos. Originalmente, o Zoológico Bosque dos Jequitibás é utilizado para passeios, contemplação da natureza e dos animais e visitas monitoradas aos recintos dos animais. Além dessas atividades, o público vem também desenvolvendo algumas atividades adaptadas no local. Muitas pessoas utilizam o equipamento para a prática de atividades esportivas (caminhada e corrida). Outra atividade que ocorre no local é o desenvolvimento de projetos vinculados às universidades (relacionados aos cursos de biologia e veterinária). Também podem ser observados no Bosque o uso de drogas e práticas sexuais obscenas no meio da vegetação. O Centro de Convivência Cultural originalmente é utilizado para apresentações teatrais, musicais, danças, exposições e concertos. No entanto, vem sendo observado um uso adaptado no local: a atividade esportiva. Acontecem aulas de ginástica embaixo de árvores na parte externa do equipamento, caminhadas e corridas. A Praça Ulisses Guimarães – Pedreira do Chapadão – é utilizada cotidianamente para a prática de atividades esportivas (caminhada e corrida) e recreativas (*playground*). Mas, eventualmente, observa-se um uso adaptado do local: realização de *shows* e outros eventos.

4.3.2. Campinas - Praças de Esporte

Foram visitadas e observadas as mesmas Praças de esportes detalhadas no item 4.2.2., todas com uso comum. A análise revelou muitas depredações, falta de manutenção, bem como uso para atividades consideradas pela

sociedade como “marginais”. Constata-se, mais uma vez, agora pela observação, o reduzido número de pessoal técnico para orientação e animação de atividades, que, quando existe, fica restrito às escolinhas. A ausência de animação sociocultural é marcante.

Percebe-se ainda a falta de segurança a que não só os espaços e equipamentos estão sujeitos, mas principalmente a que os funcionários e freqüentadores, praticantes ou espectadores, estão expostos. Não foram poucas as vezes que os responsáveis nos indicavam a necessidade da Guarda Municipal no local para evitar não só a depredação, mas para fornecer maior segurança à população que utiliza os espaços.

4.3.3. Hortolândia

Para a observação estruturada continuamos com os mesmos equipamentos já selecionados anteriormente, substituindo apenas a Biblioteca Municipal “Terezinha França de Mendonça Duarte”, pela Pista de Skate do Jardim Bosque, uma vez que nossa ênfase é nos equipamentos e espaços ligados aos conteúdos físico-esportivos do lazer.

Todos os equipamentos são de uso comum, o seu uso original, atividades físico-esportivas de lazer, e apenas um deles, de uso adaptado, a Pista de Skate do Jardim do Bosque, que serve de ponto de encontro para outras “tribos”, ouvir música e consumo de drogas.

Em alguns dos espaços pudemos constatar depredações de materiais e instalações, porém essa não é a regra nos equipamentos visitados, com bom serviço de manutenção.

A maioria das atividades é caracterizada como aula, ministrada por professores. No entanto, alguns dos espaços não contam com qualquer tipo de profissional. A ausência de animação sociocultural é marcante.

4.3.4. Nova Odessa

A observação estruturada foi realizada nos mesmos equipamentos já explicitados anteriormente e foram observadas em todos eles atividades de uso comum, relacionadas à sua finalidade original, e somente no “Carioba” adaptações, com improvisações de material para handebol e campo de vôlei de areia.

Predominam as atividades esportivas, em equipamentos onde foram constatadas baixa manutenção e depredações, principalmente no “Ginásio de Esportes José Batista”.

Verificou-se a presença de professores e estagiários de educação física, em atividades-aula, e zeladores em todos os espaços. Também constatou-se a falta de animação sociocultural nos equipamentos.

4.3.5. Monte Mor

Também aqui os mesmos equipamentos listados anteriormente foram visitados para que se efetuasse a observação estruturada, e em todos eles observamos o uso comum, com atividades físico-esportivas, seu planejamento original, mas também de contemplação e recreativas para crianças. Em alguns dos equipamentos foram detectados usos adaptados como subida e descida em morros e pedras, feitas por meninos de aproximadamente oito anos, e improvisação de “campos de futebol”, em gramados sombreados e de topografia irregular.

Os equipamentos precisam de conservação e alguns deles encontram-se depredados. Há professores desenvolvendo atividades-aula, mas a população também ocupa os espaços de modo espontâneo. As piscinas não contam com salva-vidas. Foi constatada a presença de zeladores. A ausência de animação sociocultural é marcante.

4.4. Formulários

Nos mesmos equipamentos onde foi realizada a observação estruturada, foram também aplicados formulários para o público praticante (anexo 4) e observador (anexo 5) de atividades, de acordo com os critérios metodológicos especificados na Introdução.

4.4.1. Campinas

Apresentamos os dados tabulados por praticantes, observadores e gerais, primeiro para Praças de Esporte, e depois para Bosques e Áreas de Lazer:

4.4.1.1. Praças de Esporte – Praticantes

1 - Faixa etária

Até 7 anos	12	De 22 a 30 anos	22	De 51 a 60 anos	22
De 7 a 14 anos	32	De 31 a 40 anos	18	Acima de 60 anos	17
De 15 a 21 anos	28	De 41 a 50 anos	12		

2 - Gênero -

Masculino	61	Feminino	102
-----------	----	----------	-----

3 - Procedência -

Campinas	157
Outras cidades	4

4 - Meio de locomoção -

A pé	95	Ônibus	4	Outros	0
Carro	56	Bicicleta	4		

5 - Frequência a esse equipamento -

Diária	2	2x semana	63	3 x semana	61
4 x semana	4	Semanalmente	16	Raramente	0
Finais de semana	0	Primeira vez	0	Outros	5

6 - Frequenta outro equipamento de lazer na cidade -

Sim	14	Não	143
-----	----	-----	-----

4.4.1.2. Praças de Esportes - Observadores

1 - Faixa etária

Até 7 anos	7	De 22 a 30 anos	10	De 51 a 60 anos	13
De 7 a 14 anos	19	De 31 a 40 anos	11	Acima de 60 anos	16
De 15 a 21 anos	12	De 41 a 50 anos	4		

2 - Gênero -

Masculino	48	Feminino	45
-----------	----	----------	----

3 - Procedência -

Campinas	91
Outras cidades	1

4 - Meio de locomoção -

A pé	47	Ônibus	5	Outros	0
Carro	39	Bicicleta	0		

5 - Frequência a esse equipamento -

Diária	15	2 x semana	27	3 x semana	2
4 x semana	0	Semanalmente	36	Raramente	9
Finais de semana	0	Primeira vez	0	Outros	0

6 - Frequenta outro equipamento de lazer na cidade -

Sim	17	Não	66
-----	----	-----	----

4.4.1.3. Praças de Esporte - Dados Gerais

Os formulários para usuários, no total (praticantes e espectadores), foram aplicados a 267 pessoas, sendo 108 do sexo masculino e 159 do sexo feminino, pertencentes, na sua maioria, às faixas etárias de 7 a 14 e de 15 a 21 anos, mas com participação muito significativa de pessoas acima dos 60 anos.

Não foram encontradas diferenças significativas entre os espectadores e praticantes, por equipamentos, em regiões da cidade sede.

Pode-se perceber no geral um equilíbrio nas faixas etárias entre os dois grupos investigados (praticantes e espectadores) e um predomínio de mulheres entre os praticantes, e de homens entre os espectadores. Quanto à procedência, a quase totalidade é originária de Campinas, nos dois grupos pesquisados, e isso deve ser explicado pelo tipo de equipamento (praças de esporte) e atividade desenvolvida, mais frequentados por moradores das vizinhanças, mesma justificativa para a alta frequência aos equipamentos (várias vezes durante a semana), bem mais baixa entre os observadores, comparativamente aos praticantes; o meio de locomoção ao equipamento (a maioria dos praticantes se desloca a pé, e entre os

espectadores há uma divisão entre o deslocamento a pé e de carro), e a fidelização ao equipamento (a grande maioria, tanto de freqüentadores, quanto de espectadores, declarou freqüentar aquele único equipamento de esporte/lazer).

Percebe-se uma satisfação entre os freqüentadores dos equipamentos, independente de faixa etária ou sexo, com reclamações de falta de alguns equipamentos e de maior divulgação, mas não podemos nos esquecer que se trata de uma amostra, de certa forma “viciada”, pois abrange somente aquelas pessoas que se sentem atraídas pelos equipamentos e os freqüentam, número pequeno pelo que nossas observações constataram. Chamam a atenção as respostas à pergunta sobre a necessidade ou não de profissionais da área, atuando no equipamento. Primeiro as pessoas restringem esses profissionais a professores, médicos e bombeiros. Depois associam os profissionais somente a crianças. Assim, a questão se apresenta dividida quanto a este item, entre os dois grupos pesquisados: espectadores e praticantes.

No equipamento Praças de Esporte, não se manifesta o uso da cidade sede pelos municípios da região metropolitana (apenas 2%), sendo mais visualizado, o uso dos moradores dos bairros onde eles estão localizados. Isso se dá talvez pelo tipo de atividade desenvolvida (físico-esportiva apenas), o que demanda maior assiduidade e fidelização na freqüência ao equipamento, como já constatamos anteriormente.

4.4.1.4. Áreas de Lazer

4.4.1.4.1. Praticantes

1 - Faixa etária

Até 7 anos	5	De 22 a 30 anos	15	De 51 a 60 anos	8
De 7 a 14 anos	4	De 31 a 40 anos	19	Acima de 60 anos	9
De 15 a 21 anos	8	De 41 a 50 anos	18		

2 - Gênero -

Masculino	43	Feminino	43
-----------	----	----------	----

3 - Procedência -

Campinas	79
Outras cidades	7

4 - Meio de locomoção -

A pé	46	Ônibus	7	Outros	0
Carro	23	Bicicleta	10		

5 - Frequência a esse equipamento -

Diária	38	2 x semana	24	3 x semana	0
4 x semana	0	Semanalmente	11	Raramente	13
Finais de semana	0	Primeira vez	0	Outros	0

6 - Frequenta outro equipamento de lazer na cidade -

Sim	35	Não	51
-----	----	-----	----

As atividades predominantes são a caminhada, alongamento e musculação. Os usuários alegaram praticá-las por orientação médica, lazer, equilíbrio, bem-estar, manter a forma e passear com o cachorro. O pedido para instalação de equipamentos para alongamento e musculação foi grande, com destaque também para a limpeza e manutenção de bebedouros, banheiros e *playgrounds*. Os usuários gostariam de ter orientação para que pudessem praticar os exercícios de maneira correta. A segurança e aumento do horário de funcionamento (aberto ao público) foram bastante requisitados, assim como limpeza de sanitários, manutenção e instalação de bebedouros. Houve reclamação da falta de local apropriado, com monitores, para que os usuários pudessem deixar as crianças em atividade recreativa de grupo para poderem praticar caminhada ou exercícios. Outro item destacado foi a falta de divulgação das atividades programadas, como as aulas de ginástica, por exemplo.

4.4.1.4.2. Observadores

1 - Faixa etária

Até 7 anos	9	De 22 a 30 anos	16	De 51 a 60 anos	9
De 7 a 14 anos	7	De 31 a 40 anos	11	Acima de 60 anos	3
De 15 a 21 anos	15	De 41 a 50 anos	8		

2 - Gênero -

Masculino	39	Feminino	39
-----------	----	----------	----

3 - Procedência -

Campinas	73
Outras cidades	5

4 - Meio de locomoção -

A pé	39	Ônibus	13	Outros	0
Carro	22	Bicicleta	4		

5 - Frequência a esse equipamento -

Diária	22	2 x semana	15	3 x semana	0
4 x semana	0	Semanalmente	24	Raramente	13
Finais de semana	0	Primeira vez	4	Outros	0

6 - Frequenta outro equipamento de lazer na cidade -

Sim	45	Não	33
-----	----	-----	----

A maioria dos observadores acompanhava os filhos no *playground*, mas havia os que estavam apenas espairecendo, respirando ar puro, passeando com cachorro, paquerando e até quem estivesse apenas procurando um bom papo. Ao destacar o que poderia ser feito para melhorar as instalações e o material, foram especificados: lixeiras, bancos, bebedouros, mais

brinquedos no *playground* e a manutenção e limpeza das instalações sanitárias. Destacaram ainda a importância de haver acompanhamento profissional para os que estavam praticando, bem como para as crianças. Dessa forma poderiam ser oferecidas brincadeiras dirigidas para as crianças e atividades recreativas e gincanas para o público em geral.

4.4.1.5. Bosques

4.4.1.5.1. Praticantes

1 - Faixa etária

Até 7 anos	3	De 22 a 30 anos	14	De 51 a 60 anos	10
De 7 a 14 anos	3	De 31 a 40 anos	8	Acima de 60 anos	4
De 15 a 21 anos	8	De 41 a 50 anos	9		

2 - Gênero -

Masculino	29	Feminino	30
-----------	----	----------	----

3 - Procedência -

Campinas	50
Outras cidades	9

4 - Meio de locomoção -

A pé	27	Ônibus	5	Outros	0
Carro	25	Bicicleta	2		

5 - Frequência a esse equipamento -

Diária	20	2 x semana	13	3 x semana	0
4 x semana	0	Semanalmente	13	Raramente	8
Finais de semana	0	Primeira vez	5	Outros	0

6 - Frequenta outro equipamento de lazer na cidade -

Sim	33	Não	26
-----	----	-----	----

Com o predomínio da caminhada, a maioria disse estar exercendo essa atividade por prescrição médica, para manter a saúde, pelo prazer de caminhar no local e para manter o equilíbrio entre corpo e mente. Para melhorias possíveis, houve a solicitação de bebedouros, banheiros, *playgrounds*, aparelhos para musculação e alongamento, bancos, além dos equipamentos para prática de esportes de quadras e campos, como traves, tabelas e redes. Cerca de 20% dos entrevistados alegaram não necessitar de acompanhamento pois estavam praticando atividade física sem compromissos e que já sabiam o que estavam fazendo. Os 80% restantes disseram que gostariam de ter um profissional, pois nem sempre sabiam se os exercícios eram executados corretamente e que a orientação seria imprescindível. Como atividades, as aulas em grupo foram as mais solicitadas, destacando a capoeira, alongamento, relaxamento, *yoga*, ginástica natural, aulas alternativas, oficinas, *tai-chi-chuan* e brincadeiras dirigidas.

4.4.1.5.2. Observadores

1 - Faixa etária

Até 7 anos	3	De 22 a 30 anos	10	De 51 a 60 anos	6
De 7 a 14 anos	3	De 31 a 40 anos	9	Acima de 60 anos	5
De 15 a 21 anos	6	De 41 a 50 anos	9		

2 - Gênero -

Masculino	24	Feminino	27
-----------	----	----------	----

3 - Procedência -

Campinas	45
Outras cidades	6

4 - Meio de locomoção -

A pé	15	Ônibus	3	Outros	0
Carro	33	Bicicleta	0		

5 - Frequência a esse equipamento -

Diária	4	2 x semana	9	3 x semana	0
4 x semana	0	Semanalmente	14	Raramente	17
Finais de semana	0	Primeira vez	4	Outros	2

6 - Frequenta outro equipamento de lazer na cidade -

Sim	31	Não	20
-----	----	-----	----

As pessoas observam as atividades, predominante para ter contato com a natureza, por distração, lazer, oportunidade de estar com a família, em busca de paz, passear e, no caso específico do bosque com zoológico, todas disseram ter ido ver os animais. A grande maioria solicita melhoria nas condições de higiene e limpeza, com instalação de sanitários e bebedouros, porém quadras, bancos e mais brinquedos no *playground* também foram citados. No Parque Ecológico existe o acompanhamento desenvolvido por estagiários da Unicamp para algumas atividades o que é plenamente aprovado pelos usuários. Nos demais bosques, cerca de 30% não mostraram interesse, alegando que estavam apenas passeando, os 70% restantes acharam que seria importante o acompanhamento profissional para as pessoas que estavam praticando atividades. Como atividades, foram solicitadas aulas de alongamento, relaxamento, ginástica, capoeira e luta aos que se exercitam e, para as crianças, aplicação de brincadeiras dirigidas por monitores.

4.4.1.6. Áreas de Lazer e Bosques – Dados Gerais

Foram aplicados 154 instrumentos de coleta para Áreas de Lazer e 110 para Bosques, entre praticantes e observadores.

Pudemos constatar que, qualquer que seja o tipo de equipamento (áreas de lazer ou bosques), as atividades mais comumente realizadas são a caminhada, alongamento e musculação, bem como o lazer infantil. A procura de *playgrounds* é grande, e percebe-se que pais procuram áreas seguras e com bom equipamentos para levar seus filhos.

A presença de profissional habilitado para orientação de atividades esportivas e de lazer seria bem recebida, pois os usuários gostariam de ser orientados para a práticas simples, como o alongamento, caminhar corretamente ou praticar o *cooper*. Muitos se sentem inseguros com a

ausência de profissional da área médica e alguns até deixam de praticar determinados exercícios por esse motivo.

O uso adaptado de alguns locais deve-se ao fato de que, ao receber grande número de visitantes, torna-se um local seguro e alguns usuários o utilizam para prática esportiva, como exemplo, o Centro de Convivência Cultural, que, apesar de ser uma praça cercada de trânsito, é utilizada para práticas como a caminhada e o Bosque dos Jequitibás, que atrai visitantes por abrigar um zoológico e, ao mesmo tempo, recebe grande número de pessoas para prática de atividade física.

Em relação aos equipamentos e condições de uso dos locais, percebemos que a grande queixa é quanto à falta de manutenção dos equipamentos de ginástica e *playground*; a falta de banheiros, ou seu estado atual de conservação e higiene; falta de bebedouros e bancos para o descanso.

A segurança pessoal foi um item bastante enfatizado: bosques e áreas de lazer normalmente fecham cedo por motivo de segurança, e as pessoas estão procurando locais mais freqüentados ou mesmo as academias e clubes.

O interesse por áreas abertas é grande, porém a falta de manutenção, principalmente no que diz respeito à higiene e segurança, afasta a população desses locais. Se houvesse interesse do Poder Público, as praças, bosques e áreas de lazer do município seriam muito freqüentadas, aumentando o convívio social ou até mesmo como programa de saúde pública.

Também nos dois tipos de equipamentos é grande a freqüência a outros equipamentos de lazer da cidade, além daquele freqüentado no momento da aplicação do instrumento.

O meio de transporte utilizado varia muito, mas o carro é comparativamente mais utilizado no equipamento Bosque.

Também é nesse equipamento que se concentra a maior ocupação de freqüentadores de fora da cidade, com um percentual aproximado de 16%, enquanto que para as área de lazer, esse percentual aproximado é de 8%, o que já representa algum grau de centralização, em termos da cidade sede da região Metropolitana, em relação às demais cidades componentes, principalmente se considerarmos os interesses predominantes: os físico-esportivos.

4.4.2.Hortolândia

4.4.2.1. Praticantes

1 - Faixa etária

Até 7 anos	0	De 22 a 30 anos	0	De 51 a 60 anos	12
De 7 a 14 anos	58	De 31 a 40 anos	23	Acima de 60 anos	7
De 15 a 21 anos	20	De 41 a 50 anos	0		

2 - Gênero -

Masculino	88	Feminino	32
-----------	----	----------	----

3 - Procedência -

Campinas	115	
Outras cidades	5	Monte Mor 4 e Sumaré 1

4 - Meio de locomoção -

A pé	48	Ônibus	33	Outros	0
Carro	37	Bicicleta	2		

5 - Frequência a esse equipamento -

Diária	0	2 x semana	5	3 x semana	37
4 x semana	25	Semanalmente	33	Raramente	20
Finais de semana	0	Primeira vez	0	Outros	0

6 - Frequenta outro equipamento de lazer na cidade -

Sim	96	Não	24
-----	----	-----	----

4.4.2.2. Espectadores

1 - Faixa etária

Até 7 anos	0	De 22 a 30 anos	18	De 51 a 60 anos	11
De 7 a 14 anos	0	De 31 a 40 anos	8	Acima de 60 anos	1
De 15 a 21 anos	7	De 41 a 50 anos	10		

2 - Gênero -

Masculino	25	Feminino	30
-----------	----	----------	----

3 - Procedência -

Campinas	47	
Outras cidades	8	Sumaré

4 - Meio de locomoção -

A pé	20	Ônibus	13	Outros	0
Carro	22	Bicicleta	0		

5 - Frequência a esse equipamento -

Diária	0	2 x semana	5	3 x semana	20
4 x semana	0	Semanalmente	22	Raramente	8
Finais de semana	0	Primeira vez	0	Outros	0

6 - Frequenta outro equipamento de lazer na cidade -

Sim	27	Não	28
-----	----	-----	----

4.4.2.3. Dados Gerais

Os formulários foram aplicados a 175 sujeitos, sendo 106 homens e 69 mulheres, majoritariamente moradores de Hortolândia, mas também das cidades vizinhas como Sumaré e Monte Mor.

Há uma significativa concentração dos usuários entre 7 e 21 anos e, em seguida, do público idoso e adultos. Muitos se utilizam de meios de transporte, próprio ou popular, para se deslocar até o equipamento. Entretanto um número significativo de sujeitos vai para o local a pé. A frequência de visitas aos equipamentos varia de semanalmente a 3 vezes por semana, sendo também utilizados até 4 vezes por semana, por uma parcela dos sujeitos. A maioria significativa do público diz frequentar outros espaços e equipamentos de lazer na cidade.

Há certa igualdade de opiniões quando os sujeitos são questionados em relação à necessidade de melhorias em termos de instalação e material do equipamento, o que se verifica também em termos de professores,

monitores e animadores dos equipamentos. Quando questionados sobre outras possibilidades de lazer em termos de instalações e materiais a serem realizadas no local/espço do equipamento, a maioria não acha necessária. No que diz respeito aos professores, monitores e animadores esta maioria se mantém, entretanto percebe-se no discurso dos sujeitos que opinaram haver necessidade de mais pessoal para manutenção do equipamento e das atividades ali realizadas. Percebe-se também a preocupação com as várias opções de lazer que podem desenvolver.

4.4.3. Monte Mor

4.4.3.1. Praticantes

1 - Faixa etária

Até 7 anos	0	De 22 a 30 anos	8	De 51 a 60 anos	2
De 7 a 14 anos	43	De 31 a 40 anos	0	Acima de 60 anos	5
De 15 a 21 anos	12	De 41 a 50 anos	1		

2 - Gênero -

Masculino	56	Feminino	15
-----------	----	----------	----

3 - Procedência -

Campinas	71
Outras cidades	0

4 - Meio de locomoção -

A pé	53	Ônibus	4	Outros	0
Carro	5	Bicicleta	9		

5 - Frequência a esse equipamento -

Diária	18	2 x semana	6	3 x semana	8
4 x semana	12	Semanalmente	19	Raramente	7
Finais de semana	0	Primeira vez	0	Outros	1

6 - Freqüente outro equipamento de lazer na cidade -

Sim	36	Não	35
-----	----	-----	----

4.4.3.2. Observadores

1 - Faixa etária

Até 7 anos	0	De 22 a 30 anos	1	De 51 a 60 anos	1
De 7 a 14 anos	7	De 31 a 40 anos	4	Acima de 60 anos	2
De 15 a 21 anos	19	De 41 a 50 anos	1		

2 - Gênero -

Masculino	18	Feminino	17
-----------	----	----------	----

3 - Procedência -

Campinas	35
Outras cidades	0

4 - Meio de locomoção -

A pé	31	Ônibus	1	Outros	0
Carro	2	Bicicleta	1		

5 - Freqüência a esse equipamento -

Diária	5	2 x semana	2	3 x semana	0
4 x semana	0	Semanalmente	12	Raramente	13
Finais de semana	0	Primeira vez	2	Outros	1

6 - Freqüente outro equipamento de lazer na cidade -

Sim	14	Não	21
-----	----	-----	----

4.4.3.3. Dados Gerais

Foram entrevistadas, no total, 106 pessoas, sendo 71 praticantes e 35 espectadores. A faixa etária predominante dos praticantes é de 7 a 14 anos, e a dos espectadores de 15 a 21. A maior parte do público entrevistado

é do gênero masculino. Quanto à procedência, todos os usuários são moradores de Monte Mor. A grande maioria do público vai a pé até os equipamentos, o que coincide com o fato de as pessoas que freqüentam esses locais morarem em bairros próximos à suas localizações. Os praticantes entrevistados declararam ir, na sua maioria, semanalmente aos equipamentos, mas o número de freqüentadores diários e de 4 vezes por semana é bastante elevado. Já os espectadores apresentaram um quadro mais variado, tendo uma significativa parte declarado ir raramente aos locais e uma outra parte semanalmente. Um pouco mais da metade dos praticantes freqüentam outros equipamentos de lazer esportivo no município, enquanto que a maior parte dos espectadores não freqüenta outros locais.

A partir dessas constatações, percebemos que a existência de equipamentos é muito importante para o público (comprovada pela assiduidade dos praticantes e parte dos espectadores). Também notamos a importância dos equipamentos serem distribuídos entre os bairros do município, visto que, o que geralmente ocorre é as pessoas freqüentarem somente aqueles locais próximos de sua moradia. Num município como Monte Mor, onde os bairros são descentralizados e um pouco distantes uns dos outros, é importante que haja essa preocupação por parte do poder público. No entanto, observamos a concentração dos equipamentos na região central. Muitas vezes, construir mais equipamentos em bairros (o ideal) pode ser uma alternativa que envolva um custo bastante alto. Uma outra opção, nesse caso, seria implantar um sistema melhor de transportes, que pudesse garantir o acesso livre da população aos equipamentos localizados em diferentes partes do município.

4.4.4. Nova Odessa

4.4.4.1. Praticantes

1 - Faixa etária

Até 7 anos	0	De 22 a 30 anos	3	De 51 a 60 anos	0
De 7 a 14 anos	19	De 31 a 40 anos	0	Acima de 60 anos	0
De 15 a 21 anos	17	De 41 a 50 anos	1		

2 - Gênero -

Masculino	25	Feminino	15
-----------	----	----------	----

3 - Procedência -

Campinas	33	
Outras cidades	7	Sumaré

4 - Meio de locomoção -

A pé	23	Ônibus	0	Outros	1
Carro	12	Bicicleta	4		

5 - Frequência a esse equipamento -

Diária	0	2 x semana	12	3 x semana	3
4 x semana	1	Semanalmente	15	Raramente	1
Finais de semana	0	Primeira vez	0	Outros	1

6 - Frequenta outro equipamento de lazer na cidade -

Sim	36	Não	4
-----	----	-----	---

4.4.4.2. Observadores

1 - Faixa etária

Até 7 anos	0	De 22 a 30 anos	1	De 51 a 60 anos	0
De 7 a 14 anos	12	De 31 a 40 anos	1	Acima de 60 anos	0
De 15 a 21 anos	11	De 41 a 50 anos	0		

2 - Gênero -

Masculino	24	Feminino	1
-----------	----	----------	---

3 - Procedência -

Campinas	25
Outras cidades	0

4 - Meio de locomoção -

A pé	20	Ônibus	0	Outros	0
Carro	2	Bicicleta	3		

5 - Frequência a esse equipamento -

Diária	3	2 x semana	4	3 x semana	1
4 x semana	0	Semanalmente	12	Raramente	3
Finais de semana	0	Primeira vez	0	Outros	1

6 - Frequente outro equipamento de lazer na cidade -

Sim	15	Não	10
-----	----	-----	----

4.4.4.3. Dados Gerais

Os formulários foram aplicados a 65 pessoas, sendo 40 praticantes e 25 espectadores. A faixa etária predominante, entre os praticantes e espectadores, é de 7 a 14 e de 15 a 21 anos de idade. Nenhuma das pessoas tem mais que 51 anos. A maioria é do gênero masculino. Sabemos da existência de modalidades esportivas oferecidas para a terceira idade. No entanto, notamos a necessidade de se ampliar essas atividades e divulgá-las melhor para a população.

Todos os espectadores são de Nova Odessa, mas uma pequena parte dos praticantes é de Sumaré. Isso se explica porque esses municípios são muito próximos e, muitas vezes, é mais perto para um morador de Sumaré frequentar um ginásio de Nova Odessa, do que outro da sua própria cidade. A maior parte do público vai a pé até os equipamentos. Uma pequena parte também vai de carro e bicicleta. Quanto à frequência, a maioria do público vai semanalmente aos equipamentos, mas também é alta a frequência duas vezes por semana. A maior parte do público usuário também frequenta outros equipamentos de lazer esportivo de Nova Odessa. Essa assiduidade demonstra a importância da existência de equipamentos para o lazer dos cidadãos.

5. Considerações finais:

Somente uma nova orientação na política pública permitirá criar um conceito e a vigência de um novo urbano, que exigirá novas práticas de gestão do espaço urbano-regional e, em consequência, um novo desenho temático e institucional dos sistemas de informação.

Complexos urbano-regionais podem - a partir de uma articulação produtiva entre estruturas espaciais de ocupação, sistema de ocupação, patrimônio ambiental natural ou produzido e recursos logísticos - atrair recursos e produzir oportunidades que elevem seu nível de desempenho econômico e de qualidade. Tudo isso exige uma revisão da cultura dos órgãos públicos sobre a questão urbana e regional. Dadas as limitações políticas locais, os governos federal e estaduais terão de liderar esse processo em articulação com os segmentos sociais mais comprometidos com a modernização do país. (BRANDÃO, 2002, p.188-189).

Pudemos constatar por saturação de resultados, através dos vários instrumentos de coleta de dados utilizados, que a concentração dos espaços e equipamentos específicos de lazer, no centro das cidades, ocorre nos pequenos municípios de regiões metropolitanas. No caso do município de médio porte estudado, a distribuição respeita as várias regiões da cidade. Nos dois casos (cidades de pequeno e médio porte) a quantidade e variedade deixam a desejar, principalmente se comparadas às da cidade-sede. Ela é concentradora de espaços e equipamentos, não só numericamente, mas também em termos de variedade de conteúdos culturais possíveis de desenvolvimento. Nela, no entanto, a distribuição dos equipamentos é desigual, privilegiando as áreas mais desenvolvidas, Leste, quando considerados de modo geral (60%), e Sul e Leste, se levarmos em conta apenas os ligados ao atendimento dos interesses físico-esportivos.

Isso torna ainda mais importante a preocupação com a adaptação e o uso dos equipamentos não-específicos. Nesse sentido, vale lembrar as recomendações de Marcellino (2002a, p.31):

1 - a necessidade de desenvolvimento de uma política habitacional, que considere, entre outros aspectos, também o espaço para o lazer - o que não é fácil num País como o nosso, com alto déficit habitacional, e que deve estimular alternativas criativas em termos de áreas coletivas;

2 - a consideração da necessidade da utilização dos equipamentos para o lazer, através de uma política de animação;

3 – a preservação de espaços urbanizados “vazios”.

Embora a cidade-sede conte, em geral, com um bom número de equipamentos, não se percebe, pelas análises efetuadas, a sua articulação em rede. A construção dos equipamentos específicos de lazer, através da história, ainda que não planejada, entre as diversas administrações, demonstra um equilíbrio entre os conteúdos culturais, talvez pela pressão dos interesses culturais manifestados pela população através de seus grupos representativos. Percebem-se ainda, a preocupação com a preservação da Natureza, com o grande número de bosques urbanos, matas e áreas de preservação ambiental, além de uma preocupação com a preservação e, em certos casos, com a revitalização do patrimônio ambiental urbano, importante para a heterogeneidade da paisagem urbana, para a quebra da rotina da mesmice monótona da vivência da cidade, nos trajetos diários.

A preocupação com as áreas de preservação ambiental, com os bosques e áreas verdes em geral, e com a preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano, verificada na cidade sede, e amparada pela Legislação, precisa ser mantida e ampliada para a RMC, como um todo, pois é importante sob vários aspectos, dentre eles os conteúdos turísticos do lazer, e a vivência da cidade como o grande espaço e equipamento de lazer (ampliada para a região), para a população que a percorre no seu cotidiano, nos deslocamentos. E assim, transformar o caminho a ser percorrido em uma atividade contemplativa de lazer que ofereça sensações agradáveis e informativas para os sentidos.

O número de equipamentos, ainda que insuficiente, em todas as cidades pesquisadas, está bem além da intensidade da programação, ficando assim espaços e equipamentos subutilizados, durante a semana, e mesmo em fins de semana. Problemas, os mais diversos, fazem com que equipamentos importantes fiquem fechados. O maior equipamento de lazer da cidade-sede da RMC, o Parque Ecológico, importante para toda a região, ficou sem funcionar por cerca de 8 anos.

Esse bom número de espaços e equipamentos, pelo que pôde ser constatado, também nunca foi acompanhado, no período abrangido pela análise, inclusive na atualidade, por uma política de formação e desenvolvimento de quadros para atuação na área, que possibilitasse a formação de uma estrutura de animação, englobando os vários conteúdos culturais do lazer.

Apenas uma das praças públicas da cidade-sede, conta com uma professora, desenvolvendo atividades específicas nos conteúdos físico-esportivos, para

uma faixa etária apenas – terceira idade, em dois horários. As demais, apesar de contarem com equipamentos, ficam apenas com o uso espontâneo. Há profissionais em apenas um dos bosques – professores de educação física – desenvolvendo aulas. Nesse sentido, os Museus, Bibliotecas, Casas de Cultura, e o Patrimônio Revitalizado, contam com programações de animação, nos conteúdos artísticos, intelectuais e manuais, muito mais dinâmicas do ponto de vista da variedade oferecida e das oportunidades de participação, mas muitas vezes esses espaços continuam “sacralizados” e freqüentados apenas por uma parcela da população. O mesmo ocorre nas demais cidades pesquisadas. Nos equipamentos ligados aos conteúdos físico-esportivos predominam, em todas as cidades, inclusive na cidade-sede, as atividades-aula, na sua grande maioria “escolinhas de esportes”.

Na procura do entendimento das relações estabelecidas entre o público usuário, os equipamentos e os profissionais que neles atuam, pelo que pudemos constatar, e em se tratando da atuação profissional em lazer, é preciso que não se isole essa atuação do profissional mais ligado ao atendimento direto à população, do que, inspirado em Dumazedier ([s.d.]), Marcellino (2003, p.14) denomina de estrutura de animação, composta por:

- 1. animadores socioculturais dirigentes – de competência geral mais apurada;*
- 2. animadores socioculturais profissionais de competência específica, sem deixar de lado, no entanto a competência geral, e funcionando, no caso de políticas públicas, como educadores, e não como “mercadores”, como é quase regra, em amplos setores da indústria cultural;*
- 3. animadores socioculturais voluntários, necessários para a vinculação com a cultura local – anseios, aspirações, gostos, etc. – da população que se pretende atingir, e;*
- 4. quadros profissionais de apoio – pessoal de atividade meio, administrativos e operacionais, que precisam estar conscientes da área onde trabalham, e do serviço final prestado¹².*

12. No caso dos profissionais, os processos de recrutamento, seleção e desenvolvimento devem estar atrelados à área de atuação (lazer e esporte, em sentidos abrangentes), mas é fundamental a ênfase no significado do serviço público, nos valores que orientam a política geral de Governo, nos que dão base de sustentação à política setorial da área, e na necessidade de articulação com as demais políticas setoriais. Para isso é imprescindível uma fase de sensibilização, dos profissionais chamados “de carreira”, e dos novos que se engajarem no processo. É fundamental, também, pela própria abrangência do lazer, que se trabalhe com equipes multi-profissionais, em busca da interdisciplinaridade, ou, naquelas administrações onde a questão do lazer estiver afetada a vários órgãos (departamentos, ou secretarias) como aqui analisado, que se busque a integração de ações, procurando superar os “feudos”, e mostrando que o trabalho integrado é um elemento facilitador da ação, e não de duplicação de esforço profissional.

A ausência de uma política de animação mais consistente dos espaços e equipamentos, verificada não somente na cidade-sede, mas também nos demais municípios investigados, talvez possa contribuir para a sua depredação, que aliada à falta de investimentos para a sua conservação e recuperação, pode explicar o estado de abandono em que muitos deles se encontram, causando insegurança no seu uso, por parte da população, conforme constatamos.

A análise também detectou a ação de vários órgãos das administrações municipais, trabalhando a questão do lazer, em termos de recursos humanos (animação sociocultural e administração), e gerindo espaços e equipamentos, sem a necessária transversalidade. Em alguns espaços e equipamentos (caso do Parque Portugal - Taquaral, por exemplo), há diversas secretarias envolvidas. Entretanto não foi possível observar grandes esforços de trabalho integrado, ou políticas de ação de pessoal diferenciadoras de atendimento do setor público para o setor privado. Pudemos verificar alguns trabalhos onde a transversalidade é buscada, como é observado na administração de Nova Odessa, no Projeto Melhor Idade, envolvendo as Coordenadorias de Saúde, Cultura e Esportes e Lazer.

A observação do uso dos equipamentos de lazer nos levou à constatação de inúmeros casos de “adaptações, de “novos usos”, ou sugestões, feitas pela população, diferentes daqueles para os quais foram planejados, o que exigiria uma postura diferenciada dos animadores, ou uma nova forma de planejamento de equipamentos mais participativa, de acordo com as aspirações da população, diga-se de passagem, em consonância com o próprio conceito de lazer. A participação organizada da população no estabelecimento de programações e de políticas é historicamente recente, e vem se verificando na cidade-sede, com a realização de Conferências Municipais, a partir das duas administrações do atual governo federal.

As cidades integrantes da RMC aqui analisadas contam com amparo legal para desenvolver políticas de esporte e lazer, e de modo específico no eixo de espaços e equipamentos, podendo disponibilizar-se de diversos instrumentos, desde a Lei Orgânica a Leis Específicas já em vigor. Nelas, e em decorrência da Constituição Federal, o lazer é visto e tratado como um direito social, a ser assegurado a todo cidadão. Elas prevêm a colaboração da atuação dos municípios de forma integrada na RMC.

A pesquisa de campo confirma a do IBGE (2001), que mostra a concentração de espaços e equipamentos de lazer na cidade sede, relativamente aos municípios da periferia das regiões metropolitanas,

e ainda demonstra que, mesmo nos equipamentos que atendem aos interesses físico-esportivos, no caso dos Centros Esportivos, Bosques e das Áreas de Lazer, já começa a se verificar o atendimento na cidade sede, de moradores da RMC, concentradora de recursos, e que nas cidades de médio e pequeno porte, isso também já vem ocorrendo, pela proximidade entre elas.

É dessa perspectiva que gostaríamos que fosse entendida a epígrafe de Brandão (2002), que abre essas considerações finais, e chamá-la também para o campo do lazer e do esporte. Na RMC isso já vem se verificando em algumas áreas consideradas “prioritárias” na opinião dos prefeitos das cidades integrantes (COSTA, 2007), nas suas 11 Câmaras temáticas: Meio ambiente, Segurança, Transportes, Cultura (entendida como artes e espetáculos - interpretação nossa), Educação, Habitação, Atendimento social, Desenvolvimento econômico, Assuntos fiscais, Planejamento e Uso do solo e Saúde. De acordo com o entendimento do lazer colocado neste estudo, ele pode e deve ser tratado em uma série dessas câmaras, por ser um tema transversal. Mas isso também depende, como salienta Brandão na epígrafe, de esforços conjuntos dos Governos Estadual e Federal.

Quando a questão dos espaços e equipamentos de lazer é vista sobre a mancha urbana metropolitana, além dos limites dos municípios, fica claro que os problemas ganham outra dimensão, como equipamentos utilizados pela população da Região Metropolitana e de difícil manutenção apenas pelo município sede. Uma das alternativas que se apresentam são os Consórcios entre os Municípios¹³. Além disso, a paisagem da Região Metropolitana é comum a todos os seus habitantes, e percorrida cotidianamente, uma vez que seus habitantes moram em cidades diferentes daquelas onde estudam, ou trabalham, podendo ser monótona, ou se tornar agradável estímulo à contemplação. Assim as soluções também terão de partir de um ponto de vista metropolitano.

13. Dentre as iniciativas que têm como integrantes municípios da RMC, destacam-se, no setor de Turismo: 1. Associação de Turismo Rural Do Circuito das Frutas: o Circuito é uma região compreendida por oito municípios circunvizinhos, sendo: Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiá, Louveira, Valinhos e Vinhedo, que têm nas suas economias uma forte presença do setor rural, principalmente da fruticultura. Cultivam: uvas finas e de mesa, morangos, figos, goiabas branca e vermelha, caquis, ameixas, nectarina, pêssegos, tangerinas, acerolas, legumes e verduras. A Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas foi fundada, oficialmente, em 10/10/2000 e vem desenvolvendo e fomentando o Turismo Rural na região. Ela é formada, na sua maioria, por produtores de frutas. Além da fruticultura temos outros atrativos como: adegas de vinho artesanal e licores; produção de compotas e geleias de frutas de época; fazenda histórica de café; fazendas dentro da APA (Área de Proteção Ambiental na Serra do Japi), com opções de trilhas, cachoeiras ou descanso; apiários e orquidários; fazendas pousadas; criação de avestruzes; pesqueiros e haras; fazenda escola de agropecuária; alambiques de pinga; restaurantes de comida típica regional; nas safras das frutas temos a opção do “colha e pague”; espaços para eventos, confraternizações, *day camping*, cursos e treinamentos. Em cada propriedade particular, o turista é recebido e acolhido pelo chefe ou representante da família, que conta um pouco da sua história, suas raízes, da sua propriedade e dos produtos que cultivam. Site: <http://www.circuitodasfrutas.com.br/>

Nossa pesquisa pretendeu contribuir com a análise da vulnerabilidade do lazer, a partir da dinâmica intrametropolitana, sobretudo quanto aos espaços e equipamentos, na relação estabelecida entre profissionais e público usuário. Ao torná-la pública estamos submetendo-a à discussão para que ganhe em contribuição e possa, de alguma forma, contribuir com as Políticas Públicas de Lazer e Esporte, nas Regiões Metropolitanas, a partir do caso específico da RMC.

Referências bibliográficas::

- ALMEIDA, M.I.de A.; TRACY, K. de A. *Noites nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BAENINGER, R.; GONÇALVES, R. F. de P. *Novas Espacialidades no Processo de Urbanização: A Região Metropolitana de Campinas*. [s. d.]. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt11_3.pdf#search=%22%22Novas%20Espacialidades%20no%20Processo%20de%20Urbaniza%C3%A7%C3%A3o%3A%20A%20Regi%C3%A3o%20Metropolitana%20de%20Campinas%22%22>. Acesso em: 01 ago. 2006.
- BARBUY, S. *O espaço do encontro humano*. São Paulo: ECE, 1980.
- BENJAMIN, W. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.
- BONALUME, C. R. O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MULLER, A; DACOSTA, L. P. (Orgs.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 189-214.
- BRANDÃO, M. de A. Planejar qualidade: em favor dos sistemas urbano-regionais. *Bahia, Análise e Dados*. Salvador, v.12, n.2, setembro/2002, p. 179-183.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm>. Acesso em: 10 jun 2007.

- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CAIADO, M. C. S. Município de Monte Mor. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (Coords). *A região metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas: Unicamp, 2002a, v. 1. p. 411-438.
- _____. Município de Nova Odessa. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (Coords). *A região metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas: Unicamp, 2002b, v. 2. p. 11-33.
- CALLOIS, R. *Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem*. Lisboa: Cotovia, 1990.
- CAMARGO, L. O. de L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAMPINAS. [s.d] Disponível em: <www.campinas.sp.gov.br>. Acesso em: 26 dez 2005.
- _____. *Lei Orgânica do Município de Campinas*, publicada no Diário Oficial Do Município de 31.03.1990, Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lom.htm>>. Acesso em: 16 jun 2007.
- _____. *LEI COMPLEMENTAR Nº 15*, de 27 de dezembro de 2006b, Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas, Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/leicompl15.htm>>. Acesso em: 16 jun 2007.
- _____. *COMUNICADO 15/2006* Regimento Interno do Conselho Municipal de Esportes e Lazer de Campinas, DOM de 18/03/2006a, Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/comun15-08032006.htm>>. Acesso em: 16 jun 2007.
- _____. *LEI Nº 12.357*, de 10 de setembro de 2005, Publicação DOM de 13/09/2005a, Dispõe sobre o Conselho Municipal de Esportes e Lazer de Campinas e dá outras providências, Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12357.htm>>. Acesso em: 16 jun 2007.
- _____. *LEI Nº 12.353*, de 10 de setembro de 2005, (Publicação DOM de 13/09/2005 b), Institui a Política de Esporte e Lazer no Âmbito do Município de Campinas e dá outras Providências, Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12353.htm>>. Acesso em: 16 jun 2007.

- _____. *LEI Nº. 10.850*, de 7 de junho de 2001, Cria as APAS-Áreas de Proteção Ambiental, Disponível em: <<http://antigo.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei10850.htm>>. Acesso em: 16 jun 2007.
- _____. *LEI Nº. 10.704*, de 4 de dezembro de 2000, Institui o Programa de Adoção de Praças Públicas e de Esportes e Áreas Verdes (PAPPE), Disponível em: <<http://antigo.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei10704.htm>>. Acesso em: 16 jun 2007.
- CAPI, A. H. C. *Lazer e esporte nos clubes social-recreativos de Araraquara*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS CLUBES. *Quem somos: plano estratégico da CBC 2005/2008*. Disponível em: <<http://www.cbc-clubes.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2005.
- COSTA, M. T. *Quase metade da RMC é carente de espaços culturais*. 2002. Disponível em: <http://www.cosmo.com.br/diversaoarte/2002/12/21/materia_div_4/131.shtm>. Acesso em: 20 dez 2006.
- _____. *Prefeitos da RMC definem 32 projetos prioritários*. Correio Popular. A7, 21 de fevereiro de 2007.
- CUNHA, F. C. A. da. *A metrópole de papel: a representação “Londrina Metrópole” na institucionalização da Região Metropolitana de Londrina*. 2005. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2005.
- CUNHA, J. M. P. da; BARCIA, R. (orgs). *Campinas Metropolitana: diversidades sócio espaciais*. Campinas: NEPO/NESUR-IE/Unicamp, 2004. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=313&nivel=0>. Acesso em: 28 ago. 2005.
- DISKIN, L. Qualidade de vida é possível? *Revista E*, São Paulo: SESC, outubro 2000, pp.34 a 39.
- DUMAZEDIER, J. *Questionamento teórico do lazer*. São Paulo: SESC, [s.d.].
- FERNANDES, F. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

- FINETTO, M. *Diversidade faz da RMC um “pólo de pólos”*. 2005. Disponível em <http://www.cosmo.com.br/libg/public/servicos/busca_noticias.asp?idnot=105465>. Acesso em: 07 set. 2005.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GUIMARÃES, Á. M. *Vigilância, punição e depredação escolar*. Campinas: Papirus, 1985.
- _____. *A dinâmica da violência escolar*. Campinas: Autores Associados, 1990.
- HORTOLÂNDIA. *Plano Diretor participativo-relatório de diretrizes* [s.d] a. Disponível em: <http://www.hortolandia.sp.gov.br/planodiretor/Relatorio_diretrizes.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2007.
- _____. Prefeitura Municipal [s.d]b Disponível em: <www.hortolandia.sp.gov.br/localizacao>. Acesso em: 01 set. 2005.
- _____. *LEI Nº 0002* de 18 de janeiro de 1993a, Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Hortolândia.
- _____. *LEI Nº 0057/93* de 26 de julho de 1993, Cria a Biblioteca Municipal de Hortolândia. 1993b.
- _____. *LEI Nº 0093* de 05 de novembro de 1993, Dispõe sobre a criação de áreas denominadas RUAS DE LAZER, no Município de Hortolândia. 1993c.
- _____. *Lei Orgânica do Município de Hortolândia*, 1993d. Disponível em: <<http://www.cmh.sp.gov.br/content.asp?ContentId=586>>. Acesso em: 07 jun. 2007.
- _____. *Lei no. 0675*, de 01 de julho de 1998. Dispõe sobre o parcelamento do solo no Município.
- _____. *Lei no. 0067/90*, Cria o Centro de atenção integral à criança (CAIC). 1990.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *População e Domicílios: censo demográfico. 2000*. Disponível em <www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em 28 ago. 2005.
- _____. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2001*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2007.

- _____. *Estimativas das populações residentes, em 01 de julho de 2005, segundo os municípios*. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2005/POP-2005-DOU.xls>>. Acesso em 01 set. 2005.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991a.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991b.
- MACEDO, C. C. Sobre cultura. In: VALLE, E. & QUEIROZ, J. (Orgs.) *A cultura do povo*. São Paulo: EDUC, 1982. p.83-93.
- MALAVOLTA, A. *4ª. Conferência Municipal amplia debates sobre o esporte em Campinas*. 2006. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=12034>. Acesso em: 10 jun. 2007.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: Uma introdução*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002a.
- _____. (Org.) *Lazer & Esporte: Políticas públicas*. Campinas: Autores Associados, 2002c.
- _____. (Org.) *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas*. Campinas, Papirus, 2003.
- _____. *Lazer e educação*. 11. ed. Campinas: Papirus, 2004.
- _____. *Pedagogia da animação*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- MONTE MOR. Prefeitura Municipal. [s/d]. Disponível em: <<http://www.montemor.sp.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2005.
- _____. *Lei Orgânica do Município de Monte Mor*, de 24 de março de 1990.
- _____. *LEI Nº 1.115*, de 18 de abril de 2005.
- MÜLLER, A. Espaços e equipamentos de lazer e recreação e as políticas públicas. In: *ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER*, 14., 2002, Santa Cruz do Sul. Coletânea... Santa Cruz do Sul: UNISC, 2002. 1 CD-ROM.

- NEPO/NESUR. *Dinâmica intrametropolitana e vulnerabilidade sócio-demográfica nas metrópoles do interior paulista*: Campinas e Santos. 2003. Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/admin/uploads/projeto/1.DOC>>. Acesso em: 01 ago. 2006.
- NOVA ODESSA. Prefeitura Municipal. [s/d]. Disponível em: <<http://www.novaodessa.sp.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2005.
- _____. *Lei Orgânica do Município de Nova Odessa*, de 21 de novembro de 2000a. Disponível em: <http://www.camaranovaodessa.sp.gov.br/index1.php?show=lom_ind>. Acesso em: 10 jun 2007.
- _____. *LEI Nº 1794*, de 21 de dezembro de 2000b, Disponível em: <<http://www.novaodessa.sp.gov.br/leis.not.php?lei=1794>>. Acesso em: 10 jun 2007.
- _____. *LEI Nº 2009*, de 1º de setembro de 2004 . Disponível em: <<http://www.novaodessa.sp.gov.br/leis.not.php?lei=2009>>. Acesso em: 10 jun 2007.
- _____. *LEI Nº. 2173*, de 04 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.novaodessa.sp.gov.br/leis.not.php?lei=2173>>. Acesso em: 10 jun 2007.
- OLIVEIRA, A. A. B. de. *Espaço Intra-Urbano em Campinas*. 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST17_Oliveira_texto.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2006.
- OLIVEIRA, P. S. É o brasileiro associativo? São Paulo: CELAZER, 1981. p. 1-6 (*Cadernos de Leituras*, n. 13).
- PADILHA, V. *Shopping Center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado*. 2003. Tese (Doutorado em ciências sociais), IFICH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- PERROTTI, E. A criança e a produção cultural. In: ZILBERMAN, R. (Org.). *A produção cultural para a criança*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, pp.9-27.
- PNUD. (PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Municípios que compõem as Regiões Metropolitanas*. 2000a. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 01 set. 2005.

- _____. *Regiões Metropolitanas e DF com Entorno: IDH-M e outros indicadores*. 2000b. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/regioes_metropolitanas/index.php>. Acesso em: 20 set. 2005.
- REGIÃO de Campinas cria um pólo de ciência e tecnologia. *Jornal de Itatiba*, Itatiba, 13 abr. 2005. Disponível em: <http://ctjovem.mct.gov.br/index.php?action=/content/view&cod_objeto=19751>. Acesso em: 29 ago. 2005.
- REQUIXA, R. *O Lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- _____. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- RODRIGUES, A. B. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. *Licere*. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p.149-164, 2002.
- ROLNIK, R. Qualidade de vida é possível? *Revista E*, São Paulo, SESC, outubro 2000a, p.34 a 39.
- _____. O lazer humaniza o espaço urbano. In: *LAZER numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000b. p.179-184.
- SANTINI, R. de C. G. *Dimensões do lazer e da recreação*. São Paulo: Angelotti, 1993. 101 p.
- SANTOS, E. S. dos; MIOTTO, F. Parques públicos e área esportiva útil. In: *ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER*, 15., 2003, Santo André. *Anais...* Santo André: [s. n.], 2003. 1 CD-ROM.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *A urbanização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998
- _____. *A natureza do espaço - espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SASSEN, S. A cidade e a indústria global do entretenimento. In: *LAZER numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 113-120.
- SILVA, M. O. S. *Refletindo a pesquisa participante- no Brasil e na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1986.
- THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

WILHEIM, J. *O substantivo e o adjetivo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

YURGEL, M. Problemas da arquitetura contemporânea - o lazer.

Estudos. SESC: 2 . [s.d]

<http://www.ct2.tur.br/ct2.html> - acesso em 20.04.2007.

<http://www.circuitodasfrutas.com.br/> - acesso em 20.04.2007.

Anexos:

1. Roteiro para entrevista centrada
2. Roteiro para ficha de observação 1
3. Roteiro para ficha de observação 2
4. Formulário 1
5. Formulário 2
6. Mapa 1 – cidades da Região Metropolitana de Campinas
7. Mapa 2 – Campinas - divisão por regiões
8. Campinas: relação dos espaços e equipamentos e sua localização (regiões)
9. Hortolândia: relação dos espaços e equipamentos
10. Monte Mor: relação dos espaços e equipamentos
11. Nova Odessa: relação dos espaços e equipamentos
12. Hortolândia: equipamentos, por regiões de planejamento
13. Campinas: entrevistas centradas
14. Monte Mor: entrevistas centradas
15. Nova Odessa: entrevistas centradas

Anexo I. Roteiro para Entrevista Centrada

Pesquisa: Equipamentos de lazer e esporte

Responsável: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Facis - Unimep – Curso de Pós-Graduação em Educação Física-

Rede Cedes

Entrevista centrada, realizada em ___/___/___, junto ao

(equipamento) -

(função do técnico) -

(cargo) -

(escolaridade) -

(tempo que atua no equipamento) -

1. As instalações do equipamento:

2. O material do equipamento:

3. O quadro de pessoal do equipamento:

4. As atividades oferecidas no equipamento:

(use o verso, se necessário, numerando o “centro”)

5. O “público” atendido no equipamento:

Obs.: Se o espaço for insuficiente use o verso, numerando o “centro”.

Anexo 2. Roteiro para Ficha de Observação 1:

Pesquisa: Equipamentos de lazer e esporte

Responsável: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Facis - Unimep – Curso de Pós-Graduação em Educação Física-

Rede Cedes

Observação efetuada em _____, em ___/___/___/
(nome do equipamento) (data)

1. Uso Original:

1.1. Descrever o espaço em detalhes:

2. Uso Adaptado:

2.1. Atividade (descrição detalhada):

2.2. Faixa etária:

2.3. Gênero:

2.4. Dia da semana:

2.5. Horário:

2.6. Condições climáticas:

2.7. Outras observações:

3. (quando houver) Adaptações já feitas

3.1. nas Instalações:

3.2. no Material:

4. (quando houver) Adaptações que ainda podem ser feitas

4.1. nas Instalações

4.2. no Material:

5. (quando houver) Depredações

5.1. nas Instalações:

5.2. no Material:

6. (quando houver) Riscos

6.1. para os praticantes:

6.2. para os espectadores:

6.3. para os transeuntes:

7. (quando houver) Profissionais existentes no local

7.1. tipo de profissional:

7.2. ações desenvolvidas:

8. (quando houver) Profissionais que deveriam estar no local

8.1. tipo de profissional:

8.2. ações a ser desenvolvidas:

9. Outras observações:

(utilize quantas folhas forem necessárias, numerando as observações por item)

Anexo 3. Roteiro para Ficha de Observação 2:

Pesquisa: Equipamentos de lazer e esporte

Responsável: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Facis - Unimep – Curso de Pós-Graduação em Educação Física-

Rede Cedes

Observação efetuada em _____, em ____/____/____/
(nome do equipamento) (data)

1. Uso Original:

1.1. Descrever o espaço em detalhes:

1.2. Atividade (descrição detalhada):

1.3. Faixa etária:

1.4. Gênero:

1.5. Dia da semana:

1.6. Horário:

1.7. Condições climáticas:

1.8. Outras observações:

2. (quando houver) Adaptações já feitas

2.1. nas Instalações:

2.2. no Material:

3. (quando houver) Adaptações que ainda podem ser feitas

3.1. nas Instalações:

3.2. no Material:

4. (quando houver) Depredações

4.1. nas Instalações

4.2. no Material:

5. (quando houver) Riscos

5.1. para os praticantes:

5.2. para os espectadores:

5.3. para os transeuntes:

6. (quando houver) Profissionais existentes no local

6.1. tipo de profissional:

6.2. ações desenvolvidas:

7. (quando houver) Profissionais que deveriam estar no local

7.1. tipo de profissional:

7.2. ações a serem desenvolvidas:

8. Outras observações:

(utilize quantas folhas forem necessárias, numerando as observações por item)

Anexo 4. Formulário 1:

Pesquisa: Equipamentos de lazer e esporte

Responsável: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Facis - Unimep – Curso de Pós-Graduação em Educação Física - Rede Cedes

1. Faixa etária: -

até 7 anos () de 7 a 14 anos () de 15 a 21 anos () -
de 22 a 30 anos () de 31 a 40 anos () de 41 a 50 anos () -
de 51 a 60 anos () acima de 60 anos () -

2. Gênero: -

Masculino () Feminino () -

3. Procedência: -

Monte Mor () _____ Nova Odessa () _____
(indicar o bairro) (indicar o bairro)

Outra cidade () _____
(indicar o nome)

4. Meio de locomoção até o equipamento: -

a pé () ônibus () carro () bicicleta () outro()

(indicar)

5. Frequência a esse equipamento: -

diária () _____ x por semana () -

semanal () raramente ()

primeira vez () outro () _____

(indicar)

6. Frequenta outros equipamentos esportivos de lazer na cidade?

Sim () qual (quais)?

Não () por quê?

7. Por que está desenvolvendo esta atividade?

8. Em sua opinião, poderia ser feito algo para melhorar esta atividade em termos de instalações e material? -

Não () -

Sim () - O quê? -

9. Em sua opinião, poderia ser feito algo para melhorar esta atividade em termos de orientação e/ou acompanhamento, por monitores, professores ou animadores, recebido antes, durante ou após a realização?

Não () – Por quê?

Sim () – O quê?

10. No espaço/local como um todo, em sua opinião, poderia ser oferecida alguma outra opção de lazer esportivo ao freqüentador, em termos de instalações e material?

Não ()

Sim () – qual (quais)?

11. No espaço/local como um todo, em sua opinião, poderia ser oferecida alguma outra opção de lazer esportivo ao freqüentador, em termos de orientação de pessoal, como monitores, professores ou animadores?

Não ()

Sim () – qual (quais)?

Anexo 5. Formulário 2:

Pesquisa: Equipamentos de lazer e esporte

Responsável: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Facis - Unimep – Curso de Pós-Graduação em Educação Física-

Rede Cedes

1. Faixa etária:

até 7 anos () de 7 a 14 anos () de 15 a 21 anos ()

de 22 a 30 anos () de 31 a 40 anos () de 41 a 50 anos ()

de 51 a 60 anos () acima de 60 anos ()

2. Gênero:

Masculino () Feminino ()

3. Procedência:

Monte Mor () _____ Nova Odessa () _____
(indicar o bairro) (indicar o bairro)

Outra cidade () _____
(indicar o nome)

4. Meio de locomoção até o equipamento: -

a pé () ônibus () carro () bicicleta () outro ()

(indicar)

5. Frequência a esse equipamento: -

diária () ___ x por semana () -

semanal () raramente ()

primeira vez () outro () _____

(indicar)

6. Frequenta outros equipamentos esportivos de lazer na cidade?

Sim () quais (quais)?

Não () por quê?

7. Por que está observando esta atividade?

8. Em sua opinião, poderia ser feito algo para melhorar esta atividade em termos de instalações e material? -

Não () -

Sim () - O quê? -

9. Em sua opinião poderia ser feito algo para melhorar esta atividade em termos de orientação e/ou acompanhamento, por monitores, professores ou animadores, recebido antes, durante ou após a realização?

Não () – Por quê?

Sim () – O quê?

10. No espaço/local como um todo, em sua opinião, poderia ser oferecida alguma outra opção de lazer esportivo ao freqüentador, em termos de instalações/material?

Não ()

Sim () – qual (quais)?

11. No espaço/local como um todo, em sua opinião poderia ser oferecido alguma outra opção de lazer esportivo ao freqüentador, em termos de orientação de pessoal, como monitores, professores ou animadores?

Não ()

Sim () – qual (quais)?

Anexo 6. Mapa 1 - Cidades da Região Metropolitana de Campinas



Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas

Anexo 7. Mapa 2 - Campinas - Divisão por Regiões:



Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas

Anexo 8. Campinas - Relação dos Espaços e Equipamentos e sua Localização (regiões):

EQUIPAMENTO	Leste	Norte	Sul	Sudoeste	Nordeste
APA Núcleo Carlos Gomes	X				
Armazém da Fazenda Santa Genebra		X			
Arquivo Edgard Leuenroth		X			
Arquivo Municipal de Campinas	X				
Balneário Parque Taquaral	X				
Biblioteca César Bierrenbach	X				
Biblioteca Ernesto Manoel Zink	X				
Biblioteca Pública Distrital de Sousas	X				
Biblioteca Pública Municipal		X			
Biblioteca Setorial da PUC-Campinas	X				
Bosque Augusto Ruschi				X	
Bosque Chico Mendes	X				
Bosque dos Alemães	X				
Bosque dos Artistas			X		
Bosque dos Cambarás				X	
Bosque dos Guarantãs			X		
Bosque dos Italianos	X				
Bosque dos Jequitibás	X				
Bosque Hermógenes de Freitas Leitão		X			
Bosque São José			X		
Bosque Valença.				X	
Bosque Yitzhak Rabin	X				
Capela de Santa Cruz	X				
Capela de São Joaquim e São Roque	X				
Capela Nossa Senhora da Boa Morte	X				
Casa de Cultura				X	
Casa de Cultura Andorinhas				X	
Casa de Cultura Antônio da C. Santos	X				
Casa de Cultura e Cidadania de Sousas	X				
Casa de Cultura Tear das Artes	X				
Casa de Saúde Campinas	X				
Casa Grande e Tulha			X		

Casearão de Joaquim Egídio	X				
Cemitério da Saudade			X		
Centro de Convivência Cultural	X				
Centro de Convivência Cultural		X			
Centro de Convivência Integrado de Cultura		X			
Centro de Documentação			X		
Centro de Lazer Ferdinando Tilli					X
Centro de Memória da Unicamp		X			
Centro de Vivência dos Idosos	X				
Centro Esportivo Brasil de Oliveira					X
Colégio Culto à Ciência	X				
Concha Acústica	X				
Creche Bento Quirino	X				
E. E. P. G. Francisco Glicério	X				
E.E.P.S.G. Carlos Gomes	X				
Externato São João	X				
Fábrica de Tecidos Godoy e Valbert	X				
Fazenda Jambeiro			X		
Fazenda Santa Elisa	X				
Feira de Alfarrábios	X				
Feira de Antiguidades	X				
Feira de Artes e Artesanato	X				
Galeria de Arte de Joaquim Egídio	X				
Ginásio de Esportes Rogé Ferreira			X		
Ginásio do Taquaral	X				
Hospital Dr. Cândido Ferreira	X				
Igreja de São Sebastião	X				
Igreja São Benedito	X				
Kartódromo Afrânio Ferreira Jr.	X				
Lago do Café	X				
Largo das Andorinhas	X				
Largo de Santa Cruz	X				
Largo de Santana	X				
Largo de São Sebastião	X				
Largo do Pará	X				
Largo do Rosário	X				

Largo São Benedito	X				
Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora	X				
Lidgerwood Manufacturing Company Limited	X				
Maçãos Arbóreos do Recanto Yara		X			
Mata Santa Genebra		X			
Mercado Municipal	X				
Monumento a Bento Quirino	X				
Monumento a Campos Sales	X				
Monumento à Fundação de Campinas	X				
Monumento ao Bicentenário de Campinas	X				
Monumento ao Imigrante			X		
Monumento das Andorinhas	X				
Monumento Túmulo a Carlos Gomes	X				
Museu Carlos Gomes	X				
Museu da Cidade	X				
Museu da Imagem e do Som	X				
Museu de Arte Contemporânea de Campinas	X				
Museu de Arte Sacra	X				
Museu de História Natural e Aquário Municipal	X				
Museu Dinâmico de Ciências	X				
Museu do Café	X				
Museu do Negro de Campinas	X				
Museu Universitário da PUC-Campinas	X				
Observatório Municipal de Campinas	X				
Palácio da Mogiana	X				
Parque Ecológico Emílio José Salim	X				
Parque Ecológico Monsenhor José Salim	X				
Parque Linear Ribeirão das Cabras	X				
Parque Portugal	X				
Posto Policial de Sousas	X				
Praça 23 de outubro		X			
Praça Bento Quirino	X				
Praça Carlos Gomes	X				
Praça de Esporte Argemiro Roque			X		

Praça de Esporte Gilberto Campos Valente	X				
Praça de Esporte José Gentil F. de Campos		X			
Praça de Esportes Benedito dos Santos	X				
Praça de Esportes do Corinthians			X		
Praça de Esportes do Parque Jambeiro			X		
Praça de Esportes Dorival Daniel Waetge			X		
Praça de Esportes Dr. Carlos Andrade Pinto	X				
Praça de Esportes Dr. Carlos Grimaldi			X		
Praça de Esportes Dr. Edgar Ariani	X				
Praça de Esportes Dr. Olímpio Dias Porto			X		
Praça de Esportes Dr. Orestes Quércia		X			
Praça de Esportes Dr. Roberto A. Barbosa	X				
Praça de Esportes Ferdinando Panattoni			X		
Praça de Esportes João Carlos de Oliveira		X			
Praça de Esportes Orestes Laércio Aulicínio		X			
Praça de Esportes Pompeu de Vitto			X		
Praça de Esportes Salvador Lombardi Neto		X			
Praça de Esportes Sarkis Salamene			X		
Praça de Esportes Tancredão					X
Praça de Esportes Vila União					X
Praça Imprensa Fluminense	X				
Praça José Bonifácio	X				
Praça Marechal Floriano Peixoto	X				
Praça Ulisses Guimarães		X			
Praça Ulisses Guimarães		X			
Praça Voluntários de 1932			X		
Praça XV de novembro	X				
Solar do Barão de Ataliba Nogueira	X				
Solar do Barão de Itapura	X				
Solar do Barão de Itatiba	X				
Solar do Visconde de Indaiatuba	X				
Sub-Prefeitura de Sousas	X				
Teatro da Vila Padre Anchieta		X			
Teatro Infantil Carlito Maia	X				
Teatro José de Castro Mendes			X		

Anexo 9. Hortolândia – Relação de Espaços e Equipamentos:

1. Academia Municipal “Jaime Pereira”

Situada na Rua João Carlos Franceschini, número 330, no bairro Remanso Campineiro, apresenta em sua estrutura um amplo galpão cercado por alambrado em seu entorno. Abriga tatame de lutas, espaço para ginástica localizada, aparelhos de ginástica olímpica e toda a estrutura administrativa, sendo uma sala de professores, almoxarifado, banheiros, vestiários e depósitos de materiais.

2.3.2. Campo de Futebol da Chácara Assay

Situado na Rua Sérgio Luiz de Souza, no bairro Chácara Assay, o espaço oferece aos seus freqüentadores um campo de futebol cercado com alambrado, com vestiários e banheiros

2.3.3. Campo de Futebol do Jardim Adelaide

Situado na Rua Rafael Fernando Colucci, o espaço oferece aos seus freqüentadores um campo de futebol cercado, vestiários e uma quadra de futebol *society*.

2.3.4. Campo de Futebol do Jardim Amanda

Situado no bairro Jardim Amanda, o espaço oferece um campo de futebol cercado com alambrado, com vestiários e banheiros separados para jogadores e árbitros.

2.3.5. Campo de Futebol do Jardim Amanda/CAIC

Situado na Avenida Graciliano Ramos, o espaço oferece aos seus freqüentadores um campo de futebol cercado, vestiários e uma quadra poliesportiva coberta.

2.3.6. Campo de Futebol do Remanso Campineiro

Situado na Rua Amélia de Camargo, o espaço oferece aos seus freqüentadores um campo de futebol gramado e cercado, com vestiários e banheiros.

2.3.7. Centro Comunitário do Jardim Boa Vista

Situado na Avenida dos Inajás, o espaço oferece aos moradores da cidade um campo futebol, vestiários, uma quadra poliesportiva descoberta e salão multifuncional.

2.3.8. Centro Comunitário Parque Santo André

Situado na Rua Ermelin Cristiano Giovanini número 55, no bairro Parque Santo André, o espaço oferece uma quadra poliesportiva, vestiários e um campo de futebol aos seus frequentadores.

2.3.9. Centro Comunitário Vila São Pedro

Situado na Rua 17, número 155, o espaço oferece aos seus frequentadores um salão multifuncional, banheiros, área de convivência e um campo de futebol.

2.3.10. Centro de Convivência da Melhor Idade

Situado na Rua Euclides Pires de Assis, número 200 bairro Remanso Campineiro, o espaço oferece aos seus frequentadores um jardim de inverno para convivência, um amplo salão, uma cozinha, área administrativa, banheiros e vestiários.

2.3.11. Centro Poliesportivo “Nelson Cancian”

Situado na Rua João Barreto da Silva, número 505, bairro Vila Real, caracteriza-se por ser um dos principais espaços de lazer da cidade, pois oferece aos seus frequentadores campo futebol, vestiários e banheiros, quadra poliesportiva descoberta, piscina, campo de bocha e malha, pista de caminhada, além da área administrativa e recepção. O local também abriga o Estádio Municipal “Tico Breda” onde são realizados os jogos do time local e de campeonatos amadores.

2.3.12. Conjunto Poliesportivo

Situado no bairro Nova Hortolândia o conjunto oferece aos seus frequentadores campo de futebol, quadra poliesportiva descoberta, vestiários e banheiros, além de um amplo espaço para descanso e caminhada.

2.3.13. Espaço Esportivo Jardim Adelaide

Situado no bairro Jardim Adelaide, o espaço oferece campo de futebol, quadra poliesportiva coberta, além de toda estrutura de vestiários e banheiros para seus frequentadores.

2.3.14. Parque Ecológico Jardim Santa Clara do Lago I

O maior espaço de lazer da cidade, fica situado na Rua Edivaldo Diogo Costa, número 399, Jardim Santa Clara do Lago I, e oferece em seu amplo espaço verde, em volta de duas lagoas, pista de caminhada/corrída, ciclovia, coreto, campo de bocha e malha, anfiteatro descoberto, salão e banheiros.

2.3.15. Pista de Skate do Jardim do Bosque

Situada na Rua Geovane E. Calvalcante, s/n, Jardim do Bosque, a pista tem dois circuitos caracterizados por *Half e Street*, duas modalidades de *skate* conhecidas pela sua exigência de um bom nível técnico e de manobras radicais.

2.3.16. Praça de Esportes “A Poderosa”

Situada no bairro Santa Isabel, o espaço oferece aos seus frequentadores campo de futebol, pista de caminhada/corrída, vestiários e banheiros.

2.3.17. Praça de Esporte “Gino Bernardini”

Situada na Rua Virgílio Pompeu de Camargo, Jardim Rosolén, o espaço oferece campo de futebol, vestiário, quadra poliesportiva coberta, quadra de vôlei de areia aos seus frequentadores, além de professores de voleibol, futsal, handebol e ginástica localizada.

2.3.18. Praça de Esporte “Santa Clara”

Situada na Rua Pedro Pereira dos Santos, número 179, bairro Santa Clara I, a praça oferece aos seus frequentadores campo de futebol de areia, quadras de vôlei de areia e *playground* para as crianças, além de oferecer, nas manhãs de segundas e quartas-feiras aulas de ginástica localizada.

2.3.19. Quadra de Esporte “Singular” -

Situada na Rua Miguel Vieira Ferreira, número 357, bairro Nova Boa Vista, o espaço oferece muitas opções de atividades nas quadras poliesportiva coberta e descoberta, onde são realizadas as aulas de voleibol, futsal; vestiário, salões diversos tamanhos para ginástica, capoeira, caratê e aulas de *liang gong*, judô, ginástica localizada.

Nesses espaços são oferecidas aos moradores, por intermédio de inscrição prévia realizada na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, escolinhas de 16 modalidades esportivas.

A Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer oferece ainda cursos e oficinas culturais gratuitas que abrangem tanto o ensino de técnica artística

quanto aulas de música e dança. Os espaços que mais se destacam para as atividades artísticas, de acordo com a Secretaria, são:

2.3.20 Infocentro

Situado na Avenida Brasil, número 1.100 – salas 13 e 14, bairro Jardim Amanda, oferece internet gratuita aos seus frequentadores além de cursos de informática e prestações de serviços.

2.3.21 Biblioteca Municipal “Terezinha França de Mendonça Duarte” – Central.

Situada na Rua Líbero Badaró, número 421, no bairro Jardim do Bosque, este espaço oferece aos seus frequentadores além de milhares de livros, revistas e jornais, uma brinquedoteca, uma videoteca e espaços para leituras.

2.3.22. Biblioteca Municipal “Terezinha França de Mendonça Duarte” – CAIC.

Situada na Rua Graciliano Ramos, número 698, bairro Jardim Amanda, o espaço oferece aos seus frequentadores atividades de leitura, de filmes e informação a partir da hemeroteca e da videoteca instaladas no local.

Anexo 10. Monte Mor – Relação de Espaços e Equipamentos:

1. Museu Municipal Professora Sarah Calil Gomes Carneiro

2. Biblioteca Municipal José Maluf

3. Equipamentos esportivos:

Através da documentação levantada, foi possível constatar a existência do:

- Estádio Municipal José Maria de Freitas Guimarães;
- Ginásio Poliesportivo Municipal Durval Gonçalves;
- Parque Aquático João Alves.

A pesquisa documental também revelou a existência de 15 praças no município de Monte Mor. A seguir, uma breve descrição delas:

- Praça Dna. Inácia Pires de Camargo Alves - localizada entre as Ruas Amadeu Ginefra, Capitão Augusto Stefen e Indalécio Augusto Pinto, no Bairro Jardim Planalto;
- Praça Marcos Antonio de Moura – localizada na Rua 38, nº 211, no Bairro Jardim Paviotti;
- Praça Rausing – localizada na Rua Francisco Gomes Monteiro, no Jardim Fortuna;
- Praça Maria Eliza de Carvalho – localizada no km 0 da Estrada Municipal Cônego Cyriaco Scaranello Pires;
- Praça Herculano Ginefra – localizada entre as Ruas 25 de Janeiro e João Mendes, no Bairro Santa Isabel;
- Praça Coronel Domingos Ferreira – unificação das Praças Coronel Domingos Ferreira e do Centenário, mantendo a dominação única de “Praça Coronel Domingos Ferreira;
- Praça Antonio Milan – localizada na confluência das Ruas Siqueira de Campos e XV de Novembro;
- Praça Joaquim Batista Alves - localizada no bairro Jardim Planalto;
- Praça Sebastião Elias de Almeida – localizada entre as Ruas Laurindo Gomes Carneiro e Vitória Giatti, no bairro Jardim Planalto;
- Praça Luciano Haddad – localizada no bairro Jardim Planalto;

- Praça Nicolau Árabe – praça fronteiriça ao Cemitério Municipal;
- Praça José Malaquias do Amaral – localizada no final da Rua XV de Novembro, no início da via de acesso à Rodovia SP-101, entre a Rua Siqueira Campos e a via de retorno da Rodovia SP-101;
- Praça Rubens Haddad Baruque – localizada entre a rua Visconde do Rio Brando e Av. Jânio Quadros.
- Praça Antonia Bueno Gomes Carneiro – localizada junto ao Conjunto Habitacional Antonia Bueno Gomes Carneiro;
- Praça Germano Wellendorf – localizada no bairro Parque Residencial Figueira.

Além destes espaços documentados, percebemos a existência de alguns outros, para os quais não encontramos documentação correspondente:

- Conjunto Desportivo Joaquim Batista Alves;
- Quadra Poliesportiva – “Quadra Popular Nova” – localizada no bairro Cohab Maria A. B. Giatti;
- Centro Educacional “Bahia Assis”;
- Centro Esportivo e de Lazer “Chequer Assis”;
- Centro de Treinamento;
- Quadra no bairro Said Jorge;
- Campo de futebol no bairro Campos Dourados;
- Campo de futebol no bairro Jardim Paulista;
- Praça Tese Marini.

Total - 29

Está também sendo desenvolvido na cidade um projeto para a construção de um campo de futebol no Bairro Paviotti (um bairro carente), em parceria com as Secretarias de Obras e de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente.

Existe, ainda, um outro projeto a ser desenvolvido, o Projeto CineCidade, uma rede nacional de salas de exibição, operante na tecnologia digital, que irá oferecer cinema a preços acessíveis, cultura e serviços. Trata-se de uma parceria entre o município selecionado e a Companhia de Cinemas Populares, com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura.

Anexo 11. Nova Odessa – Relação de Espaços e Equipamentos:

1. Centro Municipal de Educação e Cultura Herman Jankovitz
2. Biblioteca Pública Municipal “Prof. Antonio Fernandes Gonçalves”:
 - Biblioteca Infantil
 - Casa de Brinquedos
 - Projeto Patrimônio da Humanidade
 - Projeto Exposições Permanentes
 - Internet
3. Centro Municipal de Educação Musical
4. Parque Ecológico Isidoro Bordon – Zoológico Municipal
5. Bosque Manoel Jorge
6. Equipamentos esportivos
 - Campo de Futebol Silvio de Paula “Nenê” – campo de futebol do bairro Vila Azenha;
 - Ginásio de Esportes “José Baptista” – ginásio do bairro Jardim São Jorge;
 - Ginásio Municipal de Esporte Jaime Nercio Duarte “Carioba” – ginásio do bairro Jardim Santa Rosa;
 - Ginásio Poliesportivo Oswaldo Bassi – ginásio do bairro Santa Luiza I;
 - Calçadão do Nossa Senhora de Fátima – calçadão recém construído de 3.688 m² ao longo da Rua Alexandre Bassora. É um local que proporciona espaço para caminhadas e passeios de bicicleta. Ao lado do calçadão há jardins, alguns bancos e equipamentos de musculação.

Também foi possível constatar a existência de quatro praças públicas e de esportes, com a análise dos documentos. Tais praças fazem parte de um Programa de Adoção de Praças Públicas e de Esportes. De acordo com os documentos levantados, as praças são as seguintes:

- Praça Central José Gazzetta
- Praça Benedito da Cruz Prata – situada no loteamento Jardim Bela Vista

- Praça da Bíblia – área de terras situada no Jardim Bela Vista
- Praça Pastor João Inkis – praça localizada no loteamento Chácaras Central

Além destes equipamentos listados baseados em documentos, percebemos a existência de alguns outros, para os quais não encontramos documentação correspondente:

- Ginásio Municipal de Esportes do Jardim São Manoel (“Adrianinha”);
- Estádio Municipal Natal Gazzetta (Campo do Progresso);
- 5 canchas de malha e bocha;
- Campo Municipal do Triunfo;
- Campo Municipal Ferrúcio Gazzetta, no bairro Jardim Alvorada;
- Campo Municipal no bairro Vila Azenha;
- Campo Municipal no bairro Jardim Eneides;
- Campo Municipal no bairro São Jorge;
- Campo Municipal no bairro São Manoel;
- Praça Três Poderes (em frente à prefeitura);
- Praça da Igreja Matriz, na Rua Duque de Caxias;
- Praça da Rua Eduardo Lieking;
- Praça da Rua Antonio Zanaga, no Bela Vista;
- Parquinho no terreno ao lado da escola do Jardim Marajoara, na Rua Guilherme Klavin;
- Praça da Igreja Josefina Bakita, no Jardim Alvorada;
- Praça atrás do Parque Residencial Triunfo;
- Parquinho da Rodoviária Municipal (que recebeu brinquedos de ferro recuperados advindos de outros parquinhos da cidade);
- Saguão da prefeitura;
- Centro Comunitário do Jardim São Jorge;

- Pista de *skate* (em frente à prefeitura);
- Represa Bairro São Jorge;
- Represa Bairro Recanto Solar;
- Represa Praia Azul;
- Fazenda Velha – Primeira Igreja Batista.

Total: 41 equipamentos

Anexo 12. Hortolândia – Equipamentos por Regiões de Planejamento:

Nome	Endereço	Região de Planejamento
Academia Municipal "Jaime Pereira"	Rua João Carlos Franceschini, 330 - Remanso Campineiro. Fone: 19 3897 1835/3865 2296	RP I
Campo de Futebol do Remanso Campineiro	Rua Amélia de Camargo	RP I
Centro de Convivência da Melhor Idade	Rua Euclides Pires de Assis, 200 Bairro Remanso Campineiro	RP I
Centro Comunitário Parque Santo André	Rua Ermelin Cristiano Giovanini, 55 Parque Santo André	RP II
Parque Ecológico Jardim Santa Clara do Lago	Rua Edivaldo Diogo Costa, 399 - Santa Clara do Lago. Fone: 19 3809 3594	RP II
Pista de Skate	R. Geovane E. Calvalcante, s/n - Jd. Bosque	RP II
Praça de Esporte Santa Clara	R. Pedro Pereira dos Santos, 179 - Sta. Clara I	RP II
Campo de Futebol da Chácara Assay	Rua Sergio Luiz de Souza	RP III
Campo de Futebol do Amanda/CAIC	Av. Graciliano Ramos	RP III
Campo de Futebol do Jardim Amanda	Bairro Jardim Amanda	RP III
Centro Comunitário do Jardim Boa Vista	Av. dos Inajás s/n. Jd Boa Vista	RP III
Quadra de Esportes "Singular"	Rua Miguel Vieira Ferreira, 357 Nova Boa Vista. Fone: 19 3809 2476	RP III
Campo de Futebol do Jardim Adelaide	Rua Rafael Fernando Colucci	RP IV
Espaço Esportivo Jardim Adelaide	Rua Rafael Fernando Colucci	RP VI
Praça "A Poderosa"	Jardim Santa Isabel	RP VI
Praça de Esporte "Gino Bernardini"	Rua Virgílio Pompeu de Camargo Jardim Rosolen	RP VI
Centro Comunitário Vila São Pedro	R. 17 - n° 155 - Vila São Pedro. Fone: 19 3865 3220	RP VI
Centro Poliesportivo "Nelson Cancian"	Rua João Barreto da Silva, 505 Vila Real Continuação. Fone: 19 3865 5577	RP VI
Conjunto Poliesportivo	Bairro Jardim Nova Hortolândia	RP VI
Estádio Municipal "Tico Breda"	Rua João Barreto da Silva, 505 Nova Hortolândia	RP VI

Anexo 13. Campinas - Entrevistas Centradas:

Instalações	Praça Ulisses Guimarães (Pedreira do Chapadão)	Parque Portugal (Lagoa do Taquaral)	Zoológico Bosque dos Iequitibás	Parque dos Guarantãs	Museu Lago do Catê	Bosque dos Alemães	Centro de Convivência Cultural	Pq. Ecológico Hermógenes de Freitas Leiteão Filho
	Pista de corrida, playground, espaço para shows e equipamentos para atividades físicas	Caravá, viveiro, estacionamento, sanitários, ginástica e musculação, pedalinhos, jogo de damas, gae-ball, piquenique, biblioteca, administração, Concha acústica, Oficina dos bondes, planetário, ringue de patinação, museu dinâmico, playground, aeromodelismo, esplanada nações, campos, quadras, kartódromo, fonte sonora, áreas para alongamento e quecimento.	Escritório, um laboratório de análises clínicas, uma sala de veterinária, uma sala de quarentena, setor de nutrição, setor extra (onde animais ficam provisoriamente), dois vestiários com banheiros, recintos de visitação dos animais, sanitários, praça de alimentação, dois trens e playground.	Escritório, pista de corrida, campo de futebol semi-oficial, 2 campos de areia, 4 quadras poliesportivas, 2 playgrounds, churrasqueira coberta, vestiários, banheiros, lagoa, trilhas e almonoxarifado.	Museu, 3 lagoas, pista de corrida, campo de futebol, Ministério da Agricultura, EPA (artesanatos), arquivo municipal, banheiro, vestiário, cozinha e escritório.	Playground, escritório, banheiros, espaço para caminhada.	Audatório, galerias de arte, saguão de entrada, camarins, salas de apresentações eruditas "Carlos Gomes", administração da feira de artesanato, administração da orquestra municipal.	Área de alongamento/aquecimento, pista de corrida, escritório, playground, sanitários, 1 lagoa.
Material	Não há material disponível	Não há material disponível	Não há material disponível	Não há material disponível	Não há material disponível	Não há material disponível	Refletores variados, mesa de iluminação, varas de iluminação móvel no palco, caixa cenotécnica do palco.	Não há material disponível
Quadro de pessoal	1 administrador e 3 guardas	Chefe de setor, jardineiros, serralheiros, marceneiros, encanadores, faxineiros, seguranças, mecânico de bonde, entre outros (total de 46).	1 coordenadora, 2 veterinários, um administrador, serventes, dois tratadores, faxineiros (total de 22 funcionários). A guarda é terceirizada.	6 guardas diurnos (oferecidos pela prefeitura) e dois noturnos (terceirizados), 2 jardineiros, 1 coordenador (total de 11).	11 funcionários do Instituto Norberto de Souza Pinto, 4 funcionários (terceirizados) da prefeitura, 2 da EcoCamp (total de 11). A segurança é terceirizada.	1 chefe de setor, 4 guardas, 3 ajudantes gerais.	4 porteiros, 4 maquinistas, 4 faxineiros, 3 funcionários da parte cênica, 2 administradores, 1 chefe setorial e 2 bilheteros.	1 chefe de setor e 5 funcionários.

Anexo 14. Monte Mor – Entrevistas Centradas:

Instalações	Praça Rausing	Conj. Desportivo “Joaquim Batista Alves” (Joazinção)	Centro Esportivo e de Lazer “Chequer Assis”	Centro Educacional “Bahia Assis”
	Campo de bocha, campo de areia, coreto, playground	2 piscinas, salão de festas, salas (onde atuam as diretorias de Educação, Cultura e Esporte), campo de futebol, sede da Demutran, 2 vestiários, 4 banheiros, sala de arbitragem, cozinha, bar, área com churrasqueira.	2 piscinas, playground, 2 vestiários/banheiros, minicampo de futebol.	1 ginásio, 2 vestiários, 2 salas de almoçarifado, campo de areia, 1 quadra e 1 creche (sob responsabilidade da diretoria de Educação).
Material	1 jogo de bocha, 2 bolas de futebol, 1 par de redes para o gol.	Produtos para as piscinas, produtos de limpeza, estoque de material esportivo para os demais equipamentos da cidade (8 bolas de futebol de campo, 38 bolas de futebol de salão, 3 pares de redes para futebol de campo, 2 pares de redes para futebol de salão, 3 redes de vôlei e 6 cones).	Produtos para piscina e limpeza.	Material esportivo, produtos para piscina e limpeza.
Quadro de pessoal	1 zelador	2 zeladores, 1 treinador de futebol (ex-atleta, não formado) e 1 treinador de atletismo (ex-atleta, não formado).	2 zeladores, 1 professora de Educação Física, 1 médico (para exames médico)	2 zeladores, 1 treinador de futebol de salão (ex-atleta).
Atividades oferecidas	Nenhuma	Aulas de futebol de campo de atletismo.	Aulas de natação.	Aulas de futebol de salão para crianças.
Público atendido	Moradores do bairro Jd. Fortuna, de todas as idades.	Crianças, jovens e adultos, moradores do centro.	Moradores do centro, de todas as idades.	Crianças, jovens e adultos, moradores de bairros próximos, como Jd. Paulista, Jd. Alvorada e Nova Alvorada.

Anexo 15. Nova Odessa - Entrevistas Centradas:

Instalações	Ginásio Municipal de Esportes do Jardim São Manoel ("Adrianninha")	Quadra poliesportiva de 30 x 17 m ² , 3 vestiários, almoxarifado, 2 banheiros, lanchonete, sala do zelador e bebedouro.	Ginásio Municipal de Esporte Jaime Nercio Duarte "Carrioba"	Quadra poliesportiva, clube de xadrez e damas, espaço para tênis de mesa, centro de musculação e treinamento de luta de braço, academia de artes marciais (judô, karatê, kung fu e taekwon do), campo de futebol gramado, 2 piscinas (cobertas com terra, estando atualmente inutilizadas), 8 vestiários, 2 quadras poliesportivas descobertas e campo de futebol de areia oficial (em construção).	Ginásio de Esportes "José Baptista"	Quadra poliesportiva coberta, playground, 3 vestiários, 2 banheiros, almoxarifado, sala do zelador e cozinha.	Parque Ecológico Isidoro Bordon	Fechado para Reforma
Material		Bola de vôlei, bola de basquete, 15 cones adaptados de 80 cm, rede de vôlei com mastros, cadeiras de arbitragem de vôlei. Todo o almoxarifado da coordenadoria fica neste equipamento. Os materiais são: cones, bolas de basquete, vôlei, handebol, futsal e futebol, redes e mesa de tênis de mesa, tabuleiros e peças de xadrez e damas, colchonetes, 200 colchões para alojamento de atletas, mastros de vôlei, tabelas de basquete e traves de futsal e handebol.		Material para vôlei: bolas, redes, mastros, antena e carrinho.				
Quadro de pessoal		5 professores, 1 estagiária de Educação Física, 2 zeladores.	9 professores, 1 servente de limpeza e 2 zeladores.		5 professores, um zelador e um estagiário de Educação Física.			
Atividades oferecidas		Basquete, vôlei adaptado, handebol e futsal.	Xadrez, damas, ginástica geral, vôlei, basquete, handebol, mountain bike, futsal, tênis de mesa e artes marciais.		Vôlei, handebol, basquete e futsal.			
Público atendido		Moradores dos bairros vizinhos (Alvorada, Capuava, Sta. Rita I e II, Jequitibás, 23 de Maio, São Manoel e Palmeiras), de todas as idades.	Todas as idades, moradores do centro e outros bairros.		Moradores de bairros próximos e de Sumaré, geralmente de 7 a 18 anos.			

Atividades oferecidas	Público atendido	Shows organizados por terceiros (adaptação)	População em geral, proveniente dos bairros vizinhos	População em geral, proveniente de campinas e região (aprox. 12000 pessoas/dia, este valor pode triplicar nos fins de semana)	Visitas monitoradas, projetos de pesquisa vinculados às universidades (biologia e veterinária), corridas e caminhadas (adaptações)	Todas as idades; durante a semana, até as 9 horas predominam adultos e terceira idade; após este horário, predominam crianças; nos fins de semanas, famílias; e Domingo, público em geral.	Ginástica para terceira idade, ginástica japonesa e caminhadas (essas atividades são independentes).	População em geral, proveniente dos bairros Nova Europa, Lagoa do Itaquaral, Guanabara, Jd. São Vicente.	Nenhuma.	População em geral, com a predominância de escolas.	Ginástica para terceira idade (independente).	Terceira idade e algumas escolas de bairros vizinhos.	População em geral, proveniente dos bairros: Nova Campinas, Cambui, Itaquaral, Gramado, Guanabara, Padre Anchieta, Vila Teixeira. Também frequentam pessoas ligadas a cias. teatrais que participam de atividades de casas culturais descentralizadas (Programa de Populização do Teatro).	Apresentações teatrais, musicais, danças, exposições e concertos.	População em geral, sendo a maioria de Barão Geraldo.	Não há atividades dirigidas.
-----------------------	------------------	---	--	---	--	--	--	--	----------	---	---	---	--	---	---	------------------------------

